



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Nº 197

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....	3491
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	3492
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3492
ADVOCACIA-GERAL	3494
PRIMEIRA-SECRETARIA.....	3495
SECRET. DE PLAN. E ORÇAMENTO	3496

TAQUIGRAFIA

(Republicação por incompletude)

36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 25.10.2023

INÍCIO: 09h29min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. LUIZINHO GOEBEL

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 36ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Senhor Presidente,

só uma Questão de Ordem. Com base no Regimento Interno requeiro que Vossa Excelência faça a leitura dos parlamentares presentes nesta Sessão, com o número de quórum, por gentileza.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Sim. Com certeza Deputado Delegado Camargo. Está presente o Deputado Ismael Crispin.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Peço que Vossa Excelência, se possível, possa informar ao povo, quem está de forma presencial e quem está de forma remota.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Eu não entendi, ele está pedindo verificação de quórum? Aí tem que verificar o quórum, tem que pegar, fazer a chamada daqueles que registraram para ver se estão presentes. Se é isso que o Deputado Delegado Camargo está pedindo. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO CAMARGO – Exatamente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Affonso Candido presente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Alan Queiroz?
Deputado Alex Redano?
Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Presente. Deputado Cirone Deiró está presente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Só uma Questão de Ordem, Presidente. Pedir para o

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3º Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Secretário então fazer a chamada dos deputados, como quer o colega Deputado Delegado Camargo, para fazer a verificação de quórum.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Já estou fazendo aqui. Secretário, por gentileza, você pode fazer?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Affonso Candido, presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Alan Queiroz?
Deputado Alex Redano?
Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Deputado Cirone Deiró, presente, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Cirone Deiró, presente.
Deputada Cláudia de Jesus?
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Lucas?
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Edevaldo Neves?
Deputado Ezequiel Neiva?
Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Jean Mendonça?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Deputado Luizinho, estou aqui. Deputado Cássio.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Cássio Gois, presente.
Deputado Jean Mendonça?
Deputado Jean Oliveira?
Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital?
Deputado Luizinho Goebel, presente.
Deputado Marcelo Cruz?

Deputado Nim Barroso?
Deputado Pedro Fernandes?
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputada Rosângela Donadon?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Confirma para mim, por gentileza, quantos presentes, Secretário Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Oito presenças e o Deputado Nim que estava aqui, estamos aguardando para a segunda chamada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Porque se não deu presenças satisfatórias tem que encerrar a Sessão, já que foi pedido verificação de quórum.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Mas, tem as presenças, Deputado Cirone, oito presenças para a leitura. Então, nós vamos fazer leitura da Ata e logo após a gente volta fazer a segunda chamada. É isso, Presidente?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Secretário, só peço que Vossa Excelência deixe registrado, então, os que estão presentes. Só para deixar bem registrado, por gentileza, Senhor Secretário. O senhor contabilizou a presença de oito, confere?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Sim. Oito.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Affonso Candido	- presente
- Deputado Cássio Gois	- presente
- Deputado Cirone Deiró	- presente
- Deputado Delegado Camargo	- presente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- presente
- Deputado Ismael Crispin	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Nim Barroso	- presente
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- presente

O SR. DELEGADO CAMARGO – Oito? O senhor pode, por gentileza, deixar registrado quais são os oito que estão presentes aí?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido, Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró, Deputado Delegado Camargo, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Ismael Crispin, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Ribeiro do Sinpol. O Deputado Nim está retornando ao plenário.

Então, são oito presenças e aguardando o retorno do Deputado Nim. Vamos aguardar mais alguns minutos. Enquanto faremos a leitura da Ata, não é, Presidente?

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Presidente, pela Ordem, só um pouquinho. O Deputado Alex Redano está tentando entrar aí e não está conseguindo. Mandou mensagem aqui agora.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Registra a presença do Deputado Alex Redano, por gentileza.

Registra a presença do Deputado Alex Redano.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Senhor Presidente, registra a minha presença. Deputado Alex Redano.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Está registrado, presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Registra a minha presença. Deputado Jean Mendonça.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Está registrado, Deputado Jean.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – (Continua a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior). Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Para discutir, Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Para discutir, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Presidente, eu fiz a leitura da Ata, e na leitura da Ata aqui, eu não verifiquei a respeito da votação do Projeto 237.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Depois eu preciso discutir também a Ata, Presidente.

Deputado Cirone.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode falar, Deputado Cirone.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Deixa eu primeiro, Presidente, porque eu tinha pedido Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, perdão. Pode falar, Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Eu quero só constar na Ata, eu ouvi a leitura da Ata e acompanhei atentamente, e nós tivemos nesse dia, no dia 10, um embrolho das votações.

Primeiro eu quero constatar que teve dois deputados que não estavam presentes: Deputada Rosangela Donadon e Deputado Ismael Crispin. Foi comentado que estariam presentes e a Ata registra que não estavam presentes. E eu quero que conste na Ata também, que nós deputados que estávamos de forma remota nas nossas bases, que a Sessão foi suspensa às 15 horas e 45 minutos, e, até a votação nominal, quando foi ligado (sistema remoto) para a gente participar, nós não tivemos acesso a falar com o plenário.

No nosso grupo, podem constatar, que várias vezes, tanto eu, como a Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cássio Gois, Deputado Edevaldo Neves, fizemos uma manifestação para participar da Sessão, porque foram votados projetos de que nós não tínhamos conhecimento — como é o caso dos Projetos 172 e 173. E nós acabamos votando esse projeto sem conhecimento, já que o projeto foi aportado na Casa a partir das 16 horas, depois que a Sessão estava suspensa.

Então, eu preciso fazer esse registro para ser justo com os meus colegas que estão participando e para ser justo comigo mesmo, não é, que nós estávamos aí fora da Sessão e não tivemos a oportunidade de saber qual era o projeto que estava sendo votado e nem a participação para discutir esse projeto. Preciso fazer esse registro nessa Ata.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito Obrigado, Deputado Cirone. Realmente, isso que o senhor relatou aconteceu mesmo. Muito obrigado por você dar esse esclarecimento para a população de Rondônia.

Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia a todos, primeiramente eu gostaria de agradecer imensamente ao Deputado Cirone Deiró por estar fazendo uma justiça aqui nesta Casa, justamente porque o Deputado Ismael Crispin e a Deputada Rosangela Donadon nem estavam na Sessão, presentes; e constava ali no registro como se estivessem.

E no caso de nós, que estávamos on-line, tanto o Deputado Cirone, Deputado Edevaldo, Deputado Cássio e eu, Deputada Dr^a Taíssa, em vários momentos, nós

não conseguimos nos manifestar. Colocamos no grupo do WhatsApp dos deputados que a gente não conseguia se manifestar. O Deputado Cirone Deiró foi brilhante na palavra.

Nós não tivemos acesso à Mensagem do Executivo 172 e 173 que trata do Projeto 237 e, uma das Mensagens, nós não tivemos nem acesso. Esse projeto chegou na Casa após ter sido aberta a Sessão. Nós não recebemos nem pelo WhatsApp o projeto para a gente ter acesso, para fazer a leitura e, além disso, — como é que nós parlamentares que estávamos on-line, que foi manifestado aqui nesta Casa pelo Deputado Alex Redano, reafirmado agora pelo Deputado Cirone Deiró, já foi falado pelo Deputado Cássio e também por mim — como é que nós votamos um projeto, se nós estávamos com instabilidade on-line e nós não conseguimos nem manifestar o nosso voto? Porque a gente estava falando no meio on-line e não constava aqui para a Casa.

Aproveitar que eu quero registrar na Ata toda essa manifestação que eu fiz no grupo de WhatsApp dos deputados. Imediatamente protocolei um documento na Casa, relatando que eu não consegui fazer a manifestação do meu voto contrário e isso não consta na Ata. Por isso, que eu não concordo com a aprovação dessa Ata, tendo em vista que nós deputados que estávamos on-line e os deputados que estavam ausentes foram imensamente prejudicados em nível estadual. Nós fomos colocados em uma situação em que nós nem conseguíamos nos manifestar.

E, assim, parabéns, Deputado Cirone Deiró, pela coragem, pelo posicionamento de trazer a verdade para o povo rondoniense, porque é muito injusto. Aqui é um Parlamento. O Parlamento é a voz da população e nós fomos tolhidos de nos manifestar por questões técnicas e de exercer nosso direito de voto. Isso é uma ofensa fundamental ao direito do parlamentar e isso não pode acontecer.

Então, eu quero registrar na Ata que eu não concordo com a Mensagem 172 e 173; e que naquele momento eu fui impedida; e conste meu voto de que eu não concordo e que eu nem estava conseguindo me manifestar, porque nós estávamos com problemas on-line. Então, assim, a gente tem que corrigir injustiças que vêm acontecendo aqui nesta Casa.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputada Taíssa, é o Deputado Cássio.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, Deputado Cássio.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Eu estou acompanhando a tua fala, acompanhando a fala do Deputado Cirone Deiró. E eu já disse nas Comissões, quando a gente se reuniu com os empresários, que foi um dia, uma terça-feira terrível, eu nomeiei dessa forma. E realmente o que a senhora fala, o que a senhora pede para constar em Ata, faço das suas palavras as nossas, está bom? Para que a gente possa rever isso aí, em prol

da população do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Concedida.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Cássio Gois, eu aproveito a presença de Vossa Excelência para comunicá-lo que, através de iniciativa de minha pessoa, apoiado pelos Deputados Luizinho Goebel, Deputada Dr^a Taíssa e por fim o Deputado Nim Barroso, nós protocolamos aqui nesta Casa um Projeto de Lei visando revogar a Lei que aumentou a alíquota do ICMS.

E vejo atentamente em sua fala que Vossa Excelência também não está de acordo com esse aumento abusivo. Então, eu gostaria de contar com o apoio da sua assinatura e dos demais deputados presentes que estão contra esse aumento abusivo, nesse presente projeto. Tudo bem, Deputado Cássio?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Tranquilo, Deputado Rodrigo. Tranquilo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Estou contando com a sua assinatura, então.

Deputado Cirone Deiró? Também gostaria muito do seu apoio e do seu compromisso com o povo de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – O povo de Rondônia, Deputado Delegado Camargo, sempre terá meu apoio e disse isso para o senhor na Comissão, lá. Coloque o Projeto de Lei para tramitar nas Comissões. Tendo a legalidade, a constitucionalidade, a gente sempre vai estar votando em favor do povo de Rondônia. Ok?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Conto com a assinatura também. Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró. Algum colega que queira se manifestar a favor do projeto também para assinatura, estou fazendo a coleta.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vamos dar continuidade então. Aprovada...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não. Tem que ter ressalva.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Presidente, gostaria também de falar sobre esta trágica Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Eu estava presente. Infelizmente, na minha concepção, a matéria foi votada com muita celeridade. E, infelizmente, nós estávamos acompanhando vários outros projetos. Eu, em especial, o projeto que tarifava o setor produtivo do Estado de Rondônia. E quando eu me atentei para votação, eu solicitei o registro do meu voto “não” ao Projeto de Lei 237/2023. Não ficou registrado

isso aqui na Ata, pelo menos no que eu acompanhei a leitura. Esse voto foi solicitado diretamente ao Presidente da Assembleia, Deputado Marcelo Cruz, o registro do meu voto "não" para o aumento de ICMS no Estado de Rondônia.

Portanto, nós apresentamos aqui uma declaração à Mesa Diretora, às 13 horas e 51 minutos, dia 11 de outubro. E eu gostaria que ficasse registrado, juntamente anexado a esta Ata deste dia. E da mesma forma nós também tomamos outras medidas judiciais e que estamos aguardando a resposta da Justiça, solicitando o cancelamento daquela votação, tanto quanto foi feito pelo Deputado Crispin, Deputado Luizinho Goebel, em um outro momento, e Deputada Dr^a Taíssa, em outro momento. E essas ações ainda correm na Vara da Justiça do Estado de Rondônia.

Então, eu queria mais uma vez aqui lamentar e deixar aqui registrado o meu voto "não" àquele projeto, o meu repúdio ao aumento de tributos para a população do Estado de Rondônia. Então, só queria registrar esse momento.

Dizer que estou há um bom tempo aqui na Assembleia Legislativa e me sinto desrespeitado, porque eu vim aqui com a obrigação de representar a população do Estado de Rondônia. E parte desta representação é dada através do voto. E quando nós temos o voto não sendo respeitado por este Parlamento, aí realmente eu vejo que a população não tem representatividade nesta Casa. Então, lamento.

O meu repúdio, a minha tristeza por esta ação que eu, particularmente, em todo tempo que estou na Assembleia Legislativa, nunca tinha passado. Agradeço, Presidente. Obrigado.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Presidente, pela ordem. Deputado Affonso Candido.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Quer falar, Deputado Affonso Candido? Pode falar. À vontade.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Quero sim. Quero discutir a Ata também.

Eu quero deixar a minha ressalva sobre a última Sessão que nós tivemos, Sessão Ordinária, na qual, no início da Sessão, às 15 horas, eu estava presente no plenário. A Sessão foi suspensa, os deputados foram para a Sala de Reuniões. Até, então, não tinha nada de surpresa para aquele momento. Quando eu recebi a ligação de um prefeito do Estado de Rondônia, com a sessão suspensa, para eu poder atendê-lo no gabinete. Subi até o gabinete desta Casa de Leis, fiquei atendendo ao prefeito, atendendo demandas do município, de recurso para a saúde, recurso para a educação, quando o meu chefe de gabinete me orientou que a Sessão estava começando.

Quando eu desci para o plenário, não tinha nada na Ordem do Dia desse aumento de imposto. Foi uma

votação simbólica em que se leu apenas o projeto, a capa do projeto. O meu voto constou favorável, quando eu não tive nem o tempo hábil de me manifestar contrário. Me manifestar contrário em algo que eu nasci, que é no berço comercial, que é no berço empresarial, que eu sei o que é um Simples Nacional, um DARE (Documento de Arrecadação de Receita Estadual), um ICMS, uma CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Eu sei o que é isso. Eu sei o que é chegar final do mês, quando o comerciante paga os seus impostos para sobreviver, que é todo o seu lucro.

Então, eu venho aqui hoje para constar também nessa Ata que naquele momento ali, em que eu não sabia o teor do projeto, o teor do projeto que estava em votação, e eu quero dizer meu voto contrário, contrário a esse projeto, contrário ao aumento de impostos; e a favor, a favor do comerciante, a favor da população menos favorecida.

Então, naquele momento, eu até eu fiz uma sugestão até no grupo dos deputados para que essas votações simbólicas acabem, seja votação nominal e lendo o teor do projeto da capa ao final.

Então, quero que conste em Ata essa minha indignação e essa minha ressalva sobre a Sessão passada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Affonso Candido,...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só um minutinho, Deputado. Eu tinha solicitado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deputado Affonso Candido, muito importante Vossa Excelência ter falado. Está registrado aqui na Casa.

Agora, com a palavra a Deputada Taíssa, que pediu um aparte.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só aproveitando, Presidente, que eu quero que conste nessa Ata que seja feita uma Errata na Ata, e conste, de forma bem clara, que na Sessão do 10 de outubro de 2023, fazendo constar o meu voto, o voto da Deputada Dr^a Taíssa contrário ao Projeto 237/2023, haja vista a instabilidade no sistema de transmissão on-line da Sessão e que não permitiu o correto registro da manifestação do voto desta parlamentar que subscreve. E deixar bem claro que eu sou totalmente contra.

Neste momento, nós estamos passando um momento muito difícil dentro do Estado de Rondônia. A população sofre muito e já me manifestei nas minhas redes sociais, e manifesto aqui na Casa. Neste momento, nós precisamos buscar cada vez mais o desenvolvimento e por isso que eu deixo bem claro: voto contra o Projeto 237, de 2023, haja vista que no dia 10 eu fui tolhida do meu direito de conseguir manifestar o meu voto por

questões de transmissões on-line. Então, tem que haver o registro de forma correta na Ata, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Perfeito, Deputada Dr^a Taíssa. Vai ser feito a aprovação, posteriormente, com as Erratas e as ressalvas. Está bom? E constando os seus depoimentos. Pode ter certeza disso.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente e demais colegas deputados, um parlamentar deve ser coerente entre aquilo que fala e aquilo que faz. Então, eu gostaria de mais uma vez, agradecer a coragem do Deputado Luizinho Goebel, da Deputada Dr^a Taíssa, mais recentemente, do Deputado Nim Barroso; do Deputado Cássio Gois – que registrou agora -, do Deputado Cirone Deiró, dizendo que são contra esse aumento abusivo. E já se dispuseram a assinar essa lei, que eu apresentei com o apoio de Vossas Excelências para revogar.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Deputado Delegado Camargo, só um pouquinho. Inclua o Deputado Affonso Candido aí também. Desde o início eu sou favorável, eu tenho até um Projeto de Lei, da semana passada, pronto já, que caminha junto com o seu.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, eu agradeço, e eu posso contar, Deputado Affonso, e o povo de Rondônia pode contar com a sua assinatura neste projeto de revogação?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Com certeza, eu não tenho dúvidas, teria que ser um projeto coletivo, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, eu agradeço pelos demais pares que estão acompanhando porque em outro momento, eu confesso que tentei apresentá-lo e não tive oportunidade. Mas, fico muito feliz, hoje, em saber que já estão ombreando nesse projeto, repito, para que fique registrado e o povo de Rondônia saiba: os Deputados Luizinho Goebel, Dr^a Taíssa, Cássio Gois, Cirone Deiró e Affonso Candido já estão ombreados com o povo neste projeto que apresentei, revogando o aumento abusivo do ICMS.

É importante isso. Isso se chama coerência entre aquilo que fala e aquilo que faz. Já tem a assinatura do Deputado Luizinho Goebel, da Deputada Dr^a Taíssa e do Deputado Nim Barroso. E muito em breve pegarei as assinaturas físicas do Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró e Deputado Affonso Candido. Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Parabéns pelas suas falas, Deputado Delegado Camargo, mas eu sempre falo: é justo o que é justo. E eu não poderia deixar de me manifestar que imediatamente à Sessão que aconteceu no dia 10, o Deputado Affonso Candido, ele mesmo com sua equipe técnica, também elaborou um projeto para fazer a revogação do ICMS e apresentou tanto para mim, quanto para o Deputado Ismael Crispin, buscando uma solução jurídica e uma solução legislativa para poder manifestar e realmente, a gente acabar com essa situação, desse aumento de imposto dentro do Estado de Rondônia.

Então, assim, eu não poderia deixar de registrar isso porque ele conversou tanto comigo, quanto com o Deputado Ismael, com o Deputado Luizinho Goebel, acho que chegou até a falar com o Deputado Delegado Camargo, também. Fez um projeto e apresentou para nós. A gente estava levando esse projeto para a assessoria da Casa, para ver se tinha legalidade.

Então, assim, a gente tem que ser justo com quem é justo. Várias vezes o Deputado Affonso se manifestou sobre isso, buscou de todas as formas solucionar aquele problema que nós estamos vivendo desde o dia 10, infelizmente, quando ocorreu essa situação aqui na Casa. Parabéns, Deputado Affonso.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Obrigado, Deputada Taíssa.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Não havendo mais observações, dou-a...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só um momento, eu gostaria também de propor aqui, e eu peço que Vossa Excelência depois delibere para fazer as retificações necessárias. Por que eu digo isso? Porque o povo que nos acompanha pela televisão e acompanhou a votação na semana passada, a fatídica votação, foi lido apenas o número do Projeto de Lei, que era o 237, e o número da Mensagem do Governo, 173. E ninguém falou ali, que matéria era.

Vou aguardar o reestabelecimento do sinal. Estamos sendo transmitidos, pessoal do apoio técnico? Ok.

Então, o povo não sabia ali do que estava sendo votado. E eu verifico, Deputado Luizinho, após Vossa Excelência, secretariando esta Casa, ter feito a leitura que não consta na Ata, de novo, sobre que matéria é.

Então, eu peço para que o Presidente também retifique a Ata fazendo constar no texto que o Projeto 237, encaminhado através da Mensagem 173, diz respeito ao ICMS, porque assim o povo vai saber qual é a matéria. O povo não quer saber qual é o número do projeto, o povo não quer saber qual é o número da Mensagem. O povo quer saber qual é a matéria do projeto. Isso não pode ser omitido.

Então, eu peço que Vossa Excelência faça essa retificação, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Positivo. Com todas as retificações na Ata, do Deputado Cirone, do Deputado Cássio, da Deputada Dr^a Taíssa, do Deputado Luizinho, do Deputado Delegado Camargo e demais deputados, Ata aprovada com essas ressalvas.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presidente, é Errata. Vai ter que ser feita. Tem que registrar aí que será feita Errata na Ata do dia 10. Tem que registrar isso aí: 10 de outubro de 2023.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Vai ser feita a Errata na Ata do dia 10. Está registrado: 10 de outubro de 2023. Vai ser retificada a Ata.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 159/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a transferência de recursos para aumento de capital em favor da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 8.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC e dá outras providências.”

2 - Mensagem nº 160/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à concessionária em favor da Sociedade de Porto e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação até o valor de R\$ 7.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC e dá outras providências.”

3 - Mensagem nº 170/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.”

4 - Mensagem nº 171/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 974.647,41, em favor da unidade orçamentária Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT.”

5 - Mensagem nº 174/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por

anulação, até o valor de R\$ 81.000,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FUNEDM.”

6 - Mensagem nº 175/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 4.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.”

7 - Mensagem nº 176/2023 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 134 e 204/2023.

8 - Mensagem nº 177/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera e acresce ao quadro – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais que compõe o Anexo I da Lei nº 5.584, de 31 de julho de 2023”.

9 - Mensagem nº 178/2023 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2023.

10 - Mensagem nº 179/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 5.000.000,00”.

11 - Mensagem nº 180/2023 – Poder Executivo, requerendo que seja marcada Audiência Pública entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro de 2023, para que a Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, apresente o 1º e 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA.

12 - Mensagem nº 181/2023 – Poder Executivo, encaminhando Relatório Circunstanciado de Viagem referente ao Encontro Empresarial Brasil-Peru, na Feira de Alimentos e Bebidas da América Latina – Feira Expoalimentária, na cidade de Lima/Peru, na Feira Multissetorial anual da Bolívia – Expocruz, ocorrida em Santa Cruz de La Sierra/Bolívia, e a visita ao Porto de Arica, no Chile, no período de 24 de setembro a 6 de outubro de 2023.

13 - Mensagem nº 182/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 6.484.877,26, em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral do Estado – PGE”.

14 - Mensagem nº 183/2023 – Poder Executivo, comunicando a ausência do País por parte do Governador do Estado, no período de 24 a 28 de outubro de 2023, haja vista a participação no 4º Festival Internacional do Tambaqui de Rondônia, em Miami – EUA.

15 - Ofício nº 6139/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 514/2023 de autoria dos Senhores Deputados Delegado Camargo, Luizinho Goebel e Taíssa Sousa.

16 - Ofícios nºs 6132, 6148, 6173, 6316/2023 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 502, 488, 506, 493, 503/2023 de autoria da Senhora Deputada Dra. Taíssa.

17 – Ofício nº 6211/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 516/2023 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

18 – Ofício nº 6296/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 517/2023 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

19 – Ofício nº 6350/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 553/2023 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

20 – Ofício nº 13218/2023 – Supremo Tribunal Federal, comunicando o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7295 em face da Lei Complementar nº 93/93.

21 – Ofício nº 672/2023 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando o trânsito em julgado do Acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0801232-64.2019.8.22.0000, em face da Lei Complementar nº 1.000/18.

22 – Ofício nº 636/2023 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando o trânsito em julgado do Acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 08022647-14.2021.8.22.0000, em face da Lei nº 4.789/20.

23 – Gabinete do Senhor Deputado Luizinho Goebel, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 06 e 26 de setembro de 2023.

24 – Gabinete do Senhor Deputado Ribeiro do Sinpol, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 11 de outubro de 2023.

25 – Gabinete do Senhor Deputado Cássio Gois, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 24 de outubro de 2023.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das seguintes Proposições recebidas a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer que seja reiterado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, Estado de Rondônia, pedido de mapas impressos com linhas imaginárias sobrepostas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau sobre o município de Monte Negro evidenciando as propriedades rurais considerando o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 208/2023 que dispõe acerca do caráter permanente de Laudo Médico Pericial que atesta deficiências ou transtornos físicos, mentais e/ou intelectuais de caráter irreversível.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem, me permita. Eu preciso esclarecer aqui uma dúvida.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Só um pouco, deixa ele terminar de ler. Pode terminar de ler, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO – É que a matéria vai restar prejudicada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode continuar. Continua a leitura, por gentileza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – (Continua a leitura das proposições recebidas)

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências referentes à decisão da cassação da licença pelo não cumprimento das disposições descritas no Código de Obras por parte do Consórcio Vigor Turé, e, que impactam na construção do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências referentes às denúncias públicas versando sobre “suposto desvio de recursos” na construção do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia – HEURO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual (Governador do Estado de Rondônia) o compartilhamento de informações referente à reunião do ICMS realizada no dia 17 de outubro de 2023, no auditório do Palácio Rio Madeira, Edifício Pacaás Novos, e ainda, no tocante ao encontro com parte dos empresários realizado posteriormente.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos dos artigos 234, 235 e 237, todos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, alínea “f” do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência no Projeto de Lei, que “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 5.629, de 13 de outubro de 2023, que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996”.”

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora deferimento à realização de Sessão Solene, bem como reserva do plenário, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor aos fundadores, diretores, gerentes, autoridades e colaboradores do Jornal Diário da Amazônia, em homenagem aos seus 30 (trinta) anos de fundação e atuação no Estado de Rondônia, no dia 06 de novembro, às 09 horas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN (COLETIVA). Requer ao Presidente, ouvida a Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme arts. 146, IX, 172 e 173, que seja anulada a votação do Projeto de Lei Ordinário nº 237/23, de 10 de outubro de 2023, ocorrida na Sessão Ordinária no dia 10 de outubro de 2023, por vício material em descumprimento de Princípio Constitucional.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Votos de Louvor para os policiais civis aposentados do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 10/11/2023 às 8:00 horas no auditório desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Requer ao Poder Executivo, extenso ao Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde — SESAU, informação acerca da regulamentação da Lei nº 5.557 de 15 de junho de 2023, que “Institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinoides, incluindo o tetrahidrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS” e as medidas que estão sendo implementadas para a sua efetividade.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito Legislativo à atleta jogadora de futebol Millene Karine Fernandes Arruda pelos relevantes serviços prestados ao esporte do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Revoga o Decreto Legislativo nº 2.403, de 11 de outubro de 2023.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Sérgio de Oliveira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao CAP BM Halisson Avilla Mendonça, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Marcelo Valjean Lemos de Almeida, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 3º SGT BM Eliomar dos Reis Seguro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO, DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Revoga a Lei Estadual nº 5.629, de 13 de outubro de 2023, que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996.”

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Acrescenta o artigo 21-A à Lei Complementar nº 937, de 15 de fevereiro de 2017, que “Institui a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI e o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FEDIPI e dá outras providências.”

- DECLARAÇÃO DO GABINETE DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.

Para: Mesa Diretora — ALE/RO

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste, declarar à Mesa Diretora na forma regimental com base no artigo 124, § 1º, manifestação e voto contrário (NÃO) ao Projeto de Lei de autoria do Governo do Estado de Rondônia nº 237/2023, mensagem nº 137 de 10 de outubro de 2023, aprovado no dia 10 de outubro de 2023.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Secretaria Legislativa do Estado de Rondônia, a competente errata na ata da Sessão do dia 10 de outubro de 2023, fazendo constar nosso voto contrário ao Projeto de Lei 237/2023.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal, cópia do inquérito policial sobre a operação “Baile de Máscaras”, salvo os documentos em segredo de justiça, deflagrada na Secretaria de Estado de Assistência Social, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSANGELA DONADON. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para efetivação de outorga do Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Hélio Vieira da Costa, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 09 de novembro de 2023, às 14:30 horas no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 25/10/2023, do Projeto de Lei Ordinária nº 234/2023, que “Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candeias do Jamari/RO — APAE Candeias, Estado de Rondônia.”

Senhor Presidente, lidas as matérias.

Eu gostaria de pedir à Vossa Excelência, se possível, a inclusão na pauta, desde que esta matéria, em respeito a todos os pares, em respeito a todos os deputados e, diante daquilo que já tinha sido muito evidenciado aqui dentro daquele Fórum das Comissões de Constituição e Justiça do Brasil, que foi realizado na Assembleia Legislativa, que falava que todas as matérias deveriam passar por todas as Comissões pertinentes. E que, infelizmente, poucos dias depois, nós recebemos aqui um projeto de grande relevância, de destaque, que alterava a tributação, a população do Estado de Rondônia, as empresas de Rondônia, que envolvia toda a sociedade do Estado de Rondônia. E ela não tramitou nas Comissões.

Então, em respeito aos colegas, nós temos uma matéria muito importante que é para o bom andamento dos serviços do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), e que aportou nesta Casa sob a Mensagem 184, que é um remanejamento de recursos do Detran para o DER. E, se for possível, desde que essa matéria já tenha sido tramitada nas Comissões, se Vossa

Excelência pudesse inserir na pauta do dia para votação, eu agradeço.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Deputado Ribeiro do Sinpol, eu quero pedir apoio a esse projeto do DER. Eu sou presidente da Comissão de Transportes e Obras Públicas e a gente sabe a importância desse projeto para manutenção do DER.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito obrigado, pelas palavras do nosso líder, grande decano Luizinho Goebel. Ele entende a preocupação de melhorias das nossas estradas. Parabéns pela postura, Luizinho Goebel, o senhor representa perfeitamente bem o desejo de grande parte da sociedade por estradas boas. Nossas matérias-primas, nossas commodities. O dinheiro roda no Estado de Rondônia justamente com a liderança do Deputado Cássio Gois.

Passamos agora às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, Vossa Excelência, o ilustre Deputado Delegado Camargo.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Presidente Ribeiro do Sinpol, antes que o Deputado Delegado Camargo comece o seu discurso, eu gostaria de pedir a inclusão, na pauta, do Projeto de Resolução 50. Eu propus na Assembleia Legislativa a criação da Frente Parlamentar da Juventude do Estado de Rondônia e eu gostaria que o Secretário Legislativo buscasse esse projeto na Casa para que a gente tramitasse, porque ele é de extrema importância para a juventude do Estado de Rondônia.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cássio Gois e demais deputados que estão online, só para ficar registrado, todos esses pedidos temos que registrar, devido a oscilação da nossa internet. Só para deixar bem registrado isso, também, para vocês terem essa preocupação em registrar pela oscilação da internet aqui da Casa. Ora está caindo, ora está voltando, ok?

Pode prosseguir, dando início a sua oratória, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Povo de Rondônia, eu faço uso desta tribuna para buscar trazer um pouco de luz e prestar alguns esclarecimentos diante de tantas desinformações que vêm sendo veiculadas.

Todos sabem aqui do meu compromisso com a segurança pública. Todos sabem que a profissão que coloca o alimento na minha casa é a segurança pública, é a polícia.

Por inúmeras vezes subi nesta tribuna avisando que “a fatia do bolo estava acabando”. Porque via, no dia a dia desta Casa, tramitarem inúmeros projetos de

realinhamentos, criação de cargos, remanejamento de recursos. Vi, com meus próprios olhos — aqui no dia a dia da Casa — renunciarem valores de multas, dívidas, através do Refaz dos grandes devedores, a título da Energisa.

E eu me recordo, Deputado Ribeiro do Sinpol, que toda a sua liderança e força junto à categoria, lá em 2022, ainda no período de campanha eleitoral do Governador Marcos Rocha, Vossa Excelência Deputado Ribeiro do Sinpol, pediu voto para o governador junto com todos os seus companheiros, pois havia ali um acordo para que o Governo do Estado encaminhasse um Plano de Carreira para todos os policiais: civis, militares, bombeiros, agentes socioeducativos, policiais penais, toda a área da segurança pública. Era esse o compromisso.

E creio que Vossa Excelência, com toda a sua força e liderança, conseguiu ajudar o Governador Marcos Rocha na sua reeleição. Há pouco tempo, ainda durante a Expovel, acompanhei, Deputado Ribeiro do Sinpol, um vídeo do governador do Estado com Vossa Excelência, trazendo uma ótima notícia: de que muito em breve seria encaminhado a esta Casa de Leis o tão merecido reajuste às forças de segurança pública.

E aqui abro um parêntese, eu espero que chegue aqui uma das melhores valorizações. Estou esperando. Eu sei que vai chegar. Essa é a promessa do governador, que nós estaremos entre as Polícias mais bem remuneradas do país, inclusive corrigindo algumas discrepâncias de valores entre agentes de polícia, escrivães, entre os praças e os oficiais e delegados. Isso é preciso ser feito. Um realinhamento para que quem está lá na base, na ponta da lança seja valorizado de forma digna.

Mas, eu gostaria de, como Vossa Excelência conduz, Deputado Ribeiro, essa pauta, já que — repito — em momento algum me convidaram para qualquer reunião na construção desse projeto, eu pergunto a Vossa Excelência Deputado Ribeiro, existe alguma vinculação entre o encaminhamento do Plano de Carreira ou desse reajuste salarial e o aumento do ICMS? Eu lhe faço essa pergunta. E se o senhor puder me responder, eu agradeço, Excelência.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode responder agora?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Sim.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Não é melhor responder depois?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, eu gostaria que Vossa Excelência esclarece para o povo, porque eu vejo aí algumas questões importantes a partir disso. Eu gostaria que, se possível, Vossa Excelência me dissesse: o aumento da polícia, das forças de segurança está vinculado com o aumento do ICMS? Sim ou não?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Não, eu não posso falar "sim" ou "não". Tem que ter um contexto também para eu explicar. Posso?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Por favor.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – É assim. Gente, bom dia a todos. O Estado, o nosso Governador tem várias preocupações nessa segunda gestão dele enquanto governador. E ele tem várias vontades de realizar para as melhorias do povo do nosso Estado de Rondônia. Acontece que no mês de julho de 2023 foi aprovada a reforma tributária na Câmara. E semana que vem ela vai estar passando pelo Senado e vai ser aprovada. Com isso, o Estado de Rondônia, pelo o que eu acompanho a negociação — estou junto à Sefin, à Sepog, junto com o Delegado-Geral da Polícia Civil, Doutor Samir; junto com o Secretário de Segurança Pública, Doutor Vital; junto com o Presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Cruz; junto com o Deputado Laerte Gomes; junto com o Deputado Lucas —, vai haver uma queda de arrecadação. E essa queda de arrecadação é devida a essa reforma tributária. Essa reforma tributária, o Governador não esperava que isso aconteceria, porque foi aprovado em julho, muito rápido.

E várias frentes de melhorias para o desenvolvimento do Estado de Rondônia estão prejudicadas devido a esse ICMS, junto ao nosso fortalecimento do realimento das forças de segurança pública, os investimentos nas nossas áreas de saúde, porque vocês sabem que após a pandemia nós tivemos um acréscimo enorme de insumos. O gasto com a saúde praticamente dobrou, então também tem que ter essa recomposição. As nossas estradas também precisam ser melhoradas.

Então, essa questão do ICMS está atrelada — Deputado Delegado Camargo — a várias frentes de melhoria para o Governo do Estado de Rondônia. E está, sim, atrelada; depende, sim, para o aumento das forças de segurança pública.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Compreendi, Deputado Ribeiro. Então, veja. O compromisso que Vossa Excelência, trazendo toda a sua força, liderança de que o Governador encaminhasse um PCCS (Plano de Carreiras, Cargos e Salários) ainda no ano passado, em momento algum se falava a respeito de eventual aumento e de alíquota de imposto. Tanto que Vossa Excelência fez esse acordo com ele para a reeleição.

E eu venho avisando: "a fatia do bolo está acabando, a fatia do bolo está acabando, a fatia do bolo está acabando". E diante das suas falas, eu vejo que, de fato, acabou. Então me parece, até de certa forma, muito imaturo por parte do Governo do Estado anunciar aos quatro ventos um aumento para as forças de segurança pública, trazendo uma grande expectativa a todos esses profissionais, a suas famílias, falando que a "manga vai amadurecer", se sequer tinha orçamento para isso.

E agora quer debruçar sobre as costas do povo

um aumento de imposto para dar aumento — repito — merecido para a segurança pública, mas está colocando o povo contra a segurança pública do nosso Estado e criando narrativas de que o Deputado Camargo está atrapalhando o aumento da segurança pública porque está indo contra o aumento do ICMS. Olha, é uma imaturidade absurda. Não tem gestão nenhuma.

Governo que anuncia um aumento sem ter receita e depois vem atravessar um projeto aqui para cumprir a sua palavra, na verdade é um desgoverno. Lembra que eu avisei, lá em fevereiro, março, abril: "o bolo está acabando!" "O bolo está acabando! O bolo está acabando! O bolo está acabando!" Estão criando cargos, estão criando secretaria, estão remanejando. Estou avisando, Deputado Ribeiro, "o bolo está acabando, meu amigo. O bolo está acabando." Está aí: acabou!

E agora colocam a segurança pública contra o povo, contra mim, que votei contra o aumento e inventam narrativas, dizendo que a polícia não vai receber o aumento porque a culpa é do Deputado Camargo - que votou contra o aumento do ICMS.

A culpa é da falta de gestão, da falta de compromisso, da falta de maturidade, de gravar vídeo falando "eu vou mandar para vocês o melhor aumento do país. E não tem recurso porque se Vossa Excelência está dizendo aí, confirmou para mim, que está atrelado uma coisa à outra, fico extremamente preocupado.

E agora? Como vocês interpretam essa atitude? Eu deixo a pergunta para vocês, povo de Rondônia. Como você se sente, profissional da área da segurança pública? Isso não incomoda você? Não incomoda você ver um governo anunciando reajuste, criando expectativas nas famílias, sem ter saldo, enquanto uma voz clamava no deserto dizendo: "Vai acabar o bolo, vai acabar. Eu estou vendo, vai acabar. Eu estou avisando: ei, ei, ei, vai acabar, vai acabar." Acabou!

"Ah, não, mas agora a gente vai lá e empurra no povo aí o aumento." E tentam criar narrativas para colocar a minha categoria contra mim. Essa não vai colar. Sabe por que não vai colar? Porque a verdade se sustenta por si só. Quando você inventa uma mentira, você tem que vir com uma outra mentira para cobri-la.

Um desgoverno, mas a gente tem mais coisas para falar e eu vou esperar quando seja o momento propício para a votação. Mas, confesso a Vossa Excelência, Deputado Ribeiro, que eu gostaria que Vossa Excelência tivesse me avisado antes, para que nós pudéssemos atuar juntos, para que o bolo não tivesse acabado. Eu lhe avisava, constantemente, aqui: "Está acabando, deputado, está acabando, está acabando." O bolo acabou.

E agora, o governo colocando o povo contra a segurança pública. Que covardia. Meu Deus! Meu Deus! São Miguel Arcanjo, defendei-me no combate contra as vozes caluniosas e mentirosas que buscarão assassinar minha reputação. Eu não vou desistir de lutar por aquilo que é justo para o povo, pois Aquele que está comigo é maior que aqueles que estão com eles. Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Concedida ao Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Presidente, vou falar algumas coisas aqui e entre elas, estão algumas medidas que nós tomamos em relação à contrariedade do aumento do percentual de cobrança do ICMS.

Eu votei, não. Meu voto não foi acatado. Eu entrei com um Mandado de Segurança no Judiciário de Rondônia, noticiando este fato e pedindo o direito ao voto.

Eu assinei um Requerimento, juntamente com vários deputados, proposto pelo Deputado Ismael Crispin, que solicitou à Mesa Diretora, nos termos regimentais, "conforme arts. 146, IX, 172 e 173, que seja anulada a votação do Projeto de Lei Ordinário nº 237/2023, de 10 de outubro de 2023, ocorrida na Sessão Ordinária do dia 10 de outubro de 2023, por vício material em descumprimento ao Princípio Constitucional".

Assinamos um Projeto de Lei: eu, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Delegado Camargo, Deputada Drª Taíssa e mais alguns colegas, que assinaram no dia de hoje, esse Projeto de Lei. Chegando, salvo engano - Deputado Camargo pode me confirmar -, acho que são sete assinaturas, até o momento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Coletadas fisicamente 4; aguardando a assinatura, mas já se comprometeram publicamente: Deputados Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró e Deputado Affonso Candido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então seriam sete assinaturas. Também foi uma propositura minha.

Falei ao Deputado Affonso Candido que se ele apresentasse a PEC, eu também assinaria, e também uma PEC que seria proposta pelo próprio Deputado Camargo, que eu também assinaria.

Qualquer ferramenta jurídica que possa inviabilizar o aumento da tributação através do ICMS no Estado de Rondônia eu assino, independente do resultado, porque resultado a gente só tem mesmo depois de votado ou julgado. Então, eu estarei à disposição de qualquer ferramenta que apresente uma possibilidade disso. E por que eu estou falando isso? Eu estou falando do ICMS.

E, agora, eu quero falar das forças de segurança pública. Se tem alguém que dá honra para quem tem honra é o Deputado Luizinho Goebel. E eu sempre honrei as nossas forças de segurança. Inclusive, eu sempre me esforcei muito como cidadão para não dar trabalho para nenhuma força de segurança. Me esforço. E nesta Casa, por muitas e muitas vezes, eu defendi as nossas forças de segurança: Polícia Militar, Bombeiro Militar, Policiais Penais e Polícia Civil. Sempre eu fiz isso nesta Casa.

Inclusive, está aqui o meu colega, o nobre Deputado Ribeiro, que representava na época o Sindicato da Polícia Civil, o SINPOL, e sempre teve no Deputado Luizinho Goebel um ombro amigo e um braço forte.

Representava o Singeperon — dos nossos policiais penais — o ex-Deputado Anderson Pereira e sempre teve no Deputado Luizinho um braço forte. Sempre estive ombreado aqui com a Polícia Militar e com os Bombeiros Militares e principalmente quando eles, através do voto, mandaram para esta Casa Policiais Militares que representavam a categoria. E quero dizer que nada mudou. Que nada mudou. Continuo cerrando fileiras para defender a valorização daqueles que defendem muito bem a sociedade rondoniense.

Eu, cidadão rondoniense, Luizinho Goebel, me sinto representado pelas nossas forças de segurança. Agora, jamais nós podemos aceitar o vínculo entre uma tributação do ICMS e a melhoria salarial às nossas forças de segurança.

Isso foi anunciado desde o primeiro mandato do atual Governador Coronel Marcos Rocha. E passaram-se quatro anos do primeiro mandato e praticamente nada aconteceu. E foi prometido na reeleição, e já vai lá fechando o primeiro ano do seu governo e nada aconteceu.

Essa história de querer dizer que o Congresso Nacional aprovou uma medida e que talvez ela entre em vigor nos próximos dias, ou meses, não tem nada a ver com a proposta passada. Porque essa proposta não existia na Câmara Federal.

Essa proposta de dizer que o ICMS de Rondônia está vinculado à melhoria da categoria das nossas forças de segurança também não é verdade. Por quê? Que garantia teria o Governo do Estado de Rondônia de que esta matéria seria aprovada na Assembleia Legislativa, sendo que os Deputados que participaram da Sessão hoje, todos, em uma só voz, falaram que não tiveram oportunidade de votar, que se tivessem a oportunidade de votar teriam votado contra?

Outros — como no meu caso que estava presente, também votei contra e não tive o voto acatado —, outros não se fizeram presentes, e aí eu não sei qual seria a posição deles, mas eu tenho certeza — pelo menos o que a gente ouve nos bastidores, e que muitas vezes o discurso é diferente da prática —, mas que nos bastidores muitos falam que votariam contra o aumento do ICMS.

Sou coerente, sou decente, sou justo e verdadeiro dentro de todos os meus esforços. Não sou perfeito, mas eu não posso jamais deixar que as nossas honradas forças de segurança do Estado de Rondônia sejam colocadas contra a população do nosso Estado, ou a população do nosso Estado seja irresponsavelmente usada para que fique contra as nossas forças de segurança.

Rondônia precisa, acima de tudo, que a verdade seja restabelecida. Rondônia precisa, acima de tudo, que a paz seja restabelecida. Rondônia precisa, acima de tudo, que a verdade seja restabelecida. Rondônia precisa,

acima de tudo, que os Poderes sejam efetivamente respeitados não no discurso, mas na prática.

Então, aos nossos honrosos membros das forças de segurança do meu Estado, que muito bem me representam como cidadão comum do Estado, como pioneiro de Rondônia, que moro neste Estado há mais de 43 anos, e também como deputado estadual, com mandato outorgado pelo povo, que veio para esta Casa e que sempre fielmente defendeu a valorização dessas categorias e todas as suas propostas, que de certa forma, davam condições para o bom andamento dos trabalhos destas forças policiais. Sempre terão do Deputado Luizinho Goebel a verdade, a responsabilidade e o apoio. E é por isso que jamais, jamais eu vou aceitar que nós, juntos, sejamos enganados por quem quer que seja. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por Videoconferência) – Presidente, Deputado Cirone. Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode falar Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Presidente Deputado Ribeiro, eu estou com uma questão aqui na nossa região, na cidade de Espigão D'Oeste, Presidente. Foi feito um Decreto de Calamidade Pública porque o rio Palmeiras, que abastece a cidade de Espigão D'Oeste, com efeitos do El Niño secou e a cidade de Espigão D'Oeste é abastecida por esse rio que tem a captação de água da Caerd. E o prefeito decretou nesta data, o Decreto 5805, o decreto de calamidade pública, para que ele possa tomar ações em relação a abastecer a cidade com água, caminhão-pipa, fazer contratações de empresas que possam corresponder a este abastecimento de água. E para este Decreto ter validade, precisa a convalidação da Assembleia Legislativa.

Eu queria pedir à Vossa Excelência, que peça a nossa Secretária Legislativa, eu enviei para o Manvailer a solicitação do prefeito para convalidação e nós precisávamos fazer isso com regime de urgência no dia de hoje, devido à gravidade da situação em que está Espigão D'Oeste, que as pessoas não têm água em casa nem para beber quanto mais para uso doméstico.

Então, eu quero pedir a sensibilidade do senhor, dos demais colegas para que possamos votar essa convalidação desse Decreto de Calamidade Pública da cidade de Espigão D'Oeste.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cirone, eu acabo de receber uma ligação também do Deputado Cássio muito preocupado. A cidade de Espigão D'Oeste está sem água e escutei agora Vossa Excelência também relatar o problema. São deputados da região. Então, a Casa está aberta, nós todos parlamentares aqui, chegando aqui o projeto, pode ter certeza, o que depender da Assembleia Legislativa, eu sei o cuidado, a dimensão do que é ficar sem água,

imagino a dificuldade em que esteja a cidade de Espigão D'Oeste. Me compadeço, toda a Mesa Diretora, todos os deputados estaduais. Eu sei da preocupação de Vossa Excelência junto com o Deputado Cássio. Então, o que precisar da Assembleia Legislativa estaremos aqui à disposição. Que fique registrado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por Videoconferência) – Senhor Presidente, então eu gostaria que o senhor solicitasse ao Manvailer, foi enviado no WhatsApp dele em PDF, que ele imprimisse essa solicitação e colocasse para apreciação dos colegas para nós fazermos essa votação ainda hoje.

É uma preocupação nossa, minha, do Deputado Cássio, Deputado Jean Mendonça, que é aqui de Pimenta Bueno, e a gente precisa tomar uma atitude urgente para que essa população não sofra as consequências. Que o prefeito tenha a liberdade de contratar caminhões-pipa, de contratar empresas que possam fornecer essa água sem ser questionado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, essa Assembleia, com a responsabilidade que tem sempre com o povo de Rondônia, quero pedir ao senhor que coloque hoje ainda em votação essa convalidação do Decreto de Lei 5805, do dia 24/10 da Prefeitura de Espigão D'Oeste.

Posso contar com Vossa Excelência, Presidente?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cirone, com certeza você pode contar, mas, infelizmente, não tem quórum para aprovação. Não tem quórum.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Só um minuto, Deputado Delegado Camargo, por gentileza.

Quero aqui, antes, deixar registrado, nós temos aqui a presença nesta Casa de um ex-parlamentar, um deputado estadual, eu queria registrar aqui a presença do nosso grande Hermínio Coelho. Seja muito bem-vindo à sua Casa. Um deputado que trabalhou muito e trabalha muito em prol das forças coletivas do Estado de Rondônia, dos servidores públicos. Você é uma representatividade gigante para os Anais da Assembleia Legislativa.

Quando eu estava no sindicato ainda, em 2016, nós tivemos uma mobilização na Assembleia Legislativa aqui, um ato histórico e eu tive muito apoio. A Polícia Civil teve muito apoio do que Vossa Excelência fez para a nossa categoria. O legado que você deixa, junto com seu trabalho, quero que você saiba que é imenso para a Polícia Civil, para o Estado de Rondônia...

Você é querido, também, por todos os servidores aqui da Casa. Você foi Presidente da Assembleia Legislativa, você foi uma pessoa que concedeu vários reajustes aqui para os servidores; e fica o nosso registro aqui. Bem-vindo. A Casa é sua.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –

Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pois não, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Eu também gostaria de registrar, com muita alegria, a presença do nosso sempre Deputado Hermínio Coelho, ex-presidente da Assembleia Legislativa. Na minha concepção, um grande presidente, tá, Hermínio? Parabéns para você. E você hoje não está na Assembleia Legislativa, mas deixou um legado importante, um exemplo aqui. E acima de tudo, sou muito grato por ter te conhecido dentro da Assembleia Legislativa, como deputado estadual. Os mandatos passam e as amizades ficam.

Então, você pode ter certeza de que você é um grande amigo que eu tenho, por quem eu tenho o maior carinho, respeito e gratidão. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deixa o Deputado Delegado Camargo falar.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Senhor Presidente, por assegurar a minha fala. Eu gostaria de, mais uma vez, então, após os esclarecimentos do Deputado Luizinho Goebel acerca dessa narrativa de desinformação de que o aumento dos policiais está atrelado ao ICMS, apenas aqui deixar um pedido a Vossa Excelência, Presidente, que Vossa Excelência, diante de todo o companheirismo que possui junto ao Governo do Estado, que o governo envie logo.

Eu vou ser o primeiro a votar a favor do realinhamento salarial. Inclusive, com percentuais de reajustes diferentes: maiores para os agentes de polícias, maiores para os escrivães; porque é o salário de vocês que está tão defasado. Não há problema quanto a isso.

Buscam criar narrativas falaciosas, mentirosas, dizendo que não estou de acordo que haja reajustes diferentes para agentes de polícias, escrivães e praças; do que para delegados e oficiais. Mentira. É mentira de novo.

Então, peço que Vossa Excelência, ainda no dia de hoje, peça para o governo encaminhar logo esse projeto. Vamos votar!

Acredito que Vossa Excelência, Deputado Ribeiro do Sinpol, recorda quando nós votamos o Refaz, aqui, que anistiava os grandes devedores, entre eles a Energisa, que eu avisei para a Vossa Excelência: "Deputado Ribeiro do Sinpol, vote contra o Refaz. Vote contra, porque nós vamos precisar desse dinheiro para o realinhamento das forças."

E o senhor falou: "Está tranquilo, Camargo, está tudo tranquilo. Vai chegar, irmão. Confia.". Eu falei: "Ribeiro, vai faltar dinheiro, vai acabar o bolo. Vota contra, Ribeiro.". O senhor falou: "Não, eu dei minha palavra. Vai dar certo". E Vossa Excelência votou para

anistiar os grandes devedores. E agora, eu avisei, deputado, que ia acabar o dinheiro.

Deputado Luizinho Goebel disse que isso aí é só uma narrativa do governo. Então, se o senhor puder pedir para que o governador encaminhe para "ontem", a gente coloca, pede regime de urgência. Eu tenho certeza de que todos os Deputados desta Casa são a favor do realinhamento das forças de segurança. Todos são. Por que o governo não manda logo?

As informações que me chegam é a de que já fizeram 28 tabelas que mandam agora para a tal de MEMP (Mesa Estadual de Negociação Permanente), a famosa "mesa da amargura", criada pelo desgoverno do senhor Confúcio Moura. Deixou um estrago pelo Estado. E este governo vai fazer a mesma coisa. Não cumpriram os primeiros quatro anos de mandato, o realinhamento, agora querem botar às custas do povo o não cumprimento? Então manda logo, vamos votar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Ocorreu uma urgência aqui. Por gentileza, meu Secretário, leia o Ofício.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – "Ofício nº 699/GP/2023, Espigão do Oeste/RO, 25 de outubro de 2023.

Prezado Senhor Cirone Deiró

Deputado Estadual

Cacoal/RO

Assunto: Decretação de Calamidade Pública Municipal.

Senhor Deputado,

Após cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência que interceda junto à Câmara Legislativa Estadual, com a finalidade de obter a Declaração de Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Espigão D'Oeste/RO, em decorrência da falta de água, causada pela estiagem, para que possamos prevenir, enfrentar e mitigar as emergências de saúde pública decorrentes deste, bem como para fins previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Sem mais para o presente momento, reitero protestos de elevada estima e consideração, coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Weliton Pereira Campos - Prefeito Municipal."

Lido o Ofício, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito obrigado. Quis o destino que eu estivesse aqui ao lado de dois gigantes que sabem, que contam a história das forças de segurança públicas. Então, eu sou ainda presidente do Sindicato do Sinpol, terceiro maior sindicato do Estado de Rondônia; sou deputado estadual eleito muito por minha categoria, por nossa categoria dos policiais civis, e eu deixo aqui registrado a presença do Hermínio.

E também a fala quanto à segurança pública, do Deputado Luizinho Goebel. Quero deixar registrado que o Deputado Luizinho Goebel também tem história com nossa categoria, em defesa dos nossos policiais, das nossas forças de segurança. Não me esqueço as vezes que, no governo passado, do senhor Confúcio Moura, enquanto dirigente sindical, quantas vezes a porta do CPA (Centro Político-Administrativo), infelizmente, marcava a reunião e não tinha ninguém lá; e o Deputado Luizinho na época era líder do governo, se compadeceu muito com o descaso que foram tratadas as forças de segurança e até entregou a liderança do governo naquele momento em prol das forças de segurança.

E eu falo que, Deputado Luizinho Goebel, o senhor é um gigante. A Polícia Civil tem em você, juntamente com o Hermínio, protagonismo nisso, nesse processo que está acontecendo. Quer falar?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Agradecer ao nobre Deputado Ribeiro, Presidente, representante do Sinpol. O senhor pode continuar sempre contando comigo. É muito importante que as forças de segurança mandaram para esta Casa o Deputado Ezequiel Neiva, policial militar; Deputado Ribeiro, policial civil, agente de polícia; Deputado Delegado Lucas, delegado de polícia civil; Delegado de Polícia Civil, Deputado Camargo; e também a nossa policial militar Deputada Dr^a Taíssa. E eu tenho certeza, com a presença de vocês aqui, que representam bem a categoria, e mais o nosso sempre apoio, nós vamos avançar, sim, porque se faz necessário isso.

Obrigado, eminente Deputado Ribeiro.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Não podemos esquecer, Deputado Luizinho Goebel, do policial penal também, o Deputado Edevaldo Neves.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Me perdoa, mais um, o nobre eminente Deputado Edevaldo Neves, policial penal, exatamente. Muito bem lembrado, muito obrigado. E realmente você vê que as forças estão fortemente representadas dentro deste Parlamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem para eu entender...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Verdade. Só finalizar. Então, só eu concluir a minha fala. Continuando.

Aí, nós tivemos agora essa possibilidade de ter uma legislatura de um policial civil, primeira vez na história que se torna, que a classe se une para ter um agente de polícia como deputado estadual. Um momento histórico para a gente. E nós estamos aqui agora, não podemos esquecer que foi a gestão passada do Governador Coronel Marcos Rocha, ele já concedeu para as forças de segurança — olha o nosso descaso —, ele já concedeu o maior aumento para as forças de segurança na primeira gestão dele; ele já concedeu o

maior aumento de um policial civil, militar, bombeiros, policiais penais. Foi na gestão do Governador Marcos Rocha.

E agora, nessa reta final de gestão do segundo mandato dele, ele declara e fala — e eu confio no Governador, confio muito na forma de gestão que está finalizando esse nosso realinhamento. Tem pessoas muito comprometidas que eu confio muito. Deputado Delegado Lucas, Deputado Marcelo Cruz, que é o nosso Presidente, que está à frente também das negociações junto com o nosso Deputado Laerte Gomes, que é o líder. Tem o Deputado Delegado Camargo, tem o Deputado Edevaldo Neves, e sem falar aqui no Deputado Luizinho Goebel.

Então, só pra concluir, que nós vamos vencer, nós vamos passar por todo esse processo. Vão ser enviados os Projetos de Lei aqui para a Casa. Nós sabemos que, infelizmente, é um aumento hoje... As forças de segurança configuram nos piores salários do Brasil. A Polícia Civil hoje é o segundo pior salário do Brasil. A Polícia Militar também. A Polícia Penal é pior. Então, vocês veem a forma que trataram nos últimos 30 anos as forças de segurança pública.

Mas, agora há esse debate. Nós vamos trabalhar uma solução, uma saída de recursos para que o governo possa conceder essa melhoria salarial para todos nós, para todos os servidores das forças de segurança pública. Nós sabemos que nós vamos entrar em acordo com essa gestão, com essa gestão do ICMS. Vamos entrar no número de acordo. A Casa toda vai entrar em harmonia, vai entrar em consenso. E após esse aumento do ICMS, dessa diminuição, dessa recomposição que ocorrerá, nós vamos ter, o Estado tem esse equilíbrio financeiro para sanear suas dívidas, para pagar os seus compromissos. É muito preocupado com os órgãos fiscalizados.

Aqui eu deixo o meu abraço também, sem esquecer, da Bia, da Sepog, do Luís Fernando, da Sefin. Deixo um abraço registrado também ao nosso Governador, ao Júnior — da Casa Civil, um gigante que luta. Se nós da Polícia Civil tivéssemos, no passado, um Diretor-Geral comprometido com as forças de segurança, com a Polícia Civil, como o Doutor Samir - que é um gigante, um defensor de valorização das forças de segurança. Ele está mudando a realidade da Polícia Civil. Deixo aqui, como parlamentar, um registro. A liderança, a condução também que está fazendo desse nosso realinhamento, o Doutor Samir.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode falar, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vossa Excelência disse que está vindo o projeto. Tem previsão agora para a nova data, de chegar aqui, quando vem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - É assim: estamos concluindo essa pauta.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, estão concluindo desde abril. Quando vem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Estamos concluindo a pauta do ICMS. Realmente, a pauta do ICMS, devido às leis fiscais de recomposição federal que serão aprovadas, está condicionada à alíquota do nosso ICMS. Então, agora a previsão mesmo de vir esse aumento será em dezembro. Em dezembro eu tenho certeza que esse Projeto de Lei virá. Esse Projeto de Lei virá e depois que for aprovado — vai ser aprovado — vai ter uma grande festa aqui.

E nós temos agora, Deputado Delegado Camargo, em outubro, finaliza o prazo para envio das partes globais das contas, das dívidas, das despesas que o governo irá fazer. Em outubro agora, vai enviar a LOA (Lei Orçamentária Anual); depois disso, em dezembro, nosso Governador vai anunciar esse aumento das forças de segurança.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Ribeiro, eu gostaria de lhe passar uma informação bem atual. Isso vai ser importante para que Vossa Excelência possa continuar na construção. Vossa Excelência está falando ou projetando, defendendo uma tese do governo de que haverá, no futuro — “haverá”, verbo conjugado no futuro — uma queda de arrecadação, em razão das alíquotas de ICMS, e repasse do Governo Federal. Estamos falando de dois repasses: FPE - Fundo de Participação dos Estados -; e FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

Preciso anunciar algo para o senhor. Ontem, o Governo Federal, o Governo Lula, sancionou uma lei, ontem - o senhor pode consultar na página oficial do governo, tem inclusive, vídeo lá -, em que o atual mandatário da República afirma que sancionou o Projeto de Lei e que não haverá mais nenhum déficit para os cofres dos Estados e municípios, porque o Governo Federal fará esse repasse. E, atenção: de forma antecipada, já a partir de agora! Mais uma vez, a mentira do governo cai por terra. O senhor pode consultar aí: gov.br, “Governo Lula sanciona repasse para FPM - Fundo de Participação dos Municípios -, e FPE - Fundo de Participação dos Estados.”

Mais uma vez, cai por terra essa teoria. Ela não vai se sustentar. É mentira. O senhor pode olhar aí. Então, se faltava para o Estado encaminhar para cá, em razão da queda de arrecadação de FPE e FPM, não tem mais. Pode enviar hoje. Pode encaminhar hoje. E eu serei o primeiro a andar de gabinete em gabinete com Vossa Excelência, votando a favor. Vossa Excelência achou a reportagem aí?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vossa Excelência confia nas ações do governo federal?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu? Não. Eu acredito na lei. Eu não acredito em nada do Governo Lula, mas como ele colocou uma lei e sancionou, na lei eu acredito. Em palavras, não. Quando o governo,

quando o desgoverno do Lula — petista, comunista, comuno-larápio — fala alguma coisa, eu não acredito em nada, mas na lei eu tenho que acreditar. E eu estou falando não é de palavra, estou falando de lei sancionada, aprovada, em vigor.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Então, está explicado. Vamos. Está registrado.

Pois não, Deputada Dr^a. Taíssa. Quer falar?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vamos trabalhar, Deputado Ribeiro. Vamos trabalhar para vir logo esse recurso aí.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Encerradas as Breves Comunicações. Passaremos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à Ordem do Dia. Não havendo quórum para deliberações, encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 31 de outubro, no horário regimental.

Agradecendo aqui a presença do Deputado Hermínio Coelho...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem antes de encerrar. Senhor Presidente, antes de encerrar. Questão de Ordem, por favor, Senhor Presidente.

Eu vou pedir apenas para que o Deputado Luizinho Goebel faça a leitura novamente sobre algum documento que chegou aí, falando a respeito de estado de calamidade. Eu explico porque eu faço o requerimento para leitura novamente, porque o estado de calamidade, quando decretado, pode atingir os trabalhos desta Casa. Está no artigo 138, salvo engano, do Regimento Interno. Só para esclarecer do que se trata. Eu acho que é só de âmbito municipal, não é? Só para eu entender.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - É âmbito municipal, Município de Espigão D'Oeste.

Portanto, só foi apresentado um Ofício, mas não foi apresentada nenhuma matéria. Então, será ainda votado e apreciado pela Casa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Ok. Só para ficar bem claro. Obrigado.

Estou atento. Estou atento.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 17 minutos)

37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 27.10.2023

INÍCIO: 09h06min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 37ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O artigo 140, parágrafos 4º e 5º, do Regimento Interno desta Casa, dispõe que o parlamentar, ao arguir Questão de Ordem, deve apontar precisamente o artigo, o embasamento legal, no qual pretende discutir, sob pena de ser indeferido pelo Presidente.

Então, obedecendo a este dispositivo legal, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência duas Questões de Ordem. Primeiro, com base no art. 14, alínea "q", do Regimento Interno, que fizesse a verificação de quórum daqueles que se encontram presentes de forma presencial e daqueles que se encontram presentes de forma on-line. Aguardo a decisão de Vossa Excelência para arguir a segunda Questão de Ordem.

Então, a primeira levantada. Peço que Vossa Excelência, na posição de Presidente desta Sessão, faça a verificação de quórum.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presidente, me permita aqui uma Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pois não, Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Todos os deputados que pediram o registro de presença, foi agora neste minuto. Então, a verificação de quórum perde o objeto, sendo que cada um se manifestou, até mesmo com o microfone aberto. Então, eu acredito que isso não é nenhum tipo de impedimento à Sessão.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - É só colocar o artigo, Senhor Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Inclusive vai ser lida ainda a Ata.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, por gentileza, assegure a minha fala. Por gentileza, assegure a minha fala.

O ilustre e querido Deputado Alan Queiroz não apontou com base em qual artigo ele solicita Questão de Ordem dele. Então, já peço que Vossa Excelência não a considere. Eu estou apontando o artigo pelo qual eu estou levantando e suscitando a Questão de Ordem.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Deputado Delegado Rodrigo Camargo, Vossa Excelência tem a mesma prerrogativa como eu tenho aqui neste Parlamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente, por gentileza, assegure a minha fala.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Peço que Vossa Excelência respeite, assegure aqui a minha posição e a minha fala.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, Vossa Excelência está interrompendo a minha fala. Presidente, assegure a minha fala. Presidente, assegure a minha fala, por favor. Assegure a minha fala, e decida a minha Questão de Ordem antes de decidir as demais.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Foi feito agora, deputado. Agora. Todos os deputados acabaram de registrar presença.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deputado Delegado Camargo...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente.

Então, se o colega, o Deputado Delegado Rodrigo Camargo, aceitar, poderia fazer a leitura da Ata e gente solicita a verificação de quórum.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não aceito. Eu gostaria que decidisse a minha Questão de Ordem, que foi a primeira suscitada, antes de qualquer colega levar a Questão de Ordem adiante. É simples.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Agora, concordo com Vossa Excelência que há o direito do pedido de verificação de quórum.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu não vejo motivo

para não ler quem está e quem não está presente. A população precisa saber. Então, por gentileza, foi aberta a transmissão agora. Coloque quem está presente, e quem está presente on-line. Transparência para o povo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só uma Questão de Ordem.

O Deputado Delegado Rodrigo Camargo tem esse direito assegurado sim, da verificação de quórum. Neste momento, eu discordo do posicionamento do Deputado Alan.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Luizinho, a Sessão começou agora. Agora. Os deputados acabaram de pedir registro de presença agora.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Alan...

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Se estivesse em uma Sessão que tivesse começado há duas horas, tudo bem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Alan, se fizer a verificação de quórum e eu não quiser registrar presença, eu não vou constar como presente, deputado. O senhor sabe disso. O senhor só não quer entender isso.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – O senhor está aqui presente. Os outros acabaram de registrar aqui.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas, eu posso não registrar a minha presença.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem. Presidente, me concede a fala, por gentileza?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Registra a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Aí. Estão todos fazendo assim, dessa forma. Não estou entendendo isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem. Pela ordem. Eu tinha pedido antecipadamente. Direito de todo mundo. Presidente, me concede a fala, por gentileza?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, pode falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Presidente. Nós tivemos recentemente — é bom que o

público está aqui presente —, nesta Casa, uma Sessão, no dia 10, que foi extremamente polêmica em relação à falta de estabilidade, em relação a quórum. Justamente por causa disso, eu tenho uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade) protocolada judicialmente para que realmente não vigore essa lei do ICMS, porque já me manifestei bem claro de que sou contra o aumento de imposto na situação que nós estamos dentro do nosso Estado.

Então, se naquele momento do dia 10, tivesse sido verificado o quórum, ia-se verificar que aquela Sessão teria que ter sido suspensa e não teria sido aprovado nenhum Projeto de lei em relação a essa situação.

Então, por questões, data venia, em o respeito ao contribuinte que paga os impostos e o nosso salário aqui, eu acho viável, Presidente, ser verificado o quórum.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, por Questão de Ordem. Deputado Jean Mendonça.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, Deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Poderia registrar a minha presença?

E eu gostaria de já perguntar para Vossa Excelência se seria possível o prefeito de Espigão D'Oeste, que ele gostaria — aí teria que ser via link, se for possível, claro — de entrar na Sessão e tiver uns cinco minutos de fala ou dois minutos de fala para agradecer esta Sessão Extraordinária, que o Presidente Marcelo Cruz convocou. Na verdade, foi especificamente para poder atender essa situação de como se encontra o Município de Espigão D'Oeste. A gente tinha pedido, o Deputado Cirone também pediu. Acaba dando validade ao Decreto de Estado de Calamidade Pública, que hoje se encontra o Município de Espigão D'Oeste. Se seria possível disponibilizar um link para que o prefeito entrasse e agradecesse.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Registra a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Jean, meu deputado amigo de Pimenta Bueno, como é uma Sessão Extraordinária, seu pedido é muito, muito importante, mas é uma Sessão Extraordinária, então não tem como a gente disponibilizar esse link para o prefeito.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Sem problema, tranquilo, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Mas, saiba que nós vamos aqui, fazer cumprir o que está no edital e nós vamos trabalhar em cima apenas dos dois

Vetos e vamos votar a matéria de Espigão D'Oeste, que está nessa situação de calamidade pública.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Tranquilo, agradeço.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, por gentileza.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Quanto ao pedido do Deputado Delegado Camargo, de verificação de Quórum, nós acabamos de iniciar a Sessão e o meu Secretário deu uma sugestão que eu vou cumprir, acatar, o que o meu Secretário disse, proceda a leitura da Ata.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem Presidente, pela Ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Secretário, só uma questão, Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Procede a Leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem Presidente, gostaria de constar aqui. Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, o trabalho está errado.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Registra a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – (Segue a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior) Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Uma questão de Ordem, também, Senhor Presidente, por gentileza, eu peço que Vossa Excelência me assegure a palavra.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, não pode colocar em votação. Eu vou arguir a Ata.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Para discutir a Ata.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Para discutir a Ata.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Palavra concedida ao Deputado Luizinho Goebel para discutir a Ata.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Ribeiro, Vossa Excelência está me cerceando a palavra, deputado, eu levantei uma Questão de Ordem, por gentileza, Deputado Luizinho pode abrir mão para decidir a minha Questão de Ordem primeiro?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Aguarde um pouco, Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não. Eu estou arguindo faz horas Questão de Ordem aqui, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel com a palavra.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu acho que o senhor deveria franquear o direito à palavra do meu colega, Deputado Delegado Camargo, enquanto eu vou fazer a leitura, porque essa Ata nós tivemos várias correções desta Ata, inclusive exigindo que o meu voto contra o aumento do ICMS fosse...

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Excelência, a Ata é da Sessão Extraordinária. Não é da Sessão Ordinária.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu posso ler, Deputado Alan, ou vocês vão querer levar agora tudo do jeito que vocês querem, de interesse próprio de vocês? Aqui tem que ter ordem nesta Casa Deputado Alan. Pelo amor de Deus, homem, você tem quantos mandatos dados pelo povo? Você tem que respeitar o povo.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Eu que digo a Vossa Excelência, tantos mandatos nesta Casa. É a Sessão Extraordinária.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu sou representante do povo, gostaria que o senhor me respeitasse.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – É a Sessão Extraordinária.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – É direito meu de ler, homem. É direito meu de ler.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Tudo bem, mas a Ata que o senhor está se referindo é de uma Sessão Ordinária.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – É direito meu de ler, a Ata está em discussão.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – A Ata que o senhor está se referindo é de uma Sessão Ordinária.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – É direito meu de ler.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Tudo bem, terça-feira você vai ler isso que está falando.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Excelência, o senhor tem vários mandatos de vereador e dois de deputado, o senhor sabe das coisas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Exatamente. Nós estamos lendo uma Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – A Ata está em discussão, eu tenho direito.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputados vamos, Deputado Luizinho, por gentileza, Deputado Alan, vamos conter os ânimos. Com a palavra, Vossa Excelência, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Até que enfim. Obrigado Deputado Luizinho Goebel por intervir. Eu gostaria que ficasse registrado nesta Casa, e eu vou fazer a leitura do Artigo 140, parágrafo 4º.

“§ 4º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada, com a indicação precisa das disposições regimentais ou constitucionais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião.”

Parágrafo 5º, Presidente.

“§ 5º Se o Deputado não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a questão de ordem, enunciando-as o Presidente não a concederá, e determinará a exclusão da ata, das palavras por ele pronunciadas.”

Então, eu requeiro que Vossa Excelência desconsidere e mande retirar da Ata as palavras do ilustre Deputado Alan Queiroz, já que não citou em qual artigo se baseava a Questão de Ordem dele. Eu assento novamente a necessidade de verificação de quórum e vou seguir o Regimento conforme o Art. 140, §4º. Aponto: necessita de verificação de quórum, que é atribuição de Vossa Excelência, que preside esta Sessão (Art. 14, inciso I, alínea “q”), para que o povo que está acompanhando esta Sessão de forma remota nas galerias, saibam quem são os parlamentares que estão presentes nesta Sessão. Isso é importante.

Segunda Questão de Ordem que Vossa Excelência deve decidir: esta Sessão não deveria estar acontecendo, Presidente. Como líder de bancada dos Republicanos, eu suscito uma segunda Questão de

Ordem, com base no Art. 2º §5º do Regimento Interno, que dispõe que a Sessão Extraordinária deve ser convocada com no mínimo 24 horas de antecedência. E não foi observado por esta presidência este prazo. Então, desde já, esta Sessão sequer deveria estar ocorrendo, pois não observaram o prazo de chamamento. Então, eu quero que Vossa Excelência decida a respeito dessas duas questões.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só, na discussão da Ata. Com todo o respeito...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Ah, o Deputado Delegado Camargo. Só, só, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Luizinho Goebel, eu vou responder aqui ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Sobre o quórum. Vossa Excelência vai definir o quórum ou não?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deputado, por gentileza, eu deixei Vossa Excelência falar, agora deixe que eu expresse o meu pensamento aqui, por gentileza.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não é pensamento, é Regimento. É decisão.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deixe-me falar o meu pensamento. Deixe-me explicar. Amigo, deixe eu explicar aqui para você. Nós estamos em um momento muito difícil em Espigão D'Oeste. Na terça-feira, nós tivemos Sessão, o Deputado Cássio Gois me ligou, estava em Espigão D'Oeste. A situação lá está em calamidade, sem água.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Quero reiterar o meu pedido, também, Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Quando o Deputado Cássio Gois fez a ligação, imediatamente o Deputado Cirone Deiró também pediu urgência para votar esse projeto naquela data, na terça-feira. Quando aconteceu isso, urgentemente, foi lido aqui. Foi lida a necessidade de liberação, porque eles estão sem água lá. Então, foi feito, segundo o Manvailer, que tem mais de 40 anos aqui, desde a fundação, ele fez, deu a nossa abertura, o edital, direitinho, a convocação, em uma data e em um horário específico e com prazo de 24 horas. Porque o senhor está numa Casa onde ela é do povo. E por causa de uma hora, duas horas, nós vamos prejudicar toda uma cidade de Espigão D'Oeste? Não existe essa possibilidade de fazer isso. Só para explicar essa sua deliberação.

Quanto à deliberação que Vossa Excelência pediu de verificação de quórum, será concedida. Primeiro, nós vamos discutir a Ata, quando acabar a discussão da Ata, eu vou dar a oportunidade para fazer a chamada. Queria

só que o senhor providenciasse, respeitasse só isso, ok? Está bom?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Agradeço pelo respeito ao Regimento Interno. Obrigado. Vou aguardar a verificação de quórum.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só, Pela Ordem. Só para informar que é bom trazer transparência, só aqui no nosso WhatsApp dos deputados, já tem deputado falando que não consegue se manifestar, já tem deputado falando que já não está na Sessão, e saiu. Então, assim, é muito ponderada a fala do Deputado Delegado Camargo, tendo em vista que vários deputados estão se manifestando e não conseguem ter o registro, Presidente Ribeiro do Sinpol.

Então assim, a gente precisa dessa transparência.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Registro de presença. Deputado Alex Redano.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Deputado Alex Redano.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Alex Redano, por gentileza. E do Presidente, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Obrigado. Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – O Deputado Cássio Gois, Presidente Ribeiro do Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cássio Gois. Registrem a presença.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Questão de Ordem, Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode falar, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Eu quero, primeiramente, parabenizar o senhor pela condução do trabalho aí. Eu sei que o colega deputado tem direito à verificação de quórum, mas a Sessão está iniciando os trabalhos, entendeu? E para iniciar tem de ter, no mínimo, oito deputados.

Então, você faz primeiro a abertura, a leitura de Ata e a aprovação. Na hora em que for iniciar a votação, aí o deputado tem direito de verificação de quórum para ver se a votação está com os deputados presentes ou que estão aí, registrados.

O senhor fez bem a condução desta Sessão e sobre a questão de Espigão D'Oeste, pontuou muito bem.

Ontem eu estive em Espigão D'Oeste, lá eles não têm uma gota de água dentro rio mais, devido ao fenômeno El Nino. O prefeito de Cacoal está auxiliando

com 10 caminhões de água, todos os dias, e o prefeito precisa tomar algumas atitudes e precisa dessa confirmação da Assembleia Legislativa do Decreto de Calamidade Pública de Espigão D'Oeste. Parabéns pela condução.

E, quero também ressaltar, Presidente Ribeiro do Sinpol, que nós vamos ter dois Vetos para serem votados e os Vetos são votação nominal, que daí as pessoas vão ter de falar votando "sim" ou "não". O que também já é uma confirmação do quórum na Assembleia Legislativa.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cirone Deiró, muito obrigado. Eu estou do lado aqui do Deputado Alan Queiroz, que, só de vereança aqui em Porto Velho tem quantos anos? E agora, deputado estadual, segundo mandato, tem toda experiência e cautela.

Eu sigo a leitura específica da Sessão Extraordinária. E nós estamos aqui, hoje, especificamente uma sexta-feira por essa situação que Vossa Excelência disse. É muito importante essa Sessão para todo o Estado de Rondônia, para toda uma cidade que está sem água. E nós precisamos ter esse discernimento de que nós estamos aqui para isso. Fatores externos — horário e não sei o quê —, isso não tem como ser relevante em uma situação dessas, em que Vossa Excelência sabe e todos sabem, que nós estamos na Casa do Povo, é a Assembleia Legislativa. E nós estamos pautando uma parte importantíssima para a história de Rondônia, que é uma votação extraordinária que vai deliberar um assunto importante para uma cidade que está sem água. Vamos manter os ânimos, vamos manter o comprometimento com o Regimento e vamos cuidar cada vez mais do povo de Rondônia.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, Deputado Jean Mendonça. Só queria deixar registrado também, não poderia deixar de parabenizar Vossa Excelência pela condução. Parabenizar algumas pessoas, senão todas, envolvidas aqui no Município de Espigão D'Oeste. Eles estão assistindo, estão dependendo dessa situação. Lá tem uma empresa muito grande — que é a Globoaves — que está correndo risco de parar por conta desse procedimento. Não, por conta desse procedimento, não; por conta da falta de água que vem ocorrendo ali no Município de Espigão D'Oeste. Não é hoje, foi já alguns dias.

A gente não sabe quantos dias o Município de Espigão ainda vai sofrer com essa situação, porque depende de chuvas. E além de depender de chuva, o rio que abastece o Município de Espigão D'Oeste tem que subir para poder voltar a sua normalidade ali no Município de Espigão D'Oeste.

O DER está colocando os seus caminhões-pipa para poder ajudar; o Município de Pimenta Bueno, através do Prefeito Araújo; o Município de Cacoal, através do Prefeito Cássio; a Ciclo Cairu; enfim, todos aqueles estão envolvidos para poder ajudar. Eu sei que os ânimos desta Casa estão um pouco à

flor da pele, os deputados têm direito de falar; mas, assim, se fosse possível, pelo menos neste momento, uma compreensão de todos para que pudesse dar uma celeridade nessa questão dessa Sessão Extraordinária para que esse Decreto, esse Projeto de Lei que atende o Município de Espigão D'Oeste seja aprovado e muito rapidamente seja publicado e encaminhado para o Município de Espigão D'Oeste, porque isso facilita até mesmo nas questões de contratação ou de qualquer outro procedimento licitatório para poder auxiliar, além de buscar recursos tanto no governo federal e, às vezes, aqui no Governo do Estado de Rondônia, Senhor Presidente.

Eu agradeço aí. E essas são as minhas palavras.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Jean, o senhor tem toda razão. A sua base também é aí junto, Pimenta Bueno, Espigão, essa região toda. Eu sei da dificuldade que o senhor, junto com o deputado Cássio e o deputado Cirone, estão passando. Pode ter certeza que o senhor vai ter todo o respaldo dessa presidência aqui e dessa Secretaria e de toda a Assembleia Legislativa. Com a palavra, Deputado Luizinho Goebel. Por gentileza.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Por gentileza, também, aparte.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Senhor Presidente, Deputado Marcelo Cruz. Registra minha presença.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Meu Presidente, o senhor está registrado. Deputado Marcelo Cruz está registrado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Voltando à questão da discussão da Ata. Só queria registrar aqui — para o Secretário Deputado Alan e para o Presidente Deputado Ribeiro — que primeiro que eu já assegurei o meu direito, porque foi falado pelo Presidente o Regimento. A Ata está em discussão. Quando está assim, em discussão, é para você discutir. E eu preciso ler, porque me paira muita preocupação, depois de tantos anos que eu estou na Assembleia Legislativa, eu nunca vi acontecer o que está acontecendo. Eu nunca vi eu votar e o meu voto não ser acatado.

E aí, Deputado Alan, com todo respeito ao senhor, mas exatamente pela sua leitura de dois projetos importantes aqui: um tributando o agro e o outro tributando a população de Rondônia através do aumento do ICMS, os dois relatórios foram de Vossa Excelência. O senhor fez a leitura. E nos dois eu quase fui induzido ao erro. Fui salvo por segundos. Então, por isso a minha preocupação de ler tudo que está se passando dentro desta Casa a partir de agora.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Um aparte, Presidente Ribeiro, por gentileza. Deputado

Cássio Gois.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado pelas palavras, Deputado Luizinho Goebel. Com a palavra agora o nosso Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Primeiro cumprimentar os colegas deputados; Presidente Marcelo, também, que se faz presente; e todos os demais deputados.

Dizer, colegas, da dificuldade que o Município de Espigão D'Oeste está passando. Ele está compartilhando comigo aqui as resoluções do Deputado Cirone Deiró, Deputado Jean Mendonça. Nós estivemos presentes no Município de Espigão D'Oeste, um prefeito simples, um prefeito trabalhador, que está enfrentando senão a maior dificuldade do mandato dele até agora. Nós estivemos junto a Caerd. O Doutor Lauro Fernandes fez um sobrevoo no Município de Espigão D'Oeste olhando todo o leito do rio, desde a sua nascente até a ponte sobre a Rodovia Lúcia Teresa, onde está a base da Caerd.

Foram feitos trabalhos para que seja mantido o nível da água pelo menos de forma mínima, mas o maior fator para resolver o problema da água de Espigão hoje é o fator tempo; mas a gente não pode esperar. E o Decreto de Calamidade Pública municipal já foi lavrado. Nós estávamos já acompanhando direto da prefeitura, inclusive, na última Sessão que aconteceu, a gente participou da última Sessão pela preocupação que a gente estava com o Município de Espigão D'Oeste, nada além disso, inclusive, foi feita a leitura de um documento que foi encaminhado ao Primeiro-Secretário, Deputado Cirone Deiró, nesse exato momento. E eu tive a oportunidade de participar, de dentro da prefeitura, da Sessão nossa, com o prefeito acompanhando também. Então, nós temos esse trabalho de união na Assembleia Legislativa. E é importante destacar isso, não é? Porque podemos ajudar também, quando sair um termo de cooperação entre as prefeituras vizinhas e podendo entregar água para aquela população, mas não é o correto, não é o suficiente, porque a demanda de Espigão D'Oeste, uma cidade que tem mais de 25 mil habitantes e que tem uma indústria que emprega mais de 1000 pessoas por mês.

Então, nós precisamos, sim, com a Assembleia Legislativa, dar prioridade à leitura e à convalidação desse decreto a nível estadual, para a que o Governador Marcos Rocha e toda a sua equipe possam ajudar o Município de Espigão D'Oeste, que vive esse momento crítico de água.

E parabenizar o Prefeito de Cacoal, Adailton Fúria, que desde o primeiro momento estendeu as mãos para ajudar o município, assim como outros prefeitos da região também.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Perfeito, Deputado Cássio, pela preocupação. Com a palavra agora, Vossa Excelência, Deputada Drª

Taíssa, que era anterior, mas eu acabei concedendo ao Deputado Cássio porque é realmente o foco específico da nossa Sessão Extraordinária. Pois não, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Primeiramente, com toda data vênica, com todo respeito a sua Presidência, mas você nem sabia o que eu ia falar, então não tem como saber se era uma questão diversa do que o Deputado Cássio iria falar, mas com todo o respeito.

O que eu gostaria de falar aqui é parabenizar o meu colega Deputado Jean Mendonça e o Deputado Cássio também, e até o Deputado Cirone, da região de Cacoal, a gente sabe que essa situação de calamidade que está vivendo em Espigão não é fácil. Nós já tivemos ali em Guajará-Mirim uma situação bem precária em relação às aldeias indígenas que estavam sem água potável, com uma dificuldade imensa.

Hoje, eu quero fazer o registro, que a minha região, lá de Nova Mamoré, deputado, está sofrendo muito em relação à Energisa. É uma instabilidade enorme, faltando energia com muita frequência, a população teve que ir para a frente da unidade, justamente para buscar uma solução. Hoje pela manhã, às 8 horas da manhã, eu já estava lá, cobrando essa situação, buscando uma saída.

Então, a gente sabe que a luta é imensa, mas vocês podem contar comigo, Deputado Cássio, Deputado Jean Mendonça, parabéns pela liderança e essa situação de Espigão D'Oeste podem contar com o meu mandato. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, por gentileza, só uma Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Um esclarecimento perante Vossa Excelência. Vossa Excelência, há pouco, fez uma ponderação no tocante de que deveríamos ter certa flexibilidade em relação ao prazo do Regimento, de 24 horas, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no tocante a falta de água. Deixando até transparecer, de certa forma, que eu estaria em um certo rigorismo no tocante ao Regimento.

Porém, eu preciso trazer à tona e esclarecer ao povo de Rondônia que se fosse apenas a questão de calamidade não haveria qualquer problema no tocante às horas. Ocorre que, muitos não sabem, que nessa Sessão também será votada matéria orçamentária. Não é apenas... estão apenas falando da questão da calamidade, da água, mas ninguém falou que nós vamos votar, daqui a pouco, uma suplementação de R\$ 18 milhões na área da saúde.

Então, quando eu digo da necessidade de nós assegurarmos o Regimento Interno, no tocante a horário, é para que o parlamentar, o deputado, o representante legítimo do povo, tenha mais tempo de

analisar as matérias. E já até me adianto, porque talvez algum colega vai tentar fazer um contraponto - e os contrapontos são muito importantes -, que esse valor de R\$ 18 milhões é para suplementação de Folha. Sim, correto, é. Mas encaminhar, em Sessão de urgência, R\$ 18 milhões para pagar Folha de Pagamento, em última hora, me parece um total desplanejamento do Governo do Estado.

Mandam em última hora e colocam nas costas desta Casa decidir remanejamento de valores, em última hora, para cobrir Folha. E eu vou fazer a leitura aqui do último parágrafo que diz assim, na mensagem do governo: "[...] não haverá necessidade de suplementação para cobertura de manutenção de contratos, uma vez que o orçamento disponível será suficiente para cobrir a referida despesa [...]". Então aqui, de fato, nós vamos falar sobre remanejamento para a Folha de Pagamento, mas também com o impacto nos contratos já firmados. Então, eu preciso deixar, Presidente, muito clara aqui a minha posição, que o tocante à observância do Regimento no horário não é tão somente em relação à falta de água, porque isso eu estou de acordo, nós temos que decidir agora, já. O problema é quando inserem matérias de R\$ 18 milhões e nos deixam sem prazo para decidir. Colocam em cima da hora. Então apenas deixo registrado aqui...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Vamos continuar, Deputado Delegado Camargo, por gentileza. Quando chegar o tocante à matéria você se expressa, você pode até pedir vista. Vamos continuar, então? Próxima fala.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não vai ler a pauta? (**fora do microfone**)

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não cabe pedido de vista em Extraordinária, Presidente. O senhor está falando que eu vou pedir vista, eu não posso pedir vista, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Perfeito.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, não fale o que não está no Regimento.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Não havendo quem queira discutir, dou a Ata por aprovada. Passamos à Ordem do Dia.

Vamos fazer a solicitação do Delegado Rodrigo Camargo, que é a verificação de quórum. Por gentileza, nosso Secretário, "fera" aqui, o Deputado Alan Queiroz, faça a verificação do quórum.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Presidente, quero na verdade solicitar — eu sei que tem um delay inclusive daqueles que estão de forma on-line acompanhando — que possa agora estar

atento na verificação do quórum. Nós vamos fazer a chamada na verificação. E como bem disse aqui, com a sua experiência, o Deputado Cirone que teremos duas votações que necessitam do voto individual expresso, que são os dois Vetos que antecedem qualquer projeto, porque estão trancando a pauta. Então, aqui eu faço um pedido: que todos os deputados que estão de forma on-line possam estar atentos à nossa chamada.

Há presença do Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputado Alan Queiroz, presente.
Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Presente, Excelência.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputada Cláudia de Jesus? Vou deixar ainda sem registrar presença e nem ausência, depois eu faço uma segunda chamada.
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presente. **(fora do microfone)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – Presente, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -

Presente.

Deputado Edevaldo Neves? Também vou deixar sem o registro, por enquanto.

Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presente. **(fora do microfone)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputada Gislaíne Lebrinha?

A SRA. GISLAÍNE LEBRINHA (Por videoconferência) – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Presente.

Deputado Ismael Crispin? Vou deixar sem registro por enquanto também.
Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Presente, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.
Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Deputado Jean Oliveira, presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Jean Oliveira registrando a sua presença.
Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - O Deputado Laerte Gomes acabou de registrar a sua presença aqui também.
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presente.

Deputado Luizinho Goebel? O Deputado Luizinho também não registrou neste momento. Eu faço também na segunda chamada.

Deputado Marcelo Cruz? Nosso Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) -
Deputado Alan Queiroz, presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -
Registrada a presença do Deputado Marcelo Cruz.
Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) -
Presente, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -
Presente.
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência)
- Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -
Presente.

O nosso Presidente, o Deputado Ribeiro do
Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) -
Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -
Presente.

E Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por
videoconferência) - Presente, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) -
Presente.

Vou fazer a segunda chamada somente dos
deputados que não registraram presença ou nem fiz
também aqui o registro da sua ausência.

Deputada Cláudia de Jesus? Agora, então, eu
registro a sua ausência.

Deputado Edevaldo Neves? Também registrando
a ausência.

Deputado Ismael Crispin? Registrando a
ausência.

E Deputado Luizinho Goebel? Estava aqui, mas
como não está presente agora, registro então a sua
ausência.

Deputado Luizinho?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presente. **(fora do
microfone)**

O SR. ALAN QUEIROZ - Presente.

São 21 presenças e 03 ausências. Esses são os
números, Presidente.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Affonso Candido	- presente
- Deputado Alan Queiroz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente

- Deputado Cássio Gois	- presente
- Deputado Cirone Deiró	- presente
- Deputado Delegado Camargo	- presente
- Deputado Delegado Lucas	- presente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- presente
- Deputado Ezequiel Neiva	- presente
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- presente
- Deputada Ieda Chaves	- presente
- Deputado Jean Mendonça	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Luis do Hospital	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelo Cruz	- presente
- Deputado Nim Barroso	- presente
- Deputado Pedro Fernandes	- presente
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- presente
- Deputada Rosangela Donadon	- presente

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito
obrigado, Secretário.

Após a verificação do quórum, solicito ao Senhor
Secretário que proceda à leitura das matérias a serem
apreciadas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - VETO
TOTAL 39/2023 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM
145. Veto Total ao Projeto de Lei nº 162/2023, de
autoria do Deputado Cássio Gois, que "Cria a Política
Pública de Incentivo nos Municípios Sedes das Usinas
Hidroelétricas e Alagados e dá outras providências".

O referido Veto, Senhor Presidente, consta sem
parecer. Há necessidade do parecer em plenário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) -
Obrigado, Secretário.

A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a
Vossa Excelência, Deputado Ezequiel Neiva — policial
militar, líder ali do Cone Sul, junto com a Deputada
Rosangela Donadon e com o Deputado Luizinho Goebel
— emitir o parecer.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente,
senhoras deputadas, senhores deputados, trata-se da
Mensagem 145, de autoria do Poder Executivo, que
veta total o Projeto de Lei nº 162/2023, de autoria do
Deputado Cássio Gois que "Cria a Política Pública de
Incentivo nos Municípios Sedes das Usinas Hidrelétricas
e Alagados e dá outras providências".

É um projeto importante, do Deputado Cássio,
a quem eu quero aqui parabenizar, mas, segundo
parecer da Procuradoria Jurídica do Estado, o projeto
encontra-se com vício de iniciativa e também de
inconstitucionalidade. Desta forma, o Poder Executivo
veta, na sua integralidade o Projeto de Lei de iniciativa
do Deputado Cássio.

O nosso parecer, Senhor Presidente, é
que mantenha, então, o parecer e o Veto Total do
Excelentíssimo Senhor Governador.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
– Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, Deputado Jean Mendonça, palavra concedida.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
– Se o Deputado Cássio pudesse explicar sobre o projeto dele, embora o parecer foi pela manutenção do Veto. Eu só gostaria de saber, antes de manter ou derrubar o veto, se o Deputado Cássio poderia explicar. É possível?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência)
– Claro. Deputado Jean Mendonça, esse projeto foi discutido no meu gabinete na véspera da Sessão Itinerante que aconteceu na Agroshow de Machadinho D'Oeste. Até porque lá será construída uma usina, tem um projeto muito grande e nós temos outras usinas no Estado de Rondônia.

E a gente tem uma defesa muito grande, principalmente porque a gente faz parte da Comissão de Agricultura, de defender o pequeno produtor, que muitas vezes é atingido pela barragem, pela cheia da região em que é construída as usinas. Só que eu não entendia desta forma, da impossibilidade de ser sancionado esse projeto. Mas, diante de muitas discussões que a gente faz na Assembleia Legislativa buscando que a nossa Assembleia Legislativa seja referência no país em aprovação de matérias que a gente consiga, de verdade, lá ponta resolver o problema do rondoniense, eu entendo que neste momento, para que a gente zeze pela Assembleia Legislativa, a gente mantém o Veto e em um segundo momento eu vou apresentar um projeto em que não incorra em nenhuma inconstitucionalidade para que a gente possa aí, sim, junto com os colegas na Comissão de Agricultura debater de um formato diferente para que a gente possa resolver esse problema dos pequenos produtores.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
– Obrigado, deputado. Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Positivo Deputado Cássio. Então, o Deputado Cássio pede para manter o Veto.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Para discutir o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Em discussão o parecer. Palavra concedida ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, esta Casa já pecou algumas vezes por deixar de traduzir em uma palavra simples, em um linguajar acessível para que todos compreendam as matérias que estão sendo votadas.

Não há qualquer necessidade de sermos céleres

aqui para encerrar a Sessão o mais rápido possível, pelo contrário. Estou disposto a entrar madrugada adentro aqui para que isso traga transparência para o povo. Então, eu vou dizer do que se trata essa matéria. Para explicar.

É um projeto do ilustre Deputado Cássio Gois que criou um incentivo, uma política pública para os municípios sedes das usinas hidrelétricas e alagados. É uma política pública criada para estes municípios. Foi aprovado nesta Casa, foi para o Governo do Estado. E o governador tinha duas opções: sancionar ou vetar. Ele vetou. Bom, agora é o importante. Por que ele vetou? Por quê?

Na Mensagem do governo, ele diz que vetou essa política pública porque viola a separação dos Poderes. Deveria o Estado, o governo propor essa matéria já que influencia na administração do governo e não o deputado. Fato 1. Eu estou utilizando uma linguagem simples para que todos me compreendam.

E dois, talvez está a principal, a meu ver: a ausência de licenciamento ambiental para que seja concedido incentivo a essas usinas e alagados. Então, aqui me parece que assiste razão ao governo do Estado. Acertou. Agora acertou. Juridicamente falando está correto. E eu fico muito mais feliz quando vejo o proponente da matéria, o Deputado Cássio Gois indo de acordo com o Veto, dizendo: "Olha, realmente, aqui houve uma questãozinha que a gente precisa resolver" — acabou de dizer isso —, "Vamos construir melhor".

Então, uma vez explicado ao povo do que se trata e as razões do Veto: está influenciando na administração, falta licença ambiental. Isso não tem como passar. O proponente da matéria está de acordo. Então, neste sentido, Senhor Presidente, eu agradeço por Vossa Excelência segurar minha fala, eu buscarei em todas as Sessões, traduzir para vocês o que está sendo votado, de forma clara. Peço desculpas aos inúmeros advogados, operadores do Direito que estão aqui, por falta da técnica de uma linguagem jurídica, mas eu quero falar para que vocês me entendam. Então, nesse sentido, eu também já antecipo o meu voto pela manutenção do Veto. Aqui acertou.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
– Senhor Presidente, é Veto?

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – É votando o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – É votando o parecer.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
– Ah, é o parecer. Perdão, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – É o parecer. **Está aprovado o parecer.**
Em discussão, o Veto.

Não havendo quem queira discutir, em votação, o Veto Total 39/2023.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Votação nominal do Veto Total 39/2023. E com parecer já aprovado, Senhor Presidente. O projeto está apto à votação.

Portanto, o voto será nominal. Farei a chamada aqui dos parlamentares presentes.

Como vota o Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO – Acompanho o Relator.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Alan Queiroz, favorável.

Deputado Alex Redano, como vota, Excelência?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Favorável, mantendo o Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Mantendo o Veto. Favorável.

Deputado Cássio Gois, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável.

Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Voto "sim", Excelência.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável à manutenção do Veto.

Deputada Cláudia de Jesus? Ausente.

Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – "Sim". (**fora do microfone**).

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável.

Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) – "Sim", pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável.

Deputada Dr^a Taíssa?

O SR. DRA. TAÍSSA – Tendo em vista que o autor

da matéria concorda com o Veto, voto "sim" ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável ao Veto.

Deputado Edevaldo Neves? Também está ausente.

Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Voto pela manutenção do Veto, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável.

Deputada Gislaíne Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – Favorável.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável.

Deputada Ieda Chaves? Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável ao Veto.

Deputado Ismael Crispin? Ausente.

Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável.

Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto. Favorável.

Deputado Laerte Gomes? Deputado Laerte Gomes? Ausente.

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto.

Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável ao Veto. Manutenção do Veto.

Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Pela manutenção do Veto.
Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Pela manutenção do Veto.
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável ao Veto.
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Mantém o Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim” ao Veto.
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) – Manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Pela manutenção do Veto.
Foram 20 votos, Presidente.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- ausente
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dra. Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- ausente
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaine Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- ausente
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim

- Deputada Rosangela Donadon - sim

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – **Com 20 votos favoráveis, nenhum contrário, está mantido o Veto Total 39/2023. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL 38/2023 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 142. Veto Total ao Projeto de Lei nº 34/2023 de autoria da Deputada Ieda Chaves que “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos candidatos egressos de instituição pública de ensino e aos bolsistas integrais de colégios particulares.”

Também, Senhor Presidente, a matéria está na mesma ordem da anterior, necessitando de parecer em plenário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a Vossa Excelência, Deputado Ezequiel Neiva, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, senhores Deputados, trata-se da Mensagem 142, Veto Total 38/2023, “Veto total ao Projeto de Lei nº 34/2023 de autoria da Deputada Ieda Chaves que “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos candidatos egressos de instituição pública de ensino e aos bolsistas integrais de colégios particulares.””

É uma bela iniciativa da nobre Deputada Ieda Chaves, porém, mas esta iniciativa é exclusiva do Poder Executivo, por isso o jurídico também do Executivo atestou aqui o vício de iniciativa da parlamentar em questão e também a inconstitucionalidade do projeto.

Nós vamos seguir também o parecer da Procuradoria do Estado, do Excelentíssimo Senhor Governador, ao Veto Total ao projeto de lei da eminente Deputada Ieda Chaves, muito embora uma bela iniciativa da parte dela, mas que cabe exclusivamente ao Poder Executivo essa iniciativa.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado pelo parecer. Vossa Excelência Deputado Ezequiel Neiva foi muito sucinto, claro no seu parecer. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Deputada Ieda Chaves está on-line? Quer ter a oportunidade de falar?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso que eu ia pedir, isso mesmo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito

obrigado, Deputada Dr^a Taíssa.
Pode falar, Deputada Ieda Chaves, Vossa Excelência.

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência)
- Tendo em vista que o projeto é inconstitucional, eu acato o Veto e, posteriormente, farei como indicação ao Executivo para que ele realmente faça valer essa, que é algo que eu acho bastante importante para o Estado de Rondônia, em que a gente possa dar oportunidade para as pessoas carentes para também estarem concorrendo de igual para igual com quem pode pagar essa inscrição.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputada Ieda Chaves. É uma iniciativa muito boa, muito feliz no seu projeto. E vamos seguir.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só para discutir.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
- Senhor Presidente, só para parabenizar a Deputada Ieda Chaves.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, Deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)
- Só para parabenizar a Deputada Ieda Chaves pelo brilhante trabalho. Embora o governo entenda que é inconstitucional, eu tenho pensamento adverso nesse projeto, mas em respeito à deputada, que acompanha o Veto do governo pela manutenção do veto, eu adianto meu voto. E vou acompanhar a proponente. Obrigado.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, só a Deputada Dr^a Taíssa, que está na frente, por gentileza?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É, coaduno do mesmo entendimento do meu colega Jean Mendonça. Eu acho, acompanhamos esse projeto na Constituição de Comissão e Justiça. É um projeto excelente, Deputada Ieda. Parabéns mesmo pela iniciativa. Um projeto maravilhoso. E eu também coaduno de um entendimento diverso, mas com respeito à autora do projeto, que concorda com o Veto, também já adianto meu voto que é favorável ao Veto. Mas, assim, o projeto é muito bom e pena que ele não vai passar — vai depender dos demais parlamentares —, mas pena que veio com o Veto do governo, porque é um projeto de excelência. Obrigada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Palavra concedida ao Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres deputados, povo de Rondônia. Vou explicar aqui. Talvez muitos estejam acompanhando e achando que "Ah, então nós não teremos direito aí à isenção na inscrição de concurso, está nos prejudicando". Não, vamos com calma, vou explicar.

Esse projeto da Deputada Ieda Chaves, que ela propôs, é para que estudantes que concluíram os ensinos em escolas particulares, mas que tiveram bolsa nessas escolas particulares, bolsas integrais, ou aquelas que concluíram o ensino médio ou técnico em instituição pública não precisassem pagar a inscrição em concurso público. Esse era o projeto da Deputada Ieda, aprovado nesta Casa, passado pelas Comissões, foi para o governo. O governo vetou.

Nessa parte gostaria de registrar meu voto divergente do relator. A inconstitucionalidade não está aqui em razão de quem propôs o projeto, porque poderia, sim, ser um deputado estadual. Tanto que eu estou propondo uma outra matéria sobre isenção de concurso. Então, não há vedação quanto à legitimidade para propor a matéria. Isso o deputado pode. Isso a Deputada Ieda Chaves poderia fazer. Nisso ela está correta, a Deputada Ieda.

O motivo que o governo vetou, o motivo, e não sou eu que digo, estou lendo o documento. "[...] vetar totalmente o supramencionado texto, tendo em vista que acarretará renúncia de receita pública e ônus ao Poder Executivo."

Então, a inconstitucionalidade desse projeto não está no tocante a quem o propôs, mas no tocante à renúncia de receita sem que no projeto dissesse da onde viria essa receita para sobrepor o valor que o Estado estaria abrindo mão. É essa a questão que está aqui.

Segundo, eu preciso deixar muito claro a todo o povo de Rondônia que nós temos outras leis aqui que já trazem isenção de inscrição de pagamento de concurso. Por exemplo, doador de sangue, doador de medula óssea, os hipossuficientes, aquelas pessoas que estão inscritas no Cadastro Único e são membros de famílias de baixa renda. Já há todo um arcabouço jurídico para essas pessoas.

Então, o motivo do Veto do governo — repito — não está em quem o propôs, está na falta de planilhas dizendo onde seria compensada essa renúncia de receita. Eu irei acompanhar o Veto — já adiantando o meu voto — porque de fato ele é inconstitucional, faltou aqui, com a ressalva que não é no tocante à legitimidade propositura e, sim, à falta de planilha orçamentária no tocante à renúncia da receita pública. Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Belas palavras, Deputado Delegado Camargo.

Encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o Veto. Senhores deputados, em turno único de discussão e votação, Veto Total 38/2023,

que se refere ao Projeto de Lei nº 34/2023. Em discussão. Não havendo discussão, Senhor Secretário proceda à votação nominal.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Presidente, mais uma vez, fazemos o registro da necessidade dos companheiros que estão on-line, atenção à votação, será voto nominal. Como vota o Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Secretário, eu só me perdi aqui na hora que a autora do projeto fez a defesa dela, eu não entendi. Ela é favorável ao Veto?

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Ela pediu para manter o Veto, Excelência.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por Videoconferência) – Meu voto é “sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável ao Veto, sim.
Deputado Alan Queiroz também, “sim”.
Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – “Sim”, Deputado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim”.
Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Sim.
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Voto “sim”, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim”.
Deputado Cláudia de Jesus? Continua ausente.
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Sim?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Meu voto “sim”, pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Favorável ao Veto.
Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS (por videoconferência) – “Sim”, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim”.
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu já adiantei. Concordo com o Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Só para ficar registrado aqui, obrigado. “Sim”.
Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Edevaldo Neves vota sim” também. E faço o pedido, com o seu voto, já o registro de presença do eminente deputado.
Deputado Ezequiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Voto “sim”, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim”.
Deputada Gislaíne Lebrinha?

A SRA. GISLAÍNE LEBRINHA (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim”.
Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) – “Sim”.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputada Ieda Chaves, “sim”.
Deputado Ismael Crispin? Continua ausente.
Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Pela manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – “Sim” ao Veto.
Deputado Jean Oliveira? Deputado Jean Oliveira? Ausente, no momento.
Deputado Laerte Gomes?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Deputado Jean Oliveira vota “sim”, Presidente.
O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) –

Deputado Jean Oliveira registrando o seu voto favorável ao Veto. Vota, "sim".

Deputado Laerte Gomes? Deputado Laerte, ausente.

Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Manutenção do Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto.

Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – "Sim", favorável ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Luizinho "sim", favorável ao Veto.

Deputado Marcelo Cruz? Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – "Sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – "Sim" ao Veto.

Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO (por videoconferência) – Favorável ao Veto.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Favorável ao Veto, vota "sim".

Deputado Pedro Fernandes? Deputado Pedro Fernandes, como vota, Excelência?

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Deputado Pedro Fernandes, vota "sim".

Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Vota "sim".

Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Vota "sim".

São 21 votos favoráveis, Senhor Presidente.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- ausente
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Drª Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- ausente
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – **Com 21 votos favoráveis e nenhum contrário, está mantido o Veto Total 38/2023. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Senhor Presidente, eu gostaria de pedir que a gente pudesse já incluir, de forma urgente, a primeira matéria, sendo contemplada ao Município de Espigão D'Oeste – que eu acho que é a maior necessidade, hoje.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Está na ordem, é essa mesma. É a próxima. Na pauta está esse.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Então, se já está contemplado, Senhor Presidente, não há mais matérias a serem lidas no momento.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco logo após, Sessão Extraordinária com o objetivo de apreciar proposições. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 05 minutos)

38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 27.10.2023
INÍCIO: 10h09min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 38ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial deste Poder Legislativo.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 317/2023 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a Vossa Excelência, decano da Casa, líder, o senhor Deputado Luizinho Goebel, emitir o parecer pelas Comissões pertinentes, por gentileza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Decreto Legislativo 317/2023, de autoria da Mesa Diretora, que "Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal."

"A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decreta:

Art. 1º Fica reconhecida, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação

da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública, ficam suspensos os prazos e as disposições estabelecidas nos artigos 23, 31 e 70 da Lei Complementar nº 101/2000, e dispensado o atingimento de resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2023."

Portanto, por ser uma matéria de calamidade pública, e em uma Sessão Extraordinária, quebra-se o rito normal do Regimento desta Casa. Por isso, estamos aqui emitindo o nosso parecer favorável em plenário pelas Comissões pertinentes.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Luizinho.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres deputados, povo de Rondônia. Esse projeto de calamidade pública no Município de Espigão D'Oeste por solicitação da própria prefeitura, tem alguns impactos. É isso que eu quero alertá-los. Vamos lá.

Por que o município pede decretação de calamidade? Qual o motivo disso? Qual o impacto prático disso? Bom, não é só para fazer discurso em cima. De fato, há lá uma situação de calamidade, está faltando água, ok. Mas, por que a prefeitura, por que o governo pede isso? Vamos lá.

Vocês sabem que quando o Poder Público vai contratar com algum fornecedor ele deve fazer uma licitação, uma ampla concorrência chamando todos os interessados. Essa é a regra. Lei de Licitação, ampla concorrência. Quando nós estamos diante de uma situação de calamidade, há algumas exceções na Lei de Licitação. É isso que eu quero abrir os olhos de vocês. Por quê? Porque uma vez decretada situação de emergência ou calamidade é possível que o Poder Público, agora, faça uma contratação direta com o fornecedor por um prazo de até um ano.

Então, veja, nós estamos com uma situação de calamidade, fugindo da regra geral que é a licitação para, com base nessa situação de calamidade, autorizar o Poder Público a contratar diretamente com o fornecedor. Foge à regra. Então, por que eu quero deixar registrado aqui? Porque a maioria da população não tem

esse conhecimento jurídico, não sabe os impactos que decorrem da decisão que esta Casa irá tomar.

Em palavras simples, nós estamos autorizando, Deputado Luizinho, o Poder Executivo a contratar diretamente os fornecedores, sem o procedimento licitatório. Compreende?

Então, eu gostaria que a partir de agora o trabalho de fiscalização da própria Câmara de Vereadores, dos órgãos de controle e do povo fosse redobrado, triplicado, porque agora não haverá mais licitação de ampla concorrência. Haverá contratação direta por até um ano. Esse é o efeito prático — compreende? —, da decretação de calamidade e emergência. O fato existe. Ok. Falta água? Sim. Como a gente resolve isso? A gente precisa contratar carro-pipa, fornecedor, caminhão, não sei, um monte de coisa. Agora, não vai ter licitação é contratação direta. O efeito prático é isso.

Então, vamos abrir o olho e acompanhar cada contrato, porque a Assembleia Legislativa está autorizando a exceção à regra.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) –
Perfeito Deputado Delegado Camargo.

Com a palavra, Secretário Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) –
Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Ribeiro do Sinpol, cumprimentar também todos os nossos deputados presentes e também os on-line. Quero parabenizar o nosso Presidente Marcelo por trazer rapidamente este projeto para ser apreciado no dia de hoje, mas também agradecer a todos os deputados pela participação. A gente percebe quase todos os deputados participando.

Quero reforçar, Senhor Presidente, da importância da aprovação deste projeto. E, bem colocado aqui pelo colega Deputado Delegado Camargo, mas vale a pena a gente acrescentar que a prefeitura não está isenta de continuar os seus processos de licitação. Ela continua. Apenas de forma objetiva e específica para o problema em si, ou seja, de contratação de carro-pipa ou de algo que seja específico à calamidade, à necessidade que tem essa autorização. Então, continuam os processos de licitação normalmente, seguindo a legislação atual, que é a Lei 8.666, seguindo as alterações de novas legislações atuais. Então, só para deixar esse registro.

E também fazer coro aos colegas que de imediato saíram em defesa da aprovação deste projeto. Na verdade, da pauta de trazer, nós não teríamos Sessão Extraordinária nessa semana. Tiveram colegas deputados que saíram de lugares distantes, a exemplo Deputado Luizinho. O Deputado Luizinho estava em agenda já em Vilhena, retornou para estar presente aqui. Então, do comprometimento desta Casa com as causas importantes dos nossos municípios, em especial me solidarizando aqui com o Município de Espigão D'Oeste.

Em nome do nosso Secretário-Geral do Município

e eu tenho certeza, o prefeito é um prefeito que tem mostrado seriedade, tem mostrado transparência no seu mandato, está em um número altíssimo, percentual altíssimo, de aprovação do seu mandato e tenho certeza que irá fazer o melhor pelo município.

E dizer também, em nome do governo aqui, Presidente, o governo também já disponibilizou toda a estrutura que for necessária, através do Governo do Estado — o DER e várias frentes de trabalho —, já estão à disposição do Município de Espigão e nós nos colocamos também aqui, da mesma forma, à disposição. Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) –
Meu Secretário, Deputado Alan, belas palavras. Então, complementando o que o Deputado Delegado Camargo disse, Esse Decreto de Calamidade é específico para as causas que deram origem à calamidade. É importante, Vossa Excelência com quatro mandatos de vereança em Porto Velho, dois mandatos como deputado, é bem tranquilo, lúcido, ao dar essa explicação para o povo rondoniense. Dizer também que, complementando a sua fala, o Deputado Luizinho mesmo estava fora; está aqui, agora, para essa grande importância, o Decreto de Calamidade.

Dizer que também o nosso Presidente Marcelo Cruz, imediatamente, quando foi solicitado pelas lideranças da região, o Deputado Cirone Deiró, o Deputado Cássio, o nosso amigo Deputado Jean e todos os deputados ali, prontamente o Deputado Marcelo Cruz já fez essa Sessão Extraordinária.
Agradecer também ao Presidente.

E não podemos esquecer também o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, a equipe dele toda já está lá dando todo o auxílio à cidade de Espigão D'Oeste. A nossa Primeira-Dama, Luana Rocha, com a equipe da Seas, toda a nossa equipe do governo, competente. E eu tenho certeza que, juntos, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de Rondônia, com essa harmonia, só quem ganha é o povo de Rondônia.

E você aí, de Espigão D'Oeste, pode contar com esta Casa aqui, a Assembleia Legislativa, a Casa de Leis do povo, o templo da nossa democracia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhor Presidente, o senhor me concederia uma Questão de Ordem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com certeza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Agradeço. Nobres pares, pessoas que acompanham na rede social e as pessoas que se fazem presentes. Só quero registrar uma questão muito séria. Eu gostaria de um pouquinho da atenção de cada um de vocês.

Há poucos dias nós nos deparamos com a questão do aumento do percentual de tributação sobre o ICMS. É de conhecimento de todos. Tivemos alguns colegas aqui que votaram contra; outros que

votaram contra e não tiveram o voto acatado; outros, virtualmente, tentaram votar contra e também não conseguiram registrar o seu voto. E tivemos também um outro projeto muito importante aqui que foi sobre a tributação do agronegócio.

Quando a gente fala do agronegócio, para quem sabe e às vezes até soa, quando você fala agronegócio, é como se fosse o grande produtor rural, mas o agronegócio significa toda a cadeia da produção agrícola. Do pequeno, do médio e do grande. Inclusive, dos fornecedores de ferramentas, equipamentos, máquinas e insumos que compõem toda essa produção agrícola, que é a força da economia do nosso Estado de Rondônia.

A Assembleia Legislativa conseguiu rejeitar esse projeto do Governo do Estado de Rondônia sobre a tributação do agro, mas não teve a mesma sorte em não tributar a população de Rondônia que lá na ponta paga o preço com o aumento de ICMS. Então, é só para vocês saberem do que nós vamos falar.

E naquele momento nós fizemos uma reunião entre praticamente todos os deputados. Inclusive um colega deputado foi cerceado de participar dessa reunião. Infelizmente. Não é, Deputado Delegado Camargo? Eu nunca tinha visto isso na história de Rondônia.

Fizemos a reunião, alguns deputados optaram em vir para a Assembleia Legislativa, onde com bastante dificuldade algumas pessoas, cidadãos de Rondônia, tiveram a oportunidade de adentrar e participar da reunião.

Outros deputados resolveram ir para o Centro Político-Administrativo (CPA). Mas, isso foi uma decisão pessoal de cada um e — de conhecimento de todos — que alguns viriam para a Assembleia para atender à população; e outros iriam a uma reunião com o Poder Executivo Estadual para debater também sobre o tema ICMS. Pasmem.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, a gente está discutindo o projeto, Deputado Luizinho Goebel. Vossa Excelência está saindo da discussão do projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Desculpa, Deputado Alan Queiroz.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Alan Queiroz, não está discutindo o projeto que o senhor está lendo aí. O senhor sabe que não está discutindo o projeto. Não está em discussão o projeto. O projeto nem foi lido.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Por gentileza, Deputado Luizinho Goebel, o foco. Eu estou deixando Vossa Excelência falar por respeito a Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Assegure a palavra.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Por gentileza, conclua, só para a gente terminar, porque nós estamos tentando...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – É porque quando a gente não explica bem, como disse o Deputado Delegado Camargo, talvez eles queiram inverter.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Eu queria só que o senhor concluísse, porque a gente está precisando dessa votação para enviar logo para Espigão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então vamos pôr bem claro, Presidente. Vou concluir, Presidente. Eu passei 12 horas de ônibus indo para Vilhena na noite de ontem. Quando cheguei, 15 minutos depois que eu cheguei em Vilhena, e que eu tinha uma agenda extensa lá, eu fui avisado 15 minutos depois que tinha a Extraordinária. E eu, com medo de não ter a possibilidade de participar on-line, peguei o ônibus, rodei mais 12 horas e estou aqui. Mas, quero dizer para vocês o seguinte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Deputado Luizinho Goebel, fique tranquilo, fale pelo tempo que for necessário, o senhor é um parlamentar, isso aqui é Parlamento. A gente tem direito de fala. E aproveito para falar, não perca o foco, porque essas interrupções são para perder o foco.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Inclusive me estranha o temperamento do Deputado Alan Queiroz. Há um desespero tão grande dele em proteger, parece, o governo. Não sei que desespero é esse, Deputado Alan. O senhor não era assim. Então, eu vou falar para vocês, desse nome que vocês falaram, eu vou falar o tamanho da covardia de Marcos Rocha. Ele está usando, tentando colar, usando algumas pessoas do governo e também algumas que têm, inclusive, cargos da Assembleia Legislativa, para dizer que se nós não votarmos o ICMS, aliás, se ele tiver que voltar atrás do ICMS, que as forças de segurança não serão beneficiadas com melhoria salarial.

Só que ele prometeu isso durante cinco anos e nunca conectou isso com o aumento de tributos. Fez ao contrário. Ele falava que jamais aumentaria e tributaria o Estado de Rondônia enquanto ele fosse governador. Então, só para vocês saberem que estão usando isso. Também pegaram, coincidentemente, isso ele já — e aí eu vou falar da Casa Civil, do Secretário da Casa Civil, que a sua equipe, que inclusive mandou as mensagens, que nós temos várias. Júnior Gonçalves, aquele que de fato manda no governo — acho que todos sabem disso, não é? Pois é —, exonerando todas as pessoas que têm proximidade com os deputados que assinaram a proposta de lei do Deputado Delegado Camargo, do Deputado Luizinho e da Deputada Dr^a Taíssa. Inclusive ontem fizeram um Diário suplementar só de exonerações, 16 páginas de exonerações. Sabe para quê? Para pressionar deputado.

E essa prática não é só de agora. Essa mesma prática eles usaram na campanha eleitoral. Tanto que estão respondendo um processo eleitoral quando eles exoneraram servidores da Emater que não estavam apoiando o governo. E hoje estão respondendo uma ação judicial por isso.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Conclua, Deputado Luizinho Goebel, por gentileza. Conclua, por gentileza, para a gente dar esse foco.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E a última, para concluir, Presidente. Nós, deputados, que no outro dia estivemos no CPA, tivemos a fala proibida pelo governador. Vocês sabem disso? Pois é. Mas, nós sabemos e estamos aqui colocando agora às claras. Muita sujeira, muita sujeira vai começar a sair debaixo do tapete.

E pasmem, se não fosse só isso, Presidente Ribeiro, o próprio Governador Marcos Rocha mandou ameaçar a minha pessoa dizendo que eu não tinha força para peitar um governo militar e uma máquina do tamanho do Governo de Rondônia. Governador. Governador.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Isso é gravíssimo. Isso que Vossa Excelência está falando é gravíssimo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Conclua, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E essa ameaça foi trazida até a minha pessoa, inclusive, lá dentro do CPA, por pessoas que falam em nome do governo, que eu quero aqui ainda deixar de falar o nome para não ficar uma situação chata para eles, mas são pessoas que têm prerrogativa de falar em nome do governador para com a Assembleia Legislativa.

Então vejam só a manobra que eles estão fazendo de forma sorrateira. Daqui para frente, eu sempre, eu estou há 17 anos na Assembleia. Eu sempre tentei ser coerente. Eu sempre tentei ser justo. Mas, agora eu tomei uma decisão da minha vida que eu vou ser muito justo, custe o que custar para mim. E eu já dei o recado para ele. Só tem duas coisas que ele pode fazer comigo: uma é mandar tirar a minha vida.

Até hoje, talvez eu seja o único deputado de Rondônia que nunca andei com segurança. E vou de ônibus praticamente toda semana sozinho para minha região e volto. Então, eu sou presa fácil. Então, primeira coisa, pode tirar a minha vida.

Segunda, pode criar narrativa ou usar, como ele mesmo disse, de um governo que é muito forte, pode usar para tentar destruir a minha reputação, mas eu sempre me esforcei muito para ser correto.

E terceiro, ele pode talvez usar, inclusive, esse Parlamento, que muitas vezes ele tem usado, para tentar tirar meu mandato.

Então, mesmo diante de tudo isso, eu estou

preparado para fazer justiça no Estado de Rondônia. E encerro as minhas palavras aqui, parafraseando o Presidente do Instituto Pio XII - do Hospital do Amor - Henrique Prata, que falou o seguinte: "Marcos Rocha: um lobo vestido de carneiro".

Muito obrigado.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Senhor Presidente, por Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa, por três minutos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Vamos votar o projeto, Presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Por Questão de Ordem. Só deixar registrada uma situação? É possível? Está em discussão o projeto?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode falar, Deputado Jean.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Só para deixar claro, que embora eu acompanhei o discurso do Excelentíssimo Deputado Delegado Camargo, ele falou que vamos votar um projeto que pode causar um impacto. E eu acredito - não sei se ele acredita -, mas eu acredito que é um impacto positivo na vida daquela população, que já faz uns dois, três dias que está sem água.

Então, esse projeto - eu tenho certeza que o Prefeito Wellington não gostaria de estar encaminhando um projeto em Estado de Calamidade Pública em que Espigão D'Oeste necessitaria de água. Então, eu acredito que esse projeto é de grande valia, sim, para aquela população.

Agora, se sai da norma geral de licitação ou se permanece, cabe aí à Câmara, cabe ao prefeito. Eu tenho certeza que ele é um cara íntegro e a Câmara tem o papel de fiscalizador, e verificar o que está acontecendo. Não cabe a essa Assembleia Legislativa. O que cabe a nós, é votar um projeto para poder amparar aquela população que precisa.

Então, se for possível a gente acelerar essa situação para poder votar, porque eles estão esperando esse projeto. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Perfeito, vou dar a fala à Deputada Dr^a Taíssa, e vamos continuar o projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Muito obrigado, Presidente. Eu só queria que colocasse, ... Manvailer, coloca aí o que está, mas eu preciso que coloque antes. Já? Pode abrir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Presidente Ribeiro, nós estamos em discussão do projeto. Eu gostaria que o senhor colocasse em votação

o projeto e depois, franqueasse a fala aos demais deputados. Nós temos a tarde toda, mas o projeto está em discussão, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Seguro a fala da Deputada Dr^a Taíssa e eu volto, tá? Por gentileza. Fale Dr^a Taíssa, por gentileza.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pode colocar por gentileza. Por favor? Não, é rapidinho. Pode abrir.

Quero dar conhecimento a todo o povo de Rondônia que está circulando nos grupos de WhatsApp, deputados que são contra o aumento da segurança pública. **(apresentação de imagem no telão)**

Primeiramente, sou ex-policial militar. E tenho muito orgulho de ter usado essa farda. Jamais seria contra a segurança pública. Mas, eu sou contra essa pouca vergonha de querer pegar e colocar deputado contra a população; de querer dizer que aumento de ICMS é para aumentar salário da segurança pública. A gente precisa fazer um planejamento correto aqui dentro do Estado de Rondônia. E a gente está sofrendo perseguição e colocando essas mensagens, essas fake news dentro das nossas bases, para querer “queimar” deputado estadual, aqui.

Assinei, sim, o projeto do Deputado Delegado Camargo. Entrei com uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade), sim, sobre a questão do ICMS, porque eu não concordo com o aumento de imposto para o nosso povo. Quem vai pagar a conta Deputado Luizinho, Deputado Ribeiro, é o povo de Rondônia. É a população que está lá na base, que vai pagar um arroz mais caro; que vai pagar um leite mais caro para o seu filho; ou o cara do agronegócio, que muitas vezes tem um plantio de mandioca, que nem na minha região, e vai sofrer demasiadamente.

Então, infelizmente, o povo de Rondônia tem que saber, nós estamos sofrendo perseguições e estão contando uma mentira para a população do Estado de Rondônia. Eu, como ex-policial militar, Deputado Ribeiro, o senhor que é da segurança pública, sabe muito bem que eu jamais seria contra a segurança pública, mas eu não concordo com uma ameaça dessa de querer dizer que aumento de imposto é para majorar salário da segurança pública.

Aumento de imposto tem que ser extremamente fundamentado, tem que ser discutido com a classe, tem que conversar. E, aqui, nesse plenário, hoje, têm muitas pessoas do comércio e sabem muito bem, que não houve a fundamentação adequada e não houve a discussão da forma adequada. Então, para quem está fazendo fake news, pode ter certeza que a Deputada Dr^a Taíssa não vai se calar, não.

Obrigada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Dada a palavra à Deputada Dr^a Taíssa, agora vamos voltar ao foco.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir,

em votação o Projeto de Decreto Legislativo 317/2023, de autoria da Mesa Diretora. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 257/2023 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 170. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN. O projeto, Senhor Presidente, também necessita de parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a Vossa Excelência, o senhor Deputado Alan Queiroz, emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ – Senhor Presidente, Deputado Ribeiro, me cabe aqui relatar, Senhor Presidente, de forma técnica, é bom dizer isso de forma clara, que muitas pessoas estão querendo usar contra a gente a nossa prerrogativa utilizada aqui dentro do Parlamento e através do plenário de dar o parecer técnico, estritamente por fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça e não adentrando, neste momento, na discussão do mérito do projeto.

Mas, o nosso relatório pelas Comissões pertinentes é de forma favorável, para que o projeto esteja pronto a esta apreciação do plenário, pelas Comissões pertinentes, porque segue aqui os ritos regimentais, legais.

Portanto, é matéria constitucional, e está apta à votação.

Agora, Senhor Presidente, eu vou aqui relacionar, de forma rápida, a necessidade da votação desse projeto. Esse projeto não chegou na Casa ontem, a exemplo do que nós votamos anteriormente. Ele já está na Casa há alguns dias e pode aqui ter alguma argumentação de que falta planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado. Mas, a gente sabe que muitos projetos como esse chegam a esta Casa, a necessidade desse remanejamento.

Não é um aporte novo, não está aqui direcionando um recurso novo, mas é um remanejamento entre os Poderes para poder ser contemplado o salário dos servidores. E é por isso a urgência da votação. Ia votar na semana passada, mas, como não houve Sessão Ordinária na terça-feira, nós pedimos que esse projeto viesse para ser votado hoje, porque a Folha já está muito próxima de fechar e precisamos pagar os servidores do Estado de Rondônia.

Então, esse é o nosso argumento, agora pelo mérito da matéria, pedindo aqui a aprovação dos pares ao projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado pelo parecer favorável, Vossa Excelência, Deputado Alan Queiroz. Em discussão o parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Palavra concedida ao Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, eu vou pedir que Vossa Excelência apenas me dê cinco minutos, que eu possa ler aqui, já vou discutir o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Concedido.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Já entendi. Já entendi o que está acontecendo aqui. Vamos lá. Senhor Presidente, nobres Deputados, povo de Rondônia que nos acompanha. Bom, o que está acontecendo aqui? O que é esse projeto? É um projeto encaminhado pelo governo pedindo para abrir uma suplementação lá na Sefin. O que é suplementação? Mandar dinheiro para lá. Vou traduzir: mandar dinheiro para lá. É o governo dizendo: “Ei, eu preciso tirar o dinheiro daqui e colocar aqui na Sefin, para poder pagar o pessoal da saúde. Eu preciso tirar o dinheiro” — abro aspas — “de uma conta, de um cofre que está aqui e colocar para cá, que é para pagar o povo”. Traduzindo: é isso o que o governo quer. Agora vem a pergunta: mas, por que isso? Sempre comece pelos porquês. Por quê? Não. Vamos lá, por quê? Tem o seguinte, no início do ano foi enviado aqui para esta Casa, o que popularmente nós conhecemos, na linguagem aqui dos bastidores, como “jabuti”. O que é isso, o “jabuti”? Vem uma matéria tratando de um assunto e lá no meio dela, nas entrelinhas, você coloca uma outra matéria. O STF (Supremo Tribunal Federal) chama, inclusive, isso de contrabando legislativo, na linguagem do STF.

Então, no início do ano, o que aconteceu? O governo começava a manejar, tirar dinheiro de uma conta, colocar em outra, tirar daqui, de uma rubrica, coloca na outra. Tudo de forma automática, sem precisar autorização desta Casa. Quando o Parlamento aqui se deu conta disso, o pessoal, “Opa, estão tirando dinheiro de um cofre e colocando no outro sem a gente poder controlar. Vamos mudar isso”. Graças a Deus, a gente mudou.

Hoje, para eles poderem alocar recursos, claro que eles têm um limite para movimentar, mas, ultrapassado esse limite, tem que vir para cá pedir autorização da Casa do Povo. Então, é por isso que isso aqui chegou. É por isso. Porque se não tivesse essa alteração que nós aprovamos nesta Casa, isso aqui ocorreria sem ninguém saber. Porque o governo colocou

esse “jabuti” no início do ano.

Eu estou falando aqui de princípios de boa-fé. Eu estou falando do princípio da observância, da transparência. Eu estou falando aqui de um princípio universal chamado respeito ao povo.

Então, esse projeto aqui está tirando dinheiro de um local, colocando em outro para fazer o quê? Para pagar aquilo que é mais justo, que é o salário decorrente do suor do povo. Está tudo certo. Vai ser aprovado. Claro, tem que pagar salário. Opa! Tem que pagar.

Só que eu estou falando sabe de quê? De desplanejamento. Compreende que governo confuso? Não, não. É parecido o nome Confúcio com confuso. É bem parecido. É parecido. Tanto que a atual equipe econômica, Deputado Luizinho Goebel, do atual Governo Marcos Rocha é a mesma equipe do Confúcio. É a mesma. Por que será? Aliás, ele era da equipe do Confúcio Moura. Surpresa? Zero. Surpresa zero, por isso que está assim. Chega de última hora, o coitado do servidor da saúde desesperado.

Eu tenho mais, ali, de 5 mil mensagens no meu celular. Não consigo ler todas, peço desculpas já. Mas, as últimas que eu vejo correndo na minha tela ali, chega está travando o celular, é o pessoal dizendo: “Deputado, aprove o nosso salário.” Vai ser aprovado. O pessoal aqui vai mandar a o dinheiro, fica tranquilo. Só que, até quando? Mês que vem outro e no outro vem outro, em novembro vem outro?

Então, Senhor Presidente, só para encerrar a minha fala aqui. Eu me assusto, não me assusto não, porque eu não nasci de susto. Eu fico perplexo quando eu vejo um deputado com a experiência do Deputado Luizinho Goebel chegar nesta tribuna e dizer o que disse. Que o governo exonera servidores porque perdeu eventuais aliados políticos. Ele não está preocupado com a eficiência. Se o cara trabalhava bem, se ele contribuía para população, se o serviço dele era transparente. Não, nada disso importa. “Ah, não me acompanhou?” Não está de acordo com o faraó? “Então toma, caneta em você”. E manda embora.

Você sabe qual é o desespero dele? Ei, Marcos Rocha, eu não tenho um cargo no teu governo, lembra? Lembra quando você me ligou pedindo apoio para o segundo turno e eu falei: “Governador, mande seu plano de governo que eu vou ler.” Eu falei isso para o senhor. Primeiro, o seu Secretário da Casa Civil me ligou e eu falei: “Não, se ele quiser falar comigo ele me liga.” E o senhor foi obrigado a me ligar pedindo apoio. E eu lhe pedi, o senhor lembra? “Mande para mim o seu plano de governo que eu vou ler, vou comparar com o, da época, Senador Marcos Rogério e vou ver o que é melhor para o povo e eu lhe digo qual que eu vou...” O senhor nunca mandou. O senhor disse “Ah, deputado...”. O senhor sabe que eu estou falando a verdade.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Conclua, por gentileza. Já passou os cinco minutos, conclua, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vou concluir. Vou Concluir. O senhor disse o seguinte: "Ah, deputado, nem tudo que está ali no plano de governo o senhor sabe que a gente não consegue cumprir." Agora eu compreendo. Agora as coisas se encaixam. Porque o senhor está exonerando servidores, porque não perdeu aliados políticos. E o senhor está desesperado tentando assassinar a minha reputação, talvez. Porque eu não tenho um cargo no seu governo, um desgoverno.

Portanto, só para encerrar, na próxima Sessão a gente tem mais coisa para falar, mas eu não quero fugir à matéria.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Conclua.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu vou acompanhar aqui o voto.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Em discussão ainda o parecer.

Venho aqui dizer que, após as manifestações, é um projeto importantíssimo que será votado, está se discutindo o parecer, o Projeto de Lei 257/2023, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN", para pagamento de servidores públicos da saúde - Sesau.

Acredito muito que o Governo do Estado de Rondônia tem uma gestão de solidez fiscal importantíssima, tem triplo A de solidez fiscal, tem uma equipe econômica competente, certo? Eu acredito muito na Secretária Bia, no seu planejamento da Sepog (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão). Eu acredito muito no Luís Fernando, da Sefin. Rondônia tem os maiores índices de economia, é um dos Estados que mais cresce, é o terceiro maior Estado que mais cresce em PIB (Produto Interno bruto). Várias empresas vindo para Rondônia. É a menor taxa de desemprego. Então, nós estamos, sim, trilhando um caminho certo.

Há pouco tempo, Deputado Alan, eu fui a convite do Presidente da Assembleia Legislativa representar a Casa em Lima, no Peru. E eu vi com meus próprios olhos a presença do governador em Lima, porque, enquanto nós estávamos aqui no Brasil discutindo a eleição, nós fomos lá em Lima e vimos um porto que a China está fazendo, que está entre as dez maiores obras do mundo dos últimos 60 anos, é o Porto Chancay. O investimento, o valor final será de US\$ 4 bilhões e é uma saída estratégica da China para a América do Sul. Então, Rondônia, Acre, Mato Grosso, o escoamento dos commodities, saindo por esse canal que será feito agora, inauguração ano que vem, Rondônia será, sim, uma potência, mais ainda, econômica. Nós teremos, sim, um Estado cada vez mais forte, cada vez mais rico.

Eu acredito muito na defesa, na gestão do Governador Marcos Rocha. É um homem humilde, cristão, sei muito bem das qualidades dele como governador. Confio nele, sei muito bem que a Assembleia Legislativa — como foi falado — é o templo da democracia. Todos os pares podem falar o que quiserem, mas o Governador Marcos Rocha, equipe econômica, vamos aprovar, sim, esse aumento de R\$ 18 milhões e depois nós vamos, sim, conseguir aprovar esse crédito para pagar todos os servidores que tanto precisam receber o salário na próxima terça-feira.

Por gentileza, Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Presidente, só para a gente encaminhar para encerrar a votação, que eu acredito que é o mais importante, e, em um momento oportuno eu vou me manifestar, porque eu acredito que eu respeitando, sou defensor do Regimento, e, respeitando o Regimento, eu vou me ater à discussão do projeto. Está certo?

Sou base aliada do governo. O governo está no caminho certo. Em alguns momentos têm decisões que impactam, que não são tão bem vistas aos olhos da população, mas, ao longo, o tempo vai dizer, não é? O mandato dele — foi reeleito —, então, mostrou que está no caminho certo e isso vamos ver lá na frente. Certo? Então, vou me ater à discussão do projeto. Obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação o Projeto de Lei 257/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN."

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, Senhor Presidente, a deliberar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 31 de outubro, em horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 52 minutos)

13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir o processo de transposição dos servidores e servidoras do ex-território e a agilização da PEC 47 que tramita na Câmara Federal.

EM: 23.10.2023

INÍCIO: 14h53min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, sejam todos muito bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 565/2023, de autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Cláudia de Jesus, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir o processo de transposição dos servidores e servidoras do ex-território e agilização da PEC 47 que tramita na Câmara Federal.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, do Facebook, do Youtube e também pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública;

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol;

O Senhor Elton Parente de Oliveira, Diretor de Previdência, neste ato representando o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos — IPERON;

O Senhor João Bosco Costa, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos — DIGEP/RO;

A Senhora Lionilda Simão de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia — Sintero;

O Excelentíssimo Senhor Silvio Luiz Rodrigues da Silva, Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas — SEGEPE, neste ato também representando a SEPOG/RO (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão);

O Senhor Nereu José Klosinski, Diretor do Sintero, Representação de Assuntos Federais;

A Senhora Célia Aparecida de Campos, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde de Rondônia, Sindsaúde;

O Senhor Evaniel Medeiros de Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado de Rondônia — Sinttel/RO;

Neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus procederá à abertura oficial desta Audiência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Muito boa tarde a todos os senhores e senhoras. Sejam todos muito bem-vindos nesta Casa Legislativa para que a gente possa realizar essa Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o processo de transposição dos servidores e servidoras do ex-território e a agilização da PEC 47 que tramita na Câmara Federal.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino “Céus de Rondônia” (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino “Céus de Rondônia”)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes pessoas e entidades:

Membros da Diretoria da CUT/RO – Central Única dos Trabalhadores;

Senhor Denyvaldo dos Santos Pais Júnior, Advogado do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia – SEEB/RO;

Senhor Wanderson Modesto, Secretário Jurídico, representante dos Sindicatos dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia – SEEB/RO;

Senhor Evaniel Medeiros de Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Rondônia – SINTTEL/RO;

Senhor Orisvaldo Bezerra de Sales, Coordenador da Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho;

Senhor Mirim Luiz Brito, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, SINDLER/RO;

Senhora Adeilza Coutinho, Presidente da Comissão dos Ex-funcionários do BERON (Banco do Estado de Rondônia);

Senhora Catarina Raquel Sousa Souto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e de Classe no Estado de Rondônia, SINTES/RO;

Senhor Emílio Márcio de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Analistas Tributários do Estado de Rondônia, SINAFISCO/RO;

Senhora Ellis Regina Batista Leal Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho - SINDEPROF;

Senhor Joelson Chaves de Queiroz, Secretário-Geral e Representante do Sindicato dos Professores e Professoras – SINPROF/RO;

Senhora Angela Souza, assessora representando a Associação dos Servidores em Transposição do Ex-Território para o Estado de Rondônia – ASSERTON;

Senhora Claudir Mata Magalhães de Sales, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores

em Educação – CNTE;

Senhora Flávia Hiromi Takahashi, representando o Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDSEF/RO;

Senhora Elzilene do Nascimento Pereira, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Rondônia – CUT/RO;

Senhor Valter Belarmino, Diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco;

Senhora Lúcia Amaral, Integrante do Grupo de Professores Transpostos Aposentados;

Senhora Doralice Alves, representando a Escola Estadual Professora Doralice Sales Cavalcante, de Nova Mamoré;

Senhora Lourdes Aparecida Brito, merendeira, nesse ato, representando a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Solimões;

Senhora Jéssica Tolentino Paes Mingardo, Advogada do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia – SINPOL;

Senhora Rosa Negra Ferreira, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado de Rondônia – MNU;

Após o agradecimento e o registro das presenças de todas as autoridades, pessoas e entidades aqui presentes, neste momento a Excelentíssima Senhora Deputada Cláudia de Jesus conduzirá a presente Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Essa Audiência Pública tem como objetivo de a gente tratar a PEC da Transposição, a Emenda 47, hoje, que tramita na Câmara Federal. E a demanda dessa Audiência Pública foi uma reivindicação que recebemos pelo nosso mandato através do Sintero e dos demais sindicatos, Sindsaúde, e várias representações que representam os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado de Rondônia. E esse espaço é pertinente para isso mesmo, para fazer o debate, para que a gente possa realmente nos organizar e entender o que isso significa para os trabalhadores do nosso Estado, mas também para o Estado de Rondônia, o impacto positivo que isso gera também para o nosso Estado.

E a gente precisa, como classe política, povo organizado, instituições que têm esse poder de decisão, se unir para que a gente possa fazer gestão junto ao governo federal para que isso de fato aconteça.

A gente sabe que essa história começou lá atrás, através da nossa ex-senadora Fátima Cleide, quando fez a proposição da Emenda Constitucional 60. A Fátima foi uma grande guerreira, que começou na defesa do nosso Estado, na defesa dos trabalhadores, e hoje a gente retoma isso com muita força, acreditando na força do nosso povo; também precisando do apoio do governo federal, mas também especialmente da bancada federal do nosso Estado, para que se faça gestão, para que essa PEC hoje que tramita naquela Casa possa de fato

ser pautada e que essa realidade se transforme aqui em Rondônia, e que isso aconteça de fato a todos os trabalhadores.

Para que a gente possa contextualizar toda a trajetória dessa PEC que já iniciou desde a proposição da nossa ex-senadora e que hoje já tramita novamente, foi aprovada no Senado como a PEC 07 e hoje está como a PEC 47 na Câmara Federal, eu quero convidar o Nereu para que ele possa fazer uma exposição para nós com bastante propriedade.

Depois também nós iremos ouvir o senhor José Anchieta, que é o assessor do Senador Randolfe Rodrigues, e depois também a gente vai ouvir a nossa ex-senadora.

Mas, antes de passar para o Nereu, eu quero aqui fazer os agradecimentos de forma muito especial a todos vocês que se fazem presentes aqui, que representam os diversos sindicatos, as organizações, o Sintero, mas também quero aqui cumprimentar o meu companheiro, o Deputado Estadual Ribeiro, que nos honra aqui com a sua presença e que é um grande defensor dos trabalhadores do nosso Estado.

O Deputado Ribeiro acompanhou a votação no Senado dessa PEC 07, e hoje também está aqui para contribuir. Ele está muito envolvido nesse processo. Eu agradeço, Deputado Ribeiro, por você estar aqui. A gente precisa realmente, dentro desta Casa Legislativa, “engrossar o caldo”, porque a gente não tem poder de decisão diretamente, mas indiretamente a gente pode fazer uma grande gestão, hoje, junto com a nossa bancada, pedindo apoio, fazendo documentos, e o Deputado Ribeiro já tem feito isso. Neste momento, a gente se une aqui para poder também articular com os demais deputados.

Quero também aqui agradecer ao senhor Sílvio Luiz Rodrigues da Silva, Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas, da SEGEP, que se faz presente aqui conosco na Mesa. Seja muito bem-vindo, obrigado pela presença.

Também quero aqui agradecer do senhor Elton Parente de Oliveira, Diretor de Previdência, neste ato representando o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - Iperon. Seja muito bem-vindo aqui conosco.

Quero também aqui cumprimentar o senhor João Bosco Costa, que representa aqui o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, através da DIGEP.

Também quero cumprimentar a nossa companheira e presidente do Sintero, a Lionilda Simão. Seja muito bem-vinda. A Léio foi uma das pessoas que esteve junto também ao nosso gabinete reivindicando para que nós pudéssemos fazer esta Audiência Pública.

Quero aqui também fazer o cumprimento à Célia Aparecida de Campos, que é presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde do nosso Estado de Rondônia. Seja muito bem-vinda. Obrigada por também estar contribuindo com essa pauta tão valorosa.

Cumprimentar também o senhor Evaniel Medeiros de Medeiros, presidente do Sindicato dos

Trabalhadores de Telecomunicação do Estado de Rondônia, Sinttel. Seja bem-vindo aqui conosco.

Também quero cumprimentar a todos que nos assistem de forma remota, à distância, através do Youtube, das redes sociais. Obrigada pela participação de vocês. Teremos também algumas participações aqui por via remota também conosco.

Dando prosseguimento, a gente compartilha essa responsabilidade desse debate organizado aqui com o nosso companheiro. Depois que a gente ouvir essas três contribuições de fala, nós abriremos para o auditório para que a gente possa ouvir também a nossa plenária. A gente vai conceder o direito a dez inscrições para poder contribuir com o tema. Depois retornaremos para a Mesa para ouvir as autoridades presentes que também vieram aqui para contribuir.

Neste momento agora, eu convido o Nereu para que ele possa fazer uma explanação para nós.

O SR. NEREU JOSÉ KLOSINSKI – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero, para ganhar tempo, saudar a Mesa na pessoa da proponente da Audiência Pública, a Deputada Cláudia de Jesus e os nossos companheiros e companheiras aqui ansiosos para que a gente consiga resolver mais uma batalha da transposição.

A minha tarefa aqui é mais clarear quem está dentro da proposta, pelo menos, aprovada no Senado. É importante lembrar para os companheiros e para as companheiras que lá em 2003 quando a então Senadora Fátima Cleide propôs a PEC — não lembro o número que ela se originou no Senado, mas ela acabou sendo aprovada na Câmara depois como Emenda Constitucional 60. Já naquela data, a Senadora Fátima Cleide propôs a transposição aos quadros da União os profissionais contratados a partir da transformação do território em Estado até 10 anos após isso. Então, como o território foi transformado em Estado em 1981, até 1991. A proposta original da então Senadora Fátima Cleide foi exatamente 10 anos, por quê? Porque existe a Lei Federal nº 41 que, ao transformar território em Estado, diz que a União ficará responsável por 10 anos até o Estado se estruturar.

Com essa tese, a Senadora Fátima Cleide propôs a Emenda Constitucional para, justamente resolver essa questão, porque, se a União era responsável por 10 anos após a transformação em Estado, ela tinha que efetivamente contratar esses profissionais. Então, a Senadora Fátima Cleide fez isso. Aprovou no Senado, porém nós sabemos que ela precisa tramitar nas duas Casas em duas votações. Quando ela foi para o Congresso Nacional, para a Câmara Federal, na Câmara Federal fizeram a alteração, os deputados federais da época fizeram a alteração e excluíram uma parcela desse pessoal. Excluíram uma parcela de pessoal colocando da data da transformação do território em Estado até a posse do primeiro governador eleito, que foi 15 de março de 1987. Está certo? Então, essa é a primeira situação.

Depois vieram as demais PEC's que contemplaram

Amapá e Roraima, não precisa falar aqui nessa questão, apenas que em uma das PEC's — talvez o Evaniel fale —, foi incluída a questão das autarquias. Mas, resumindo, a situação original é essa. O que aconteceu? Como foi retirado na Câmara Federal essa parcela de profissionais, o que ocorreu? O Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, propôs uma nova PEC no Senado.

Então em 2018, essa PEC já está tramitando, só para vocês terem uma ideia, desde 2018 no Senado e somente há poucos dias eu e o companheiro Manoel, do Sintero, também estivemos acompanhando a votação, junto com a Fátima Cleide e vários outros. Houve uma caravana de profissionais aqui com os companheiros do Sindsef (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia) e outras pessoas participaram efetivamente aqui dessa mobilização e da aprovação no Senado.

O que foi aprovado no Senado? É importante a gente ter clareza aqui e dizer assim: está garantido? A gente espera que sim, porque o nosso projeto é agora fazer com que na Câmara Federal seja aprovado da forma como foi no Senado. A nossa tarefa aqui, quando a gente pede apoio aos deputados estaduais, estamos pedindo apoio aos deputados federais, é que eles aprovelem da forma como ela foi aprovada no Senado.

E se eles aprovarem da forma como foi aprovada no Senado, vai garantir, então, a efetiva transposição aos quadros da União — claro, quem quiser, vai ter o período para optar, vai ter toda uma situação. Não é obrigado, porque tem algumas carreiras, por exemplo, elas são mais vantajosas no Estado de Rondônia do que na União. Então, você não é obrigado a ir para os quadros da União, mas você vai ter a oportunidade de optar, para quem foi contratado a partir de 16 de março de 1987 até 31 de dezembro de 1991.

Algumas observações. Vai acrescentar, inclusive o pessoal antes de 1987, é uma situação — pelo menos é o que está aprovado no Senado, temos de dizer isso — é que quando as PEC's de Roraima e Amapá foram aprovadas, eles incluíram, até a posse do governador eleito, um parágrafo de que não precisaria o profissional estar em efetivo exercício ou aposentado no ex-território. Então, eles colocaram: se a pessoa, por exemplo, nesse período de 1981 até 1991, tivesse passado por Rondônia, trabalhado por um período de 90 dias, seja de forma efetiva, seja de forma temporária, ele ou ela teria a oportunidade de vir se apresentar (vindo no tempo assim depois da regulamentação) e ser nomeado para o cargo para o qual ele tinha trabalhado nesse período de 90 dias, naquela data. Então, independentemente de ele ter sido exonerado, ter pedido a exoneração, ele teria essa oportunidade.

Se houver esse interesse da parte dele, se no período de 1981 a 1991, ele trabalhou aqui no Estado de Rondônia por 90 dias, ele poderia vir aqui e optar por ser enquadrado nos quadros da União. E isso vale para os estaduais e, nessa PEC agora, é importante registrar, vale para os municipais. Está certo? Está aqui a companheira Ellis, presidente do Sindeprof, não é? Lembrando que

em Porto Velho nós temos um número muito grande de profissionais contratados nessa data.

Então, essa inclusão na PEC 07 em relação à forma original, acrescentou aqui os municipais, e também acrescentou — que não havia nas autarquias, porque nas emendas anteriores havia que as autarquias e empresas públicas na forma primeira da emenda, dizia que elas tinham que ter sido originadas no ex-território —, e agora, não. Nessa PEC 07 está garantindo, independentemente de quando ela foi criada, desde que esse período.

Por isso, nessa PEC, acrescenta-se às autarquias que já estavam, os “peronianos” — porque o Banco do Estado de Rondônia foi criado após a criação do Estado de Rondônia — então, nessa PEC aqui, estão contemplados os “peronianos”, nessa proposta. Pelo menos o que foi aprovado no Senado.

O que se acrescentou, ainda que tinham algumas pendências — e que a gente viu aqui até na chegada, uma faixa dos aposentados — aposentados no período anterior à Lei 12772, que garantiu a inclusão no Plano de Carreira do Ensino Básico e Tecnológico, a avaliação é de que na Emenda Constitucional dos senadores com quem a gente conversou, não tinham como colocar, pelo menos esse era o argumento.

Mas, nessa PEC que foi aprovada no Senado, ela resolveu, acrescentou mais duas situações no nosso caso, dos pendentes da situação anterior: uma famosa situação aqui do “N.A. para o N.I.”. O que é isso: o pessoal que foi contratado como nível auxiliar, mas que uma lei federal de 1992 e 1993, garantiu que esses profissionais fossem contratados como nível intermediário. Então, isso consta na lei, porém, a Lei 13.681, que é a atual, não está enquadrando o pessoal nessa situação. E isso gera uma perda muito grande para o pessoal que está indo para o quadro federal — esses primeiros aí, até 1987 — o que gera uma perda muito grande, porque eles estão sendo enquadrados como nível auxiliar, que é um nível de primeiro grau e eles têm direito, pela legislação, na nossa interpretação, como nível intermediário, que é o nível de ensino médio, segundo grau antigo.

Então, essa PEC resolve essa situação também desse pessoal. Além de dar mais uma oportunidade para os profissionais, para os professores, desde que enquadrados naquela situação de data de contratação, e que não tiveram, não apresentaram a opção de enquadramento no Plano de Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, eles voltarem a ter essa oportunidade ali de optar ainda. Então, tem mais essas duas situações que são extra data de contratação, e, claro, já resolve o problema de todos, não só os de 1981 e 1987, mas de 1981 a 1991, e de todos os cargos ali, independentemente de serem do Executivo. Ele vale para a empresa pública e vale para outras situações.

O que a gente não vai se ater aqui, até porque em alguns casos vai depender se não conseguir acordo na negociação vai para a Justiça, que é o pessoal que tem direito a ser transposto, por exemplo, nos Poderes, nos Poderes ou empresas. Dependendo da situação, a

pessoa está em um Poder, em uma empresa, que, por exemplo a Assembleia Legislativa. Não é porque o povo ganha muito bem, mas o Plano de Carreira da Assembleia Legislativa, aqui de Rondônia, um profissional de nível intermediário ganha muito mais do que um profissional de nível intermediário do Executivo Federal. Porém, a interpretação é de que esse funcionário do Legislativo Estadual deveria ser equiparado ao Legislativo Federal. Aí é vantajoso para ele ou para ela.

Então, mas nós não vamos discutir isso, não é? Essa é uma outra etapa, é uma outra situação. O que nós vamos discutir aqui são os cargos, e aí inclui todos os profissionais do Executivo, inclui a Polícia Militar, inclui as empresas públicas, desde que trabalham ou trabalharam nesse período pelo Estado de Rondônia. Está certo? Então esse é um “geralção” da situação. Eu nem vou me ater aqui, deputada, até para ganhar tempo para a gente ser rápido.

A gente já tem alguns encaminhamentos, algumas propostas, não é? Por exemplo, em relação de como a gente vai atuar em conjunto com a Assembleia Legislativa para que isso seja aprovado. Mas, a gente sabe que primeiro a gente precisa de uma etapa junto ao Congresso, à Câmara Federal, com a nossa bancada e com as demais para que ele seja pautado pelo Presidente da Câmara. Essa é uma pressão, porque nem sempre, isso não depende do governo, isso não depende da oposição. Isso é uma prerrogativa do Presidente da Câmara dos Deputados. Ele tem essa situação, ele tem essa prerrogativa de Presidente de incluir ou não, está certo? Tem algumas regras, tem que ter assinaturas, tem que ter isso, mas a gente sabe que se tiver aval do Presidente já está praticamente no caminho de ser pautado e, claro, depois a gente garantir a aprovação. E uma outra situação, por exemplo, que a gente não tem informações claras de quanto o Estado de Rondônia e os municípios vão ganhar com isso. Mas, essa Audiência Pública a gente só vai dar um “geralção” aqui. E no decorrer da Audiência e após isso, aqui nós temos a Deputada Cláudia e o Deputado Ribeiro para requererem junto ao Governo do Estado e ao Iperon, para felicidade nossa estão representados aqui, mas oficialmente é importante que passe pela Assembleia Legislativa um requerimento em que o Estado faça um relatório para a Assembleia Legislativa de quantos profissionais foram contratados. Por exemplo, do Executivo, da Polícia, fica fácil, quantos foram contratados, nesse caso agora de 16 de março de 1987 até 1991 — quais os cargos, número de profissionais —, e com isso nós vamos conseguir saber quanto o Estado vai economizar ou quanto o Estado vai economizar no custo da Folha de Pagamento — é uma situação —, mas quanto ele vai ganhar com investimento de fora.

Porque, por exemplo, na transposição dos aposentados, dizer assim: “Ah, mas o Estado não tem economia.” Por quê? Porque é o Iperon que já paga, então não tem o que o Estado economizar. Porém, é um recurso que o Iperon não precisa dispor para pagar os aposentados e vem dinheiro de fora para quê? Para a

economia do nosso Estado de Rondônia.

Então, quer dizer, o Estado ganha de todas as formas, porque são mais recursos que vêm para o Estado de Rondônia, nessa situação via pagamento de profissionais em atividade, porque vão prestar serviço ao Estado e aos municípios, e também vão ter condições do aposentado, o aporte de recurso do governo federal para ampliar a geração de economia.

E, claro, isso em relação ao Estado a Assembleia pode fazer através de requerimento. E sugestão, já tem nessa linha, de que a gente peça também para os municípios. Porto Velho eu sei que não vamos ter dificuldade, temos a vereadora aqui presente, ela já vai poder fazer um requerimento. Mas, os deputados podem também solicitar aos municípios, não de forma impositiva - de requerimento que eles têm que cumprir -, mas do ponto de vista de subsidiar para que a gente encampe essa luta para que o Estado garanta o apoio nessa situação — logístico, político — e que os municípios também possam aderir a essa situação.

Então, acho que era isso mais ou menos que eu tinha para dar uma abertura, dar um norte, para dar uma clareada, para saber quem é quem. Como eu disse, nós não vamos discutir aqui tabela salarial porque é uma segunda etapa. Claro que em alguns casos, nos seus sindicatos, cada um pode fazer esse trabalho, para você fazer um planejamento - se eu for para o quadro, quando eu for para o quadro, qual vai ser o meu salário? Isso aí, a gente tem condições de fazer, mas não é aqui na Audiência Pública que a gente vai fazer. Isso aí, é uma etapa que a gente pode fazer cada um lá no seu sindicato. Obrigado pelo espaço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado Nereu, pela contribuição.

Agora a gente vai ouvir o José Anchieta - que é o assessor do Senador Randolfe Rodrigues. Não sei se já está pronta a participação dele que é on-line. Pessoal do apoio?

Vamos fazer uma inversão aqui da ordem, então, vamos ouvir a nossa ex-senadora Fátima Cleide, ela também irá dar a sua contribuição.

Fátima, seja muito bem-vinda. Obrigada pela sua participação, por vir aqui nos prestigiar, mesmo distante, mas você tirou um tempo para contribuir conosco. Seja bem-vinda.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA (Por videoconferência) - Olá, boa tarde, me escutam?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, estamos te ouvindo, sim, Fátima. Pode falar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA (Por videoconferência) – Obrigada, deputada. Eu quero iniciar, parabenizando a Deputada Cláudia de Jesus e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação pela iniciativa de discutir na nossa Assembleia Legislativa, a PEC 47, que muito tem a contribuir com o nosso Estado de

Rondônia.

Quero também, cumprimentar a Presidenta do Sintero - companheira Lionilda Simão; a Dioneida Castoldi, que eu vi aí - que hoje é a Secretária-Geral do Sintero; a companheira Claudir Sales - pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura), e cumprimentar carinhosamente o companheiro Nereu Klosinski, e agradecer porque grande parte do que eu tinha para falar aqui, o Nereu já se antecipou. Isso me deixa falar de outras coisas.

Então, Deputada Cláudia, meus parabéns pela organização dessa Audiência. Quero cumprimentar também, a todos os que participam presencialmente na Assembleia Legislativa e também, os que nos acompanham através da TV Sintero.

Eu queria dizer que vejo com muita alegria a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, em resgatar através da PEC 07, inicialmente – hoje, PEC 47, na Câmara - a nossa tese, que junto com os sindicatos - lá em 2003 -, nós construímos a PEC, eu não lembro bem o nome agora, mas que teve lá no Senado, mas que resultou uma Emenda Constitucional 60.

Como o Nereu falou, após a Emenda Constitucional 60, três outras proposições já foram aprovadas no Congresso Nacional. Porém, elas ainda deixam uma série de servidores principalmente, no Estado de Rondônia, sem ter o acesso ao benefício da transposição. E são servidores que originaram a nossa intenção legislativa de dar-lhes cobertura, de cobrir essa questão do direito. Porque são aqueles que foram demitidos lá no ano 2000.

Então, essa é a origem, esse é o objeto primeiro do nosso trabalho no Senado Federal ao apresentar a PEC, que resultou na Emenda Constitucional 60. E buscando, naquele momento - como já falou aí o Nereu - e a minha alegria com o trabalho do Senador Randolfe Rodrigues é justamente isso, porque ele resgata a tese de que devem ser transpostos todos os servidores que trabalharam no período de constituição do Estado, garantidos pela Emenda Constitucional 41 – que foi para o Estado de Rondônia, de dezembro de 1981 a dezembro de 1991.

Infelizmente, na Câmara Federal, esta tese foi vencida. E a Emenda Constitucional 60 abraçou apenas os servidores até março de 1987, data em que nós tivemos a eleição do primeiro governador eleito, aliás, da posse do primeiro governador eleito.

Então, a Emenda Constitucional 47, Deputada Cláudia, é muito importante porque ela resgata além da tese dos 10 anos de Constituição do Estado, também corrige as lacunas que as outras Emendas Constitucionais não deram conta de abraçar. Como é o caso do pessoal do N.A., que é o nível auxiliar, e que deveriam ser enquadrados como N.I., nível intermediário.

E também ela resgata a questão das outras empresas e autarquias que não estavam previstas nas Emendas Constitucionais aprovadas anteriormente.

Eu quero lembrar que é muito importante a aprovação dessa matéria no que ela é uma decisão

política. Ela resulta do trabalho da bancada federal, mas ela demonstra também o compromisso do governador ou do presidente de plantão. Em 2003, quando eu apresentei essa matéria, a gente estava em pleno governo do Presidente Lula. Lembram? Era primeiro ano de governo. E, em 2006, nós tivemos a aprovação dessa matéria no Senado Federal. Em 2009, nós tivemos a aprovação final na Câmara e a sanção pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois, em 2014, que era governo da Presidenta Dilma, nós tivemos a aprovação final da Emenda Constitucional 79, e em dezembro de 2017 nós tivemos a aprovação da Emenda 98. O Senador Randolfe apresentou a PEC 07 em 2018.

É importante a gente lembrar que, neste período, nós estávamos sob o governo de uma outra pessoa, de um outro projeto político. E o Senador Randolfe só conseguiu aprovar no Senado Federal esta Emenda agora no retorno, no terceiro governo do Presidente Lula em 2023: cinco anos para aprovar.

E no meio disso nós tivemos um Presidente do Senado Federal, que era Davi Alcolumbre, do Amapá. O mesmo Estado do autor da Emenda 47. E tínhamos também um relator, que era líder do governo passado, que era do Estado de Rondônia. Então, eu estou afirmando isso para mostrar o compromisso do governo do Presidente Lula a esta matéria. É uma matéria que está sendo discutida, como disse Nereu, no Congresso Nacional.

Neste momento, depende do trabalho da nossa bancada federal lá na Câmara Federal. depende que os nossos oito deputados federais tenham forças para fazer com que seja imediatamente determinado, que a matéria vá para a Comissão de Constituição e Justiça ou a uma outra Comissão Especial, se assim for o caso, que a Câmara decidir e que defina logo quem são os seus relatores, para que a gente possa ter essa matéria sendo apreciada lá na Câmara Federal.

Então, eu quero aqui dizer que, no Senado Federal, agora em 2023, pude contribuir nos debates, nas discussões de bastidores junto à bancada federal, principalmente do meu partido, que é o Partido dos Trabalhadores, e junto à bancada do governo. E agora, na Câmara Federal a gente vai continuar, porém depende muito do trabalho dos oito deputados federais.

Então, eu quero dizer que continuo na luta, torcendo muito para que a gente possa ter essa matéria o mais rápido possível decidida, porque ela garante principalmente a seguridade com relação à previdência daqueles funcionários públicos que construíram o Estado de Rondônia e que, em 2000, foram demitidos injustamente. O único Estado que teve essa questão da demissão de dez mil servidores foi o Estado de Rondônia.

Por isso que essa matéria me é tão importante, e assim, é uma questão de honra, sabe, Deputada Cláudia, e quem está nessa plateia, e quem nos assiste pela TV. É muito importante que a gente possa honrar principalmente aqueles companheiros e companheiras servidores públicos que estavam no Estado no ano de 2000, que foram demitidos, e principalmente aqueles

que tombaram, que foram a óbito pela depressão, pelo desgosto de ter a vida empregatícia, de ter o seu emprego cortado em pleno vigor da sua juventude.

Então, é uma honra para mim poder acompanhar, poder estar aqui neste momento e poder dizer a vocês que contem com a Senadora Fátima Cleide, onde eu estiver para que a gente possa ter esse direito assegurado para os servidores públicos do Estado de Rondônia.

Muito obrigada. E, Deputada Cláudia, estou aqui em Brasília, na Secretaria-Geral da Presidência da República agora, à sua disposição para esta e para as outras matérias de interesse do povo e da classe trabalhadora do Estado de Rondônia. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito obrigada, companheira Fátima pela contribuição, por ter iniciado esse debate. Até hoje, como senadora, contribuiu muito e até hoje continua contribuindo e a gente vai precisar muito do seu apoio aí junto ao governo federal.

A gente tinha outra pessoa que iria contribuir conosco, o José Anchieta, que é o assessor do Senador Randolfe, porém a gente não está conseguindo falar com ele. Então, a gente vai prosseguir aqui com os nossos trabalhos.

Eu quero também fazer um agradecimento à Vereadora Irene, lá da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste, que está aqui conosco. Seja muito bem-vinda.

Quero agradecer também a presença da nossa Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia (SRTE-RO), Tereza Janete Santos. Seja muito bem-vinda.

Agradecer também a presença do Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Gervano Vicent, que está conosco. Seja muito bem-vindo.

E também quero convidar para se fazer presente à Mesa conosco, a nossa querida Deputada Silvia Cristina, que é deputada federal. Agradecer a presença, que ela se faça presente aqui conosco.

Pessoal, como houve essa falha de comunicação aqui, a gente tem também outra participação, o Deputado Federal Fernando Máximo. Daqui mais um pouquinho ele vai entrar ao vivo aqui com a gente, mas o nosso combinado é passar para a plenária para que a gente possa ouvir também as falas. A gente vai combinar o seguinte, o Cláudio vai coordenar para nós: são 10 inscrições de 3 minutos. Então, quem deseja fazer a fala se inscreva com ele para que a gente possa iniciar.

Já se inscreveram, pessoal? Já temos inscritos, Cláudio?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) – Por enquanto, o Manoelzinho do Sintero está inscrito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pessoal, quem quiser falar se dirija aqui com o Cláudio para a gente fazer as falas, ouvir vocês também. Eu acho que é muito importante para depois a Mesa se

posicionar aqui.

Então, para começar vamos ouvindo o Manoelzinho enquanto os demais vêm se inscrever, para a gente ganhar tempo.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) – Manoelzinho do Sintero. Três minutos.

MANOEL RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente agradecer a Deus por este momento.

Quero parabenizar a Deputada Cláudia por esta propositura. Na pessoa da Deputada Federal Silvia Cristina, quero cumprimentar as mulheres da Mesa. Na pessoa do Deputado Ribeiro do Sinpol, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Eu vou ser bem direto. Primeiro, gente, dizer que nós não podemos deixar apagar o fogo e essa chama que está acesa. Porque, se nós não tomarmos decisões agora para fazer com que aprove a PEC 47, ela poderá cair no esquecimento e passar mais quatro, cinco anos, deputada. Então, eu sou bem direto e prático. Assim como foi no passado e eu tenho certeza que o Presidente desta Casa, Deputado Marcelo Cruz, é um homem inteligente e sábio, vai ajudar a bancar a caravana para irmos a Brasília para aprovar a PEC 47 para resolver a situação de milhares de servidores. Não são nem um, nem dois e nem três. Eu tenho certeza que ele é um homem sábio.

Mas, eu gostaria de dizer ao representante do governo que gostaria de ver o pronunciamento do Governador Marcos Rocha, que nós o apoiamos e não vi um pronunciamento dele sobre a importância de aprovar essa PEC que vai economizar mais de R\$ 40 milhões, tenho certeza disso, para o Estado de Rondônia. Então, gostaria muito de vê-lo fazer um pronunciamento e chamar, através da Deputada Federal Silvia Cristina, Deputado Federal Fernando Máximo, que já se inscreveu, que está demonstrando interesse.

Nós precisamos resolver essa situação porque são mais de R\$ 40 milhões que vão entrar nos cofres de Rondônia. Vai economizar e resolver o problema de injustiça social que vem ocorrendo neste Estado de Rondônia, porque servidores foram demitidos e hoje estão esperando essa transposição. Rondônia foi o primeiro Estado a transpor e nós precisamos fazer, de fato, com que aconteça a PEC 47.

Parabéns Deputada Cláudia, por esta iniciativa.

E dizer aos presidentes dos sindicatos aqui presentes, espero Deputada Federal Silvia Cristina, que você consiga uma audiência com o Presidente da Câmara Federal para pautar na Comissão essa PEC. Mas, se os deputados não resolverem, que junte todos os presidentes dos sindicatos, vamos à Brasília tentar uma audiência com o Presidente da Câmara Federal. Vamos pedir apoio do Governo de Rondônia, desta Casa Legislativa. Como eu disse, tenho certeza que o Deputado Marcelo Cruz vai bancar a caravana, como fez o Hermínio em 2009 e eu coordenei 21 ônibus.

De que forma nós coordenamos? Nós não colocamos um centavo, mas esta Casa, eu sugeri que contratasse a Eucatur e na época eles contrataram 21 ônibus, dando comida, lanche, hospedagem — que eu consegui no CNI — e nós não tínhamos nenhum problema e aprovamos a PEC 60. E agora vamos aprovar a PEC 47, Deputada Silvia Cristina, e que Deus abençoe, ilumine a todos nós e nos dê sabedoria, como deu a Salomão. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Valeu Manoelzinho. Vamos ouvir mais uma pessoa: Jéssica Tolentino. Advogada do Movimento “Vota a PEC 47!”.

A SRA. JÉSSICA TOLENTINO - Boa tarde a todos. Nesse momento aqui eu venho agradecer à Deputada Cláudia de Jesus, ao Deputado Ribeiro do Sinpol, também, por essa oportunidade que nós temos. E nesse momento desta fala, que já deu essa ênfase, esse espírito, o que eu quero ressaltar, de tudo que já foi levantado, é a nossa corrida contra o tempo.

O tempo é o nosso adversário. A gente precisa correr. Nós viemos aqui, e, cada vez que eu participo de algum movimento — nós estamos no Movimento “Vota a PEC 47” dos três Estados — e nós podemos ver os três Estados aí, unidos. E nós precisamos, Rondônia realmente, nesse movimento aqui, precisa abraçar, encarar e fazer essa pressão para que nós consigamos o mais breve possível pautar essa PEC para votação.

Nós vemos as dificuldades aqui com relação à isonomia, que já é garantido, que já passou no STF (Supremo tribunal Federal); a questão dos 90 dias, e isso deve ser estendido a Rondônia, porque foi Rondônia quem deu início. Foi o nosso Estado que foi o primeiro e o nosso Estado serviu de exemplo para Amapá e Roraima. Ou seja, quando eles foram criados, eles se serviram do nosso exemplo, da nossa lei de criação.

Então, nós devemos, sim, ser amparados com esse princípio da isonomia, com os demais direitos, expoliciais militares, civis, professoras; todas as categorias; empresas, sociedades de economia mista, que estão sendo alcançadas. É muito importante essa força.

Eu quero agradecer a vocês. Eu estou aqui à disposição, no que vocês puderem contar. Vamos nos unir juntamente com a Deputada Silvia Cristina, com os demais deputados federais também, com essa força. Parabéns pelo movimento. Parabéns pela história de cada um e eu espero, tão breve, nós vermos essa vitória. Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado, Doutora Jéssica. Chamamos agora Clebes Dias, presidente do Singeperon (Sindicado dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Rondônia). Além do Clebes, tem mais duas pessoas inscritas, Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. CLEBES DIAS FERREIRA – Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar novamente nesta Casa. Já frequento aqui há algum tempo, porque esse aqui também é um espaço de luta. Além de um espaço parlamentar é um espaço de luta. É a Casa do Povo, Casa das Leis.

Parabenizar aqui a nossa Deputada Cláudia de Jesus pela iniciativa, que é muito importante para nós nesses momentos tão difíceis que os trabalhadores vivem, ter quem esteja do nosso lado.

É importante a gente saber. Nem todo mundo está aí pensando em trabalhador nenhum, em quem está querendo ser transposto ou não. Nem todo mundo liga para isso. Nem todo mundo passa pelas dificuldades que nós passamos. Eu também sou servidor público, também sou um trabalhador, também sou um sofredor, assim como a maioria de vocês.

Parabéns ao Deputado Ribeiro do Sinpol por estar ajudando nessa campanha aí, tão importante. Parabéns a todos da Mesa. À Léo, do Sintero, nossa companheira, por ter puxado essa pauta. Acredito que nós estamos falando aqui de um assunto muito importante e já estive também contribuindo com isso, e que alguns servidores da minha categoria fizeram um pedido para que eu intercedesse já que sou representante numa categoria do Singeperon. Os policiais penais e os agentes de segurança socioeducativos estão ali, meus companheiros. Levantem a mão aí. Nossa categoria está aqui, acompanhando.

São pessoas que estão há muito tempo aguardando, não só por uma aprovação de uma PEC, era para corrigir uma injustiça que há muito tempo já deveria ter sido corrigida. Um colega nosso me deixou muito satisfeito quando ele entrou em contato comigo para interceder junto à Secretaria de Justiça, que a gente conseguisse intermediar e os servidores fossem liberados para ir a Brasília acompanhar essa votação.

E eu imediatamente percebi que isso era muito importante não só para eles como também para o Estado, uma vez que o Estado deixa de ter um peso na sua Folha de Pagamento. Então, o Estado entendeu isso. O nosso secretário conseguiu liberar esse pessoal. Eles foram para Brasília. Para vocês verem a luta, uma pessoa de Rondônia vai para Brasília de ônibus; fica lá, todos sabem que o servidor não é rico, não tem dinheiro para ficar em hotel de luxo, para se alimentar, para se manter, mas eles foram.

Então, eu gostaria de dizer, principalmente aos servidores da segurança pública, a injustiça materializada que se encontra hoje, como já dizia Rui Barbosa: “a justiça que demora é uma injustiça”, porque já tem 40 anos que esses servidores estão aí aguardando. São décadas. Muitos nem estão mais aqui. Alguns estão por pouco tempo. E quanto tempo mais isso vai durar? — Eu pergunto — Quanto tempo mais isso vai demorar?

Se nós não brigarmos para acabar com a injustiça, nós estamos sendo permissíveis com a injustiça que aí está. Nós não podemos admitir que a cada ano, a cada dois anos, a cada quatro anos, a cada eleição a

gente tenha promessas não cumpridas, porque nem todo mundo faz compromisso com a população. Faz discurso falacioso em época de campanha. Se não fosse isso, nós não estaríamos aqui hoje brigando por um direito adquirido. Isso é revoltante. Porque, se é direito, não deveríamos nem estar aqui, deveríamos estar cuidando de outros assuntos.

Mas, onde está o respeito por quem trabalha e executa os projetos do governo? Por quem trabalha e carrega o Estado nas costas? E por mais que a gente pense “não, agora vai!”, às vezes a gente está na eminência de conseguir, aí vem alguma coisa que a gente não estava esperando, como já tivemos na Assembleia Legislativa, no outro prédio.

A gente está aqui ansioso, deputada. Aí peço a senhora e ao Deputado Ribeiro, que são da Casa, parlamentares, nós estamos ansiosos para que chegue nesta Casa realmente um PCCR, um Plano de Carreira dos policiais penais e dos agentes de segurança. Porque nós temos hoje — caso vocês não saibam — o pior salário do Brasil, do policial penal; e a média de vida de um policial penal é 45 anos. Vive em um ambiente totalmente insalubre e perigoso, nocivo para sua saúde; e quando a gente vai buscar por justiça, reparar injustiça, às vezes a gente topa com um monte de burocracia.

E para finalizar aqui. Essas burocracias têm que ser exterminadas, têm que ser minimizadas, se não acaba que daqui cinco, dez anos nós vamos estar falando disso aqui de novo e muitos de nós não vamos estar. Nós não sabemos se estamos aqui amanhã ou depois. Então, peço não só aos que estão aqui, mas os que também estão nos acompanhando, a Senadora Fátima está contribuindo. Vamos realmente nos unir para que essa injustiça não prevaleça por muito tempo. Vamos realmente nos unir, embora essa não seja uma causa minha, não é?

Eu ainda sou um servidor novo no Estado, apesar de já ser uma pessoa com mais de 40 anos, mas a injustiça que eu não quero para mim, eu também não quero para os demais. E por isso que eu estou aqui. Nem parte disso eu faço, mas tem os meus colegas que estão aí sentados, tem os meus colegas que estão trabalhando, tem colega da época de 1990, de 1984 ainda trabalhando, porque não dá para aposentar com o salário que está. E que isso seja mudado e que essa mudança comece a acontecer a partir de hoje, desse trabalho aqui. Muito obrigado a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado, companheiro. Tem um participante — não é, deputada? — que vai fazer uma participação. A gente vai suspender as falas aqui, após a participação voltaremos. Com a senhora, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso, pessoal. É uma mudança rapidinha, mas a gente continua depois das falas. É para o pessoal que está distante. Então, a gente tem a participação agora do

assessor do Senador Randolfe Rodrigues, que é o José Anchieta, e depois a gente vai ouvir também o Deputado Federal Fernando Máximo.

São essas duas participações. Aí a gente volta novamente para os inscritos da plenária e depois para a Mesa, está certo? Aí, primeiro a gente vai ouvir o senhor José Anchieta. Seja muito bem-vindo. Estamos aqui aguardando a sua contribuição. Obrigada por se dispor a participar conosco.

Não estamos te ouvindo. Seja bem-vindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) – Oi. Oi. Oi. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Agora estamos ouvindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) – Sim, tá. Desculpa, deu um probleminha aqui no aparelho, eu tive que colocar para carregar. É o seguinte, eu agradeço a oportunidade de participar com vocês aí desse evento e estou à disposição para esclarecer possíveis dúvidas que ainda existam aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor fica com a gente participando, que agora estamos ouvindo a plenária aqui. Então, acredito que algumas dúvidas — ainda não ouvimos todo o pessoal — possam surgir. E aí depois, o senhor nos dá sua contribuição aqui para gente, respondendo as dúvidas que surgirão no decorrer da audiência, pode ser?

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) – Está ótimo. Estou à disposição aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, está joia, muito obrigada. Então a gente ouve agora o Deputado Federal Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) – Boa tarde, Deputada Cláudia. Meu vídeo está desabilitado. Estão me ouvindo? Conseguem me ouvir?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputado, boa tarde. Estamos te ouvindo, sim. Muito obrigada por sua participação. Pode falar. O pessoal está te ouvindo aqui na plenária, aqui na Audiência Pública.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) – Maravilha. Aqui está dizendo que o meu vídeo foi desabilitado pelo anfitrião.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas, nós estamos ouvindo o senhor aqui, tá? A gente está te ouvindo muito bem. Pode falar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Não, mas só está aparecendo. Ah, agora, ok.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) – Agora abriu o vídeo. Agora abriu, bacana.

Boa tarde, Deputada Cláudia de Jesus; boa tarde, Fátima Cleide; boa tarde a todos e todas presentes. É um prazer muito grande estar aqui com os senhores neste momento, falando sobre a PEC 47, antiga PEC 07. Eu sou um deputado de primeiro mandato, comecei agora, um deputado novo, mas logo que assumi algumas pessoas vieram conversar comigo e eu já tinha uma noção importante da PEC 07. E aí, comecei a tomar pé com mais detalhes e comecei a trabalhar em cima dessa PEC por saber a importância de cada servidor desse, cada pessoa dessa que se dedicou lá no início. Porque hoje, Deputada Cláudia, é fácil morar no Estado de Rondônia, é fácil trabalhar no Estado de Rondônia; tem asfalto para todo lado, tem hospital para todo lado.

Agora, a maioria desses servidores, lá atrás, muitos anos atrás, quando começaram a trabalhar, começaram a ir para os lugares mais distantes do Estado, onde não tinha hospital; onde não tinha estrada; onde não tinha recurso, trabalhando na saúde, na educação, na segurança, trabalhando em todas as áreas. Então, são os verdadeiros pioneiros, desbravadores do nosso Estado que dedicaram as suas vidas, que se arriscaram, alguns deles, infelizmente, se foram. Pegaram doenças, ficaram desassistidos e hoje, não são valorizados como deveriam ser.

Então, comprei essa briga, encampeei essa causa, criei a Frente Parlamentar em Defesa da Transposição - que não é fácil, não é fácil encampar... Então, é uma causa fundamental, extremamente importante, e é uma questão apenas de justiça. Ninguém está fazendo favor para ninguém. O fato de nós trabalharmos, nos dedicarmos - como eu estou me dedicando em cima dessa PEC -, não estou fazendo mais que minha obrigação, tendo em vista tudo que essas pessoas fizeram, o legado que deixaram para o nosso Estado.

Melhoraram o nosso Estado para que hoje, nós possamos viver em um Estado muito melhor; um Estado muito mais evoluído; em um Estado com muito mais qualidade de vida. E hoje, sim, é fácil morar em Rondônia, é fácil sair de algum outro lugar do Brasil e ir morar em Rondônia. É um Estado próspero; é um Estado pujante; é um Estado que cresce; é um Estado que se desenvolveu. Mas, isso foi às custas desses servidores que se dedicaram, que se empenharam lá atrás.

E aí, nós nos empenhamos aqui para que essa PEC fosse aprovada no Senado. Articulamos bastidores, conversamos com vários, muitos senadores - tanto dos Estados da Região Norte, os Estados que são mais interessados: Rondônia, Roraima e Amapá, como também de outros Estados. Que eu pessoalmente pedi, falei com os senadores do Distrito Federal, do Acre, de Goiás, de São Paulo para poderem nos ajudar nessa PEC.

Graças a Deus, foi uma vitória fantástica no Senado.

Foi uma vitória muito grande e essa PEC vem agora para a Câmara dos Deputados, para que nós possamos aqui, assim que estiver tudo ok, dar celeridade na aprovação desse relatório também, aqui, na Câmara dos Deputados para que nós possamos aprovar. Eu ouvi algumas palavras anteriores: “nós temos que aprovar o mais breve possível, o mais rápido possível”. Porque muitos desses servidores, infelizmente, aguardando um direito deles, acabaram falecendo. E outros, já estão idosos, outros têm problemas de saúde.

Então, por questão de justiça, eu vi o rapaz falando anteriormente: “quando a justiça demora muito, ela acaba sendo uma injustiça”. Então, Deputada Cláudia, quero parabenizar você; parabenizar a Senadora Fátima pela Audiência; parabenizar todos os organizadores, todos que estão participando.

Agradecer e parabenizar a presença - eu vi que o plenário está cheio, a Assembleia está cheia, o auditório lotado. Parabéns, é isso mesmo. Contem comigo aqui em Brasília. Se quiserem vir - muitas, muitas caravanas já vieram, tanto de Roraima quanto do Amapá, quanto de Rondônia, vieram me visitar no gabinete aqui, para a gente poder mostrar nosso trabalho, eles estão entendendo que nós estamos trabalhando intensamente nessa causa.

Deputada Cláudia, importante Vossa Excelência também vir aqui com a Fátima. Quando começarem os trabalhos aqui na Câmara, que já está demorando demais, está demorando demais, já estou chateado com isso. Já faz um tempo que foi votado no Senado. Já era para estar aqui com o relatório pronto, aqui na Câmara. Mas, é importante que vocês venham para cá também. Fiquem junto com a gente aqui, juntem forças, especialmente, para que o governo também possa mobilizar a máquina, o governo federal, para que nós possamos aprovar essa PEC o mais rápido possível.

É só justiça, ninguém está querendo trocar os pés pelas mãos. Ninguém está querendo nada. Só queremos justiça. Uma justiça, na verdade, que já vem muito tarde. Já foi muito injusta com muita gente que faleceu; com muita gente que está doente; com muita gente que vem sofrendo há anos, tendo o direito desse benefício, tendo um direito conquistado, garantido; com trabalho, com suor, com malária, com doenças, com dificuldade, com poeira, com lama, com floresta, com todas as dificuldades que tiveram.

Então, parabéns a todos os organizadores. Deputada Cláudia, você é fera em está encampando também, isso a nível estadual. Venha para cá, para nós lutarmos juntos aqui, quando tiver encaminhado aqui relatório, etc. Traga essa galera que está aí no auditório agora, para que nós possamos, com fé em Deus, conquistar esse benefício.

E nós não estamos fazendo nada mais que a nossa obrigação legal, obrigação moral, de ajudar essas pessoas. Porque, se nós estamos trabalhando pelo Estado de Rondônia hoje, também, um dia no futuro, todos nós queremos ser reconhecidos e eles trabalharam

em condições extremamente precárias.

Então, Deputada Cláudia, parabéns, parabéns a todos, contem 100% comigo aqui, em tudo que precisar, eu estou à disposição aqui poder aprovar esse texto e comemorar. Comemorar com muito júbilo, com muita festa, com muita alegria, a aprovação dessa PEC 47, aqui na Câmara dos Deputados, sanção presidencial. Que essas pessoas possam ter reparado esses danos - que muitas vezes, para muitos deles, já são danos irreversíveis -, mas, enquanto tem alguma coisa para salvar ainda, a gente pode comemorar ainda, com algumas pessoas que vão ser beneficiadas. Muitas pessoas no Estado de Rondônia, de Roraima e do Amapá que serão beneficiadas.

Deputada Cláudia, muito obrigado pela oportunidade. Estou aqui à disposição para questionamentos, conversas, dúvidas, para o que quiserem, está bom? Muito obrigado, Deus abençoe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente)
- Obrigado, deputado, a gente que agradece a participação. A gente conta muito com o senhor e os demais parlamentares. A Deputada Silvia Cristina também está aqui conosco, e a gente vai precisar dessa articulação, do voto, mas especialmente, de nos articular com os demais deputados, demais Estados, porque a gente sabe que são três Estados, que têm uma representação pequena na bancada. Então, vai precisar de muita articulação, e vocês vão ter muito trabalho. E aí só para a gente passar aqui, Deputado, eu queria rapidamente — a Deputada Silvia vai falar depois também —, eu não sei se o senhor sabe como é que está.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Peço perdão por não ter cumprimentado a Deputada Silvia, minha amiga Silvia. Desculpa, Silvia. Pelo amor de Deus, eu não sabia que você estava presente. Silvia, nossa colega, nossa amiga, uma deputada guerreira, aguerrida, trabalhadora. Desculpa, Silvia. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela está aqui conosco e está ouvindo o senhor. Então, eu não sei se o senhor tem alguma informação nesse sentido, mas se tiver seria bom compartilhar aqui com a gente, se tem alguma informação de como está o andamento, se ela já está tramitando nas Comissões, como é que está isso, se tem alguma situação já nesse sentido, em andamento, para gente poder saber, ou se ela está parada nesse momento.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) – Infelizmente, neste momento, está parada. Nós estamos cobrando e amanhã eu vou cobrar pessoalmente. Só se evoluiu alguma coisa no fim de semana. Cheguei hoje a Brasília e amanhã eu já vou falar com o Presidente Lira, até porque eu estou pleiteando ser o relator dessa PEC aqui na Câmara. E aí vou contar com o apoio da Deputada Silvia, contar com o apoio dos

nossos demais parlamentares, não só dos três Estados, mas de outros parlamentares para que nós possamos, o mais célere, o mais rápido possível, aprovar essa PEC 47 aqui na Câmara dos Deputados.

Infelizmente houve uma demora muito grande na questão da vinda dessa PEC do Senado para a Câmara, determinar relatoria, passar pelas Comissões. Então, está um pouco demorado, mas amanhã eu terei informações mais atualizadas diretamente com o Presidente Lira para que a gente possa atualizar mais e tentar agilizar, tentar correr atrás desse prejuízo, que muita coisa a gente não consegue mais. Já foi prejuízo irreversível. Mas, o que a gente puder lutar ainda, a gente vai continuar lutando agora para conseguir minimizar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está certo, Deputado. Obrigada. Se o senhor quiser continuar participando com a gente on-line, fica à vontade. Acredito que aqui no decorrer ainda da Audiência haverá alguns questionamentos. Se o senhor puder ficar com a gente, vai ser muito bom. Mas, desde já, muito obrigada pela sua participação e nós contamos com o seu apoio, todos que estão aqui. O nosso Estado conta com o senhor e com os demais deputados federais e senadores.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Vou ficar por aqui, vou acompanhando então. Na verdade, qualquer coisa e qualquer dúvida, eu estou aqui à disposição. Mais alguma informação a gente vai passando aqui também. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está joia. Obrigada. Dando continuidade, eu só quero fazer um agradecimento aqui ao Clebes Dias, que é o presidente do Singeperon. Seja muito bem-vindo.

Quero também agradecer e registrar aqui a presença da nossa companheira Giovana Barros, que é da Caerd, também uma grande companheira de luta nos movimentos sociais.

Passo para o Cláudio para a gente dar continuidade às falas. E aí lembrando que a gente está aqui também com o Deputado Fernando Máximo e o assessor do senador Randolfe. Então, quem tiver também algum questionamento, eles estão nos ouvindo. Está bom, pessoal?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Ok, deputada. Das dez falas combinadas, que a gente poderia ouvir até dez, três já falaram, e tem três inscritas aqui. Eu vou chamar agora a Flávia Takahashi. Em seguida, já pode ficar aqui pronto Germano Soares.

A SRA. FLÁVIA HIROMI TAKAHASHI - Boa tarde, deputada. Eu louvo a ideia de todos vocês, muito boa ideia, porque realmente a gente tem que discutir essa PEC. Essa PEC vem corrigir. Não significa que vai corrigir tudo não,

porque a primeira é cheia de defeito. Então, a gente espera que, com essa, seja corrigido.

E uma grande preocupação que eu tenho com relação à PEC 47 é justamente o que vocês falaram de o Presidente da Câmara encaminhar essa votação. Nós temos essa preocupação. Com relação aos deputados, aos parlamentares dos ex-territórios também, não temos muita preocupação.

Porque, claro, eles estão a favor da PEC. Mas, nós temos uma grande preocupação com os outros Estados. Inclusive já saiu até nas reportagens, de grande circulação sobre o "trem da alegria" que está sendo formado. Nós vamos ter que desconstruir essa fala para a gente conseguir vencer. É necessária uma grande e forte articulação. Que a gente está esperando contar com vocês.

Não tem muito mais o que falar, mas eu gostaria de fazer só uma analogia aqui. Nós chegamos aqui na década de 1970 — eu vou falar de mim —, mas uma boa parte chegou nessa década de 1970. E na época a estrada era de terra, não tinha asfalto, não. E a maioria vinha de ônibus, a grande maioria vinha de ônibus, de pau de arara. Vocês se lembram do pau de arara? Eu acho que vocês se recordam, não é? Do tal do pau de arara. Então, na hora do atoleiro, a gente tinha que descer do ônibus ou do pau de arara e a gente tinha que empurrar o ônibus ou o que quer que seja. E a sensação que dá é que o ônibus foi, mas nós ficamos para trás. É muito triste a gente ver os nossos colegas, não jovens — a gente olha pelo público aqui —, nós não somos mais jovens, todo mundo carente de resolver essa situação. Urgência, porque não se sabe mais quanto tempo vai viver. É isso. A grande verdade é essa.

Mas, é isso, gente. Que essa PEC vença. O Sindsef, que é o Sindicato dos Servidores Federais de Rondônia, mandou uma caravana, infelizmente uma caravana pequena, mas foi com recurso próprio. Recurso dos colegas, que levaram. A gente foi até, assim, um pouquinho desorganizado, mas a gente levou para a votação no Senado. E que a gente consiga essa vitória. Estamos na dependência dos parlamentares, gente. É isso.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Obrigado, companheira.

Chamamos agora Germano Soares, Vice-Presidente do Sinafisco.

ANTÔNIO GERMANO TORRES SOARES - Boa tarde a todos. Meu nome é Germano Soares, sou vice-presidente do Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Estadual. Gostaria de cumprimentar, inicialmente, a Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública; a Deputada Federal Silvia Cristina, que esteve conosco recentemente em Ji-Paraná. Cumprimentar a Presidente do Sintero, Lionilda Simão, e a Presidente do Sindsaúde, Célia Campos. Em nome das quais eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Cumprimentar todos os colegas que estão aqui no plenário, em nome da nossa amiga e da nossa companheira Dioneida que representa bem uma mulher guerreira, uma líder e que acompanha todo esse movimento desde o início. Parabéns por isso, Dioneida.

Gostaria de dizer que o nosso sindicato, o Sinafisco não tem servidores que vão ter interesse em ir para a transposição. Mas, nós temos como praxe sempre estar juntos com os nossos colegas, mesmo quando a pauta não nos diz respeito diretamente e esse é o caso. Então, nós estamos aqui única e exclusivamente para dizer, de fato é um assunto muito técnico, como foi explicado aqui pelo Nereu. São muitos detalhes técnicos.

Mas, a ex-senadora Fátima Cleide, disse algo que para mim foi o mais importante de tudo que foi dito aqui, não desmerecendo as demais falas: é uma decisão política. É uma decisão política. Nós temos um governo federal que é de esquerda e um Congresso que é de centro-direita. Mas, essa não é a questão, a questão é: é uma decisão política, é uma questão de justiça, porque isso já correu em outros dois ex-territórios. Então, nós não estamos criando nada. Nós estamos apenas querendo um tratamento igualitário.

Esperamos que os parlamentares de Rondônia, realmente, façam seu papel. Façam essa ponte com os parlamentares de outros Estados para que nós possamos aprovar essa questão na Câmara o quanto antes.

Um forte abraço, que Deus abençoe a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) – Obrigado companheiro.

Chamamos agora a professora Rilmacy.

A SRA. MARIA RILMACY LEANDRO - Boa tarde a todos.

Nós queremos agradecer em primeiro lugar a Deus, que nos deu a oportunidade de estarmos aqui. A gente vê pela plateia, nossos amigos. Muitos eu não estou vendo aqui.

Em nome do nosso Deputado Ribeiro do Sinpol, que eu tenho visto que é um ferrenho em defesa de sindicato, eu saúdo toda a Mesa. E em nome da minha amiga, antiga, quase 40 anos, a Luzia Régis, eu saúdo a plateia. Te amo, Lulu. Começamos em 1989 na escola e nos aposentamos igualmente.

Então, assim, esta luta é uma questão nem de direito, a gente não fala mais em direito, a gente fala em justiça, equidade, que também não existe. O que nós vemos hoje é uma usurpação dos direitos. Vocês vejam, nós fomos a Brasília. Manoelzinho, com todo amor que eu tenho por você, eu acho que não tem que ir para Brasília mais, não. É muito cansativo. Os que estão sendo transpostos todos já estão muitos maduros. Eu fui daquela vez. Eu não concordo, viu? Mas, eu respeito.

Eu acredito que essa lei, gente, essa Lei Federal 41 garante isso até dez anos depois que território passava a ser Estado. Era um direito de quem estava, de quem construiu, de quem começou, de quem fez a diferença, como a amiga falou aqui, ter direito a isso. Dia 15 de

novembro, agora, foi fazer 60 anos e eu confesso para vocês, a gente cresceu com esse ditado: a esperança é a última que morre. Eu digo hoje: a esperança é a primeira que mata quem vai ser transposto.

Eu não quero dizer que não vai acontecer. Mas, quando? A Dilma fez naquela época para Talismã, já se passaram dois mandatos do PT, a Fátima Cleide lutou, quando chegou lá ela levou, mas aí morreu, deixou. Então, assim, eu não acredito mais que essa transposição vá acontecer conosco.

Eu acredito que não. Porque o que é que acontece? Se é direito e é dever,... Não vai. Podem latir, podem chorar, podem falar o que vocês quiserem. Vai ser transposto quando? Já morreram um monte de amigos nossos esperando. Eu pelo menos, eu, a minha pessoa, para Brasília eu não vou mais. Mas, eu respeito. Eu respeito a luta de vocês. Só que eu não acredito mais nessa transposição.

Vocês aí que são Sintero, é Jean, chapa um, por que vocês gritaram? A gente tem que ter respeito. Dioneida não está desde o começo. Do começo dessa luta do sindicato estamos eu, a Luzia Régis e outros amigos. Manuel.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua, companheira.

A SRA. MARIA RILMACY LEANDRO – Mas, vocês têm que respeitar os outros, o Sintero age assim. Eu agradeço muito a oportunidade, mas eu mesma, eu, já aposentei, não morri até agora por necessidade, eu não espero mais.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado, professora. Chamamos agora Milton Berbet, Diretor dos Aposentados do Sinpol.

O SR. MILTON FERREIRA BERBET – Boa tarde a todos. Meu nome é Milton Berbet, sou Diretor de Aposentados do Sinpol, e eu discordo da teoria da colega, porque eu acompanho essa história desde 2002. Eu quero cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus pela Audiência, por fazer acontecer esse movimento. Agradecer ao Deputado Ribeiro do Sinpol e os demais presentes à Mesa.

Gente, eu acompanho essa história de transposição e eu vou até entrar um pouquinho aqui. A ex-senadora Fátima Cleide falou que não lembrava mais qual era o número do projeto de lei da época da PEC. Era a PEC 483, motivo que levou a caravana até Brasília. Isso aconteceu no dia 13/09/2013.

Então, hoje, tem 14 anos e 10 dias que a gente participa dessa luta. Eu estou nessa história desde 2002, quando o Deputado Nilton Capixaba fez uma primeira reunião acompanhado do nosso ex-secretário do sindicato, Juscelino do Amaral; juntamente com o presidente do sindicato à época, e a gente fez uma primeira reunião tratando do assunto transposição.

É claro que as coisas não aconteceram como

a gente queria ao longo da caminhada, mas nunca deixaram de acontecer. Eu não vou alongar a minha fala, mas eu vou deixar duas perguntas aqui para o Coronel Rodrigues, que é representante da Folha do Estado, que ele responda a duas questões para deixar esclarecido, para vocês verem que a PEC não é só pessimismo.

Eu queria que o Coronel deixasse para a gente quantas pessoas já foram transpostas e quantas pessoas vão ser beneficiadas com a transposição até 91. Meu muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Chamamos agora, Sandra Pantoja, Diretora do Sindeprof.

Temos somente duas pessoas inscritas. Já encerramos as 10 inscrições. Vamos ouvir a Sandra e mais duas pessoas que estão inscritas, deputada.

A SRA. SANDRA GUERREIRO PANTOJA – Uma boa tarde a todos e a todas. Em nome da nossa Deputada Cláudia de Jesus, agradecemos essa oportunidade; e a minha amiga Léo, que está aqui presente; e a nossa Silvia Cristina. Gente, dizer para vocês, como o colega falou, nós do município estamos desde o início. Como dizem os meninos, “desde a época do Juscelino”, desde a primeira turma que foi para Brasília.

Dizer para vocês que os municipais estão nessa luta desde o início. Não foi fácil, nos tiraram algumas vezes das PEC's, nos botaram na PEC; e tiravam os municipais; e botavam os municipais. Mas, nós estamos na PEC.

Dizer para vocês que o Sindeprof não representa só os servidores de Porto Velho. Ele representa todos os servidores municipais do Estado de Rondônia, porque não é só aqui que vai atingir. Atinge aqui até Guajará e de Guajará até Vilhena. Então, eu tenho certeza de que a transposição vai ajudar, sim, muitos servidores municipais que estão aguardando essa oportunidade. Nós aqui de Porto Velho, nós temos um diferencial que às vezes está deixando o pessoal um pouquinho atrás, que é o nosso plano de saúde.

Pode não ser um dos melhores, mas ainda temos. Então, muitas vezes, muitos colegas estão deixando de ir para o quadro federal por conta da assistência médica. Porque, como vocês sabem, nós não somos mais nenhum bebê. Então, é muito caro. E aquela diferença que eu vou receber não vai cobrir assistência médica.

Mas, tem município que não tem, gente. Então, para muitos colegas, vale a pena. Vale muito a pena. Então, não percam essa oportunidade. Essa luta que não é de hoje. Essa luta é muito cansativa, é longa, mas não vamos desistir, não. Perdemos muitos colegas que estavam no dia em que foi promulgada a primeira, mas nós estamos aqui.

O Sindeprof está aqui para representar os servidores do município do Estado de Rondônia. Agradecer e dizer, Léo, que nós estamos sempre juntos nessa luta e que vocês sabem onde nos encontrar. A Ellis,

a nossa Presidente, a Vereadora Ellis Regina precisou se ausentar, porque hoje tem Sessão na Câmara, e ela precisava ir porque tinham algumas matérias que ela não poderia deixar de votar. Então, em nome do sindicato, em nome do Sindeprof, em nome da minha presidente Ellis Regina, eu agradeço e digo para vocês: não vamos desistir, não, gente. É difícil, mas se fosse fácil não tinha graça. Então uma boa tarde a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado, companheira Sandra. Chamamos agora Francisco Sombra. Em seguida vamos ouvir a última inscrita que é a companheira Rosa Negra.

O SR. FRANCISCO DAS GRAÇAS SOMBRA - Boa tarde a todos, boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa, a todos aqui presentes.

Bem, eu quero discordar um pouco da nossa amiga aqui, que cada um tem sua ideia, nós devemos respeitar. Eu estou no governo desde 1983. Eu era da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Secet), a menina dos olhos do Governador Jorge Teixeira de Oliveira.

Eu acredito o seguinte, que nós, piamente, que todos os deputados federais devem assumir, sim, mostrar sua cara, dar sua cara a tapa lá em Brasília com a gente que é servidor público, todos, inclusive o governador, que não está aqui, Marcos Rocha, deveria estar. Eu não vejo como empecilho nenhum o governador ter apoiado o Bolsonaro. Um colega nosso falou o seguinte: nós temos um Congresso, a Câmara dos Deputados Federais, de centro-direita. Isso é bom. O nosso governador é de centro-direita e ele tem como fazer com que outros governadores, deputados, bancadas de outros Estados nos apoiem. Eu não vejo isso como uma coisa ruim. Pelo contrário, eu vejo isso como uma coisa boa, que se o Governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha, juntamente com a nossa bancada federal, que uma parte é centro-direita, isso é uma coisa boa.

Eles podem, realmente, não somente porque o Presidente é de esquerda, o PT ou o PSOL, não importa. O importante é o objetivo ser alcançado, ou seja, o pessoal passar até 1991, sim. O N.A. para N.I., sim, porque isso já aconteceu com os servidores que já eram de outras secretarias, naquele governo de 1991, passaram a ter — as merendeiras, zeladora, o pessoal da UNIR — passou tudo para ter segundo grau. É ou não é? É.

E por que nós, eu, por exemplo, sou técnico administrativo, eu era do setor financeiro da Secet, entrei como agente administrativo nível médio 25, hoje eu sou N.A., há sete anos que eu sou federal. Isso é injustiça. Então, parabéns a todos que vão passar para federal. Vai acontecer, sim, até 1991, tenham fé em Deus, porque isso vai acontecer. E outra coisa também, tem que ter caravana, tem que ter o Governador do Estado, tem que ter os deputados federais e senadores em peso lá em Brasília. Fé em Deus.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de

Cerimônias) – É isso aí, Sombra. Não pode deixar de acreditar.

Vamos ouvir a última pessoa inscrita, companheira Rosa Negra.

A SRA. ROSA NEGRA FERREIRA - Eu quero saudar todas as mulheres aqui presentes; os companheiros sintam-se incluídos nessa saudação. Quero saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Cláudia, nossa companheira. E em nome da Professora Lionilda Simão saudar toda a Mesa aqui presente.

Nós ouvimos a companheira Fátima Cleide, que disse que tem que ter vontade política. O que eu vejo desde a primeira caravana a Brasília, que inclusive eu estava — companheiro Evaniel — nesta caravana, que realmente não é fácil, mas que é importante o movimento, porque demonstra força. Quando a categoria se une, nós conseguimos avançar. Nós que somos sindicalistas, que estamos nos movimentos sociais, que estamos na luta sabemos que só a mobilização consegue êxito. Não tem outra forma de conseguir.

Agora, há o comprometimento dos nossos parlamentares. Isso é necessário. Porque se a Deputada Cláudia não compra a ideia de fazer esse debate, de fazer esta Audiência Pública, como nós estaríamos discutindo aqui a transposição. Então, tem que ter, sim, o envolvimento de todos os parlamentares. Parabéns, deputada, que a senhora consegue fazer essa articulação. Conseguiu e vai conseguir articular muito mais, que aqui está a Deputada Federal Silvia Cristina, está aí o Deputado Federal Fernando Máximo, que falou há pouco conosco.

Eu acho que tem que envolver todas, todos e todas. Todo mundo tem que estar nessa luta. E se é economia para o Estado, é do interesse do governador também fazer esse debate. Então, se há uma economia, como não? Como se nós vamos economizar tantos milhões? É claro que o governador precisa, e eu entendo que o governador vai entrar nessa discussão juntamente com os nossos parlamentares.

Acho que é um pouco disso. Perder a esperança, jamais; mas não é só ter esperança, é esperar. Quando a gente tem o esperar de Paulo Freire, nós andamos muito mais. Nós sabemos que nossa luta não é em vão. E nós vamos conseguir, sim, passar e essa transposição vai ser um sucesso para todos os nossos companheiros. Muito obrigada, boa tarde.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado Rosa. Deputada Cláudia, a palavra volta com a senhora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, a gente tem aqui novamente o José, agora ele quer dar a contribuição dele. Vamos ver se ele já está pronto para a gente ouvi-lo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Boa tarde a todos. Estão me

ouvindo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, estamos te ouvindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Bom, então eu estou me apresentando, meu nome é José Anchieta. Eu sou assessor do Senador Randolfe Rodrigues, que em 2018 teve a ideia de fazer uma Proposta de Emenda à Constituição resolvendo de vez todas as pendências que existiam a respeito desse tema, em relação ao Amapá, Roraima e Rondônia. Porque na cabeça de muitos parlamentares, Rondônia já tinha resolvido todas as suas pendências.

Então, eu levei, eu fiz um estudo, levei ao conhecimento dele que Rondônia, na verdade, é o grande fundamento de tudo que existe, hoje, de transposição, por ter sido o primeiro Território Federal a virar Estado, mais recente. Tirando a situação do Acre, que é lá do início da década de 1960, no período mais recente da década de 1980, Rondônia inaugurou.

Então, eu contei toda a história para o Senador. Ele por ser um historiador que conhece profundamente a história dos ex-territórios, e por ser também, Mestre em Direito, entendeu com muita rapidez e pediu para que fosse elaborada essa proposta, resolvendo as questões pendentes no Amapá, Roraima e também, em Rondônia. E dando o período de 10 anos como uma forma isonômica, igual, para que todas aquelas pessoas que tiveram vínculo trabalhista, como servidor ou como empregado público, ou até mesmo outros vínculos mais precários, mas que prestaram serviço efetivamente às populações desses Estados, naquele período, considerando Rondônia de 1981 a 1991. E o Amapá e Roraima de 1988 a 1998, que elas pudessem ter a oportunidade de fazer a sua opção pelo quadro federal, porque foi a União, foi a situação.

O governo federal foi quem manteve aqueles trabalhadores durante aquele período de 10 anos, que transferiu o dinheiro para que os Estados e municípios pudessem pagar as suas Folhas de Pagamento e essas pessoas permaneceram nos quadros do Estado e dos municípios. E nada mais justo, que seja dado a elas o status inicial que elas tiveram, de servidores pagos pelo governo federal. Então, esse é um dos fundamentos, não é?

O outro fundamento é a Lei Complementar nº 41 de 1981, que criou o Estado de Rondônia e lá, no seu artigo 36, ela diz que "a União vai se responsabilizar por essas contratações".

Com a criação do Amapá e Roraima, o artigo 14, parágrafo segundo do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o que ele diz? Que fica criado os dois Estados, novos Estados e eles devem seguir as regras de criação do Estado de Rondônia. E por isso, Rondônia é o grande fundamento dessa Proposta de Emenda à Constituição. E ela vem também, resolver outras lacunas que existiam. Por exemplo: os servidores

do Judiciário; os servidores Câmara Legislativa e das Câmaras de Vereadores Municipais - que até então, ficaram de fora da transposição pela PEC 7 -, eles vão também poder fazer essa opção para entrar no quadro federal.

Nós sabemos que tanto o Judiciário também, os Tribunais de Justiça, o Ministério Público, tradicionalmente são órgãos que já praticam salários melhores. Como também a área do fisco, não é? Como bem falou aí, o Presidente do Sindifisco, que eles não são interessados na transposição, mas o direito assiste a eles também.

Então, toda e qualquer pessoa que naquele período de 1981 a 1991, ou antes de 1981, de prefeituras municipais e do Estado que quiserem fazer a sua transposição ou verificar a situação, se for mais compensativo entrar para o quadro federal, elas vão poder exercer esse direito de opção. Não é obrigatório, é apenas uma opção.

E na proposta também, o Senador teve a preocupação de oportunizar àquelas pessoas que trabalharam para o Estado, mas que hoje não estão mais trabalhando, já que elas atuaram naquele contexto para desenvolver o Estado - seja na área de segurança, na área de educação, na área de saúde e que, por algum motivo elas, hoje, não estão mais trabalhando ou se aposentaram -, elas também tenham esse direito de fazer a opção, desde que elas comprovem que trabalharam pelo menos 90 dias para esses Estados ou para seus municípios.

Essas pessoas, mesmo que não estejam trabalhando hoje, mesmo que não sejam hoje servidores públicos, mas se eles comprovarem que trabalharam naquele período e quiserem retornar aos seus empregos, eles também vão poder fazer essa opção.

Então, resumidamente é isso. A gente sabe que é um tema muito complexo, mas essa proposta vai consolidar as normas de transposição, vai dar direitos iguais para o Amapá, para Roraima e para Rondônia, incluindo também os servidores municipais desses três Estados, incluindo também tanto os servidores do Poder Executivo, quanto os do Legislativo e Judiciário.

Eu sou da equipe que foi responsável por escrever o texto da proposta e, além dessa importante reunião que vocês estão promovendo hoje aí, outras tantas serão feitas para maiores debates a respeito do tema, porque é um tema muito amplo e complexo. E também eu queria trazer uma informação adicional, que já foi iniciada pelo deputado que anteriormente me antecedeu às falas, o seguinte: de que o status da PEC 47, hoje está aguardando despacho do Presidente Lira para mandá-la para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde vão iniciar as discussões a respeito da constitucionalidade. Depois vai sair da Comissão de Constituição e Justiça, vai para uma Comissão Especial, onde vai ser debatida durante 40 sessões. No prazo de 40 sessões, ela vai ser debatida, e elaborado um relatório e então vai ser disponibilizada para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Como o deputado que nos antecedeu já se

comprometeu de conversar com o Presidente Lira, e outros parlamentares também, tanto na Câmara quanto no Senado, estão atentos a esse tema. Eu acredito que teremos novidades para os próximos dias, pelo menos de o Presidente Lira despachar a Proposta para as Comissões e a PEC já iniciar a sua tramitação na Câmara dos Deputados.

A princípio, é isso o que eu tenho para falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Muito obrigada, José. Parabéns pela apresentação, pela participação. Esclareceu bastante, aqui para a gente, as muitas dúvidas.

E agora a gente retoma as falas aqui para a Mesa. A gente vai ouvir as nossas autoridades, as pessoas que estão aqui, que vieram participar com a gente. E a Deputada Silvia está com um compromisso já, daqui mais um pouquinho, ela pediu para já fazer a fala. Eu quero primeiramente agradecê-la por ter vindo. É muito importante a sua participação aqui conosco, porque realmente você é quem pode nos ajudar muito em todo esse processo. Eu quero passar a palavra a você. Fique à vontade.

A SRA. SILVIA CRISTINA AMANCIO CHAGAS - Boa tarde a todos. Boa tarde à Deputada Cláudia, minha amiga. Antes de sermos vereadoras, depois vereadoras juntas, e agora como deputadas, eu lá em Brasília, ela aqui, fizemos vários trabalhos juntas, inclusive ressaltar mais uma vez que o sonho do Hospital Regional de Ji-Paraná, na região central, é da Deputada Cláudia, que eu e a Vereadora Ida lutamos bastante. Continuamos nessa luta, nem sempre tão rápida como nós gostaríamos, mas eu tenho certeza que assim como eu fiquei 10 anos lutando para que nós tivéssemos um hospital de prevenção de câncer e levando tantos não e tantas portadas na cara e depois, quando nós tivemos a oportunidade, em um ano e dois meses nós conseguimos entregá-lo funcionando, em Ji-Paraná, para todo o Estado.

Eu não tenho dúvida, porque eu encampo contigo, você sabe das dificuldades que nós temos, mas foi você que me levantou e que nos atentou para que nós pudéssemos ter esse sonho e com certeza nós vamos realizar juntas.

Um cumprimento especial para o Deputado Ribeiro, que tem essa luta grande. Parabéns a todos que compõem esta Mesa. Em nome da Rosa Negra, cumprimentar todos vocês. A Rosa é uma guerreira, é uma pessoa tem uma história linda de superação de vida.

O que eu quero dizer a respeito da PEC? E hoje eu vim aqui, pessoalmente, para falar com vocês, a Deputada Cláudia quando me convidou eu falei: "Puxa vida, minha amiga me convidou e eu estou lá". Eu iria embarcar por Ji-Paraná, vou embarcar por aqui na madrugada, porque é dessa maneira que se faz política, olhando nos olhos, ouvindo as demandas e por mais que tenham dito que foi levantada pela Deputada

Cláudia. E para mim, as melhores audiências são dela mesmo, porque ela faz, mas nós, lá da Câmara Federal, nós estávamos discutindo de uma outra maneira. As propostas chegaram através dos sindicatos e de várias pessoas que nos alertam por meio do WhatsApp, mas nós queremos celeridade.

Então, o que nós fizemos e o que a Deputada Silvia Cristina fez depois da aprovação do Senado? Eu saí de lá da Sessão do Senado, fui direto no Lira, falei "Lira, pelo amor de Deus, não chegou nada aqui ainda não, mas foi aprovado agora, por unanimidade com aqueles que estavam e nós precisamos dar resposta aqui na Câmara Federal. Nós precisamos fazer isso". "Deputada, não estou muito bem antenado com relação a isso, mas vamos conversar".

E toda semana, com exceção das duas últimas porque ele estava em uma missão lá na China, e vocês podem acompanhar nas redes sociais, eu tenho conversado com ele semanalmente para que de fato essa relatoria esteja na mão de algum deputado ou de Roraima, Amapá ou de Rondônia, especialmente, que é o nosso interesse, porque são pessoas que entendem o que é ex-território, o que essas pessoas realmente fizeram e porque merecem essa justiça social.

Foi falado aqui muitas vezes com relação à economia no Estado e para mim R\$ 50 milhões não é nada em vista do que essas pessoas fizeram. Então, de fato, tem que ter a união dos deputados, do governo estadual e é uma pauta extrapartidária. Eu sou do PL, a Deputada Cláudia é do PT e isso nada influencia de a gente pegar uma na mão da outra e falar: "Olha, estão nos representando e vamos colocar que aquilo vá para a frente".

Eu venho dessa maneira dizer para vocês que quando se fala em justiça social daquilo que vocês fizeram, eu acompanho - e acompanho desde quando eu estava fazendo o meu trabalho de jornalista, que vou ser jornalista o resto da minha vida. O cargo de deputada federal é muito passageiro. Por muitas vezes eu entrevistei pessoas que choraram, pessoas que se lamentaram, pessoas que xingaram, pessoas que não estão mais aqui.

Então, podem ter certeza que essa celeridade, que é o que nós queremos, tudo bem, o próprio José falou daquilo ali dos trâmites, existe um rito que se passa na Câmara, mas nós podemos dar uma celeridade, passar por alguns desses ritos se nós conseguirmos realmente agora, nesse período que o Lira vai estar, falar "Lira, pelo amor de Deus, vai logo para a Comissão de Constituição e Justiça, designa quem vai ser o relator".

E o que eu comecei a fazer junto com os outros pares? Quem está lá em São Paulo, quem está no Rio de Janeiro, outros lugares, não sabe nem o que é território direito. Então, a gente começou a fazer um trabalho para que eles entendam o que aconteceu quando nós não éramos Estado ainda. Porque Roraima, Amapá e Rondônia sabe como é que é. Eles estão vivendo uma realidade muito parecida, mas os outros, que não entendem muito bem, vão achar que só vai economizar

para o Estado, que nós estamos interessados economizar para o Estado.

Eu não estou interessada em economizar para o Estado que tem superavit. Todos os anos a Assembleia aprova superavit aqui. O Estado está muito bem. Eu quero que esteja bem quem trabalhou por esse Estado, que merece ser valorizado, mas com dinheiro na conta, que merece ser valorizado dessa maneira, está?

Então, vocês podem ter certeza, estou falando de coração, fiz questão de estar aqui com vocês porque o político tem que olhar nos olhos. Algumas pessoas disseram, "Ah, mas é uma pauta do PT." Não é pauta do PT, não. É pauta de uma pessoa responsável, é pauta de quem ouve e eu estou aqui juntamente com a Deputada Cláudia, com o Deputado Ribeiro, com quem quer que seja, mas especialmente com vocês. E, Deputada Cláudia, parabéns minha amiga, você arrasa, eu faço poucas audiências, na verdade quase nenhuma, porque quem tem tino e quem faz audiência muito bem é a Deputada Cláudia de Jesus.

E todas as vezes que ela me convidar eu vou deixar o avião, ir lá por Ji-Paraná, vou andar 300 quilômetros, vou vir por aqui, viajar de madrugada, chegar em cima do horário. Eu não estou mais novinha, estou com quase 50, chego lá meio cambaleando, mas vou chegar feliz, porque reunir uma Assembleia como essa, repleta de pessoas que são líderes e que realmente estão aqui representando outras milhares de pessoas. É dessa maneira que eu vou estar aqui, olhando nos olhos de vocês e dizendo que eu estou à disposição. Inclusive um rapaz de Itapuã do Oeste pediu para falar comigo eu falei "Olha, meu telefone está aqui, pode me ligar que eu vou te atender". E atendo todas as minhas ligações. Muito obrigada.

Eu peço desculpas porque eu cheguei um pouquinho atrasada, estava em outro evento aqui da Assembleia e eu preciso finalizar uma planilha, por causa dos recursos que fecham amanhã. Então, eu preciso seguir, mas de coração, através da Deputada Cláudia de Jesus, ela sabe que ela manda em mim, o que precisar eu estou à disposição, porque ela é a voz de vocês. Muito obrigada. Deus abençoe.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado Deputada. Rondônia agradece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Silvia, quero te agradecer por todo o apoio, pelas palavras de carinho. Realmente, a gente fez um trabalho importante na vereança lá em Ji-Paraná e foi muito boa a caminhada juntas. A Silvia é uma pessoa que a gente sempre pode contar com ela.

Então, estou muito agradecida da sua participação e todos nós vamos precisar muito do seu apoio lá em Brasília, da sua articulação, continue fazendo esse trabalho que já está fazendo lá em prol dessa PEC, que esses trabalhadores todos precisam muito; e, com certeza, na hora que os andamentos estiverem lá a todo vapor, nos avisem que a gente vai se articular porque

realmente o povo precisa ir para lá, dialogar, conversar com os demais deputados que não conhecem a realidade desses três estados.

Muito obrigada. Fique à vontade e a gente vai se falando. Gratidão.

Dando continuidade ao nosso trabalho, eu convido agora para fazer uso da palavra, o senhor Evaniel Medeiros, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicação do nosso Estado de Rondônia – Sinttel.

O SR. EVANIEL MEDEIROS DE BRITO – Boa tarde a todos, todas e todes. É com satisfação que a gente vem aqui. A gente está nessa luta também há algum tempo. Eu sou do setor de telecomunicações e, para quem não conhece, a antiga Teleron (Telecomunicações de Rondônia). Eu sempre falava que a briga nossa era incluir a Teleron e, sempre que a gente procurava, diziam que a Teleron não podia porque era empresa de economia mista. Então, tinha esse problema.

A gente teve esse problema, passamos por esse processo todo e, até que, em algum momento, alguém lembrou que nós éramos servidores do Estado de Rondônia — a única empresa do setor de Telecom — e éramos funcionários, também éramos considerados funcionários, que exercíamos com maestria as nossas atividades. E aí a gente fica muito satisfeito.

Eu quero agradecer aqui, em nome de todos que compõem a Mesa, a Deputada Cláudia, sempre que nós a procuramos ela nos atendeu. Eu lembro que nós viemos, solicitamos essa Audiência, eu juntamente com a Lionilda, não é? A gente veio aqui, ela nos recebeu maravilhosamente bem, está realizando aqui e que bom que está envolvendo também. E a gente tem que lembrar que essa propositura dela é relevante e a gente quando vê a participação do Deputado Fernando, da Deputada Silvia, a gente entende que eles estão encampados nessa luta também.

E eu acho que mais que tudo isso, Deputada Cláudia, é que a gente reafirme, já que eles estão nos ouvindo também, que é importante que se mantenha a mesma estrutura que foi aprovada no Senado. Acredito que os 24 deputados dos três Estados estejam imbuídos dessa informação, para que não haja nenhuma alteração na Câmara, para que ela dê prosseguimento mais rápido. É isso que a gente aguarda. É isso a gente espera, que essa PEC 47 siga da mesma forma que foi aprovada no Senado.

A gente só tem a agradecer também e dizer que nós estamos juntos nessa luta. O Sinttel Rondônia está junto nessa luta há muito tempo. Infelizmente — como bem salientou a ex-senadora Fátima Cleide que está nessa luta desde a PEC 60, sempre nos ouviu —, infelizmente muitos de nós já partiram, muitos de nós já estão com idade avançada. Mas, eu acho que a gente tem que ter esperança e eu acho que se a gente não tiver esperança a gente não avança e só se avança com luta, e luta quer dizer assim “precisamos estar lá no Congresso Nacional”? Vamos para o Congresso. Vamos

lá, vamos mostrar a nossa cara, para que a gente possa fazer com que essa PEC ande mais rápido.

Obrigado a todos e todas e todes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Evaniel pela contribuição e conte sempre conosco. A gente está à disposição para ir para a luta sempre que preciso.

Eu agora quero passar a palavra para o meu companheiro e Deputado Ribeiro do Sinpol, um companheiro de luta, um deputado também que tem contribuído muito e é muito importante a gente dizer que nessa caminhada ninguém é bom sozinho. A gente precisa se unir para que a gente possa fazer essa articulação. A gente viu muito bem aqui hoje a importância da participação da Deputada Silvia Cristina, do Deputado Fernando Máximo.

Agente também fez um diálogo a semana passada com a Deputada Cristiane Lopes sobre esse assunto. A gente também fez um diálogo com o coordenador da bancada de Rondônia, Maurício Carvalho. Então, assim, todos sinalizaram de uma forma muito positiva em contribuir com esse tema. Então, a gente fica feliz por isso e o Deputado Ribeiro tem atuado, muito mais até do que eu, nessa pauta, ele acompanhou isso de perto lá no Senado, a votação e a gente se uniu aqui para que a gente possa, já tendo entendimento dessa PEC, compartilhar com os demais deputados, porque é muito importante hoje a gente fazer esse diálogo também com o governo; ele, com certeza, já tem esse entendimento, mas também cabe a nós, não é, estar levando essas informações e também nos unir aqui para fazer essa mobilização junto com a nossa bancada.

É necessário que a gente vá até Brasília, que a gente converse com os parlamentares, para que eles entendam a nossa realidade. E aí hoje a gente fez um diálogo, rapidamente, com o Presidente da Casa, sobre a possibilidade, o que aconteceu lá no passado: a Assembleia disponibilizou recurso para naquele momento irem vários trabalhadores reivindicar dos deputados federais a aprovação também de uma pauta. E a gente conversou com ele hoje, ele sinalizou positivamente tanto para mim quanto ao Deputado Ribeiro do Sinpol que, havendo a legalidade, a Casa tem orçamento; havendo a legalidade — e a gente precisa consultar —, a Assembleia está disposta a mais uma vez disponibilizar esse recurso para que vocês, junto com a gente, a gente vá para Brasília reivindicar, porque todas as conquistas que a gente teve até hoje foi através de muita luta. Então, eu passo aqui para o meu companheiro Deputado Ribeiro do Sinpol, para que ele faça uso da palavra. Obrigada pela sua presença, meu querido.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Obrigado, gente. Obrigado, Deputada Cláudia de Jesus. Essa propositura desta Audiência Pública por Vossa Excelência foi muito importante, é muito importante o momento. Fico muito feliz de ter a senhora ao meu lado, que juntos tenho certeza que nós vamos conquistar muito para o Estado

de Rondônia, muito para os servidores públicos. Quero cumprimentar aqui todos que estão presentes na nossa Casa do Povo, na Assembleia Legislativa. Vejo várias autoridades aqui presentes. Vejo o olhar de pessoas que tanto sonharam por esse momento, pela transposição. Muitos até não acreditam, outros acreditam, mas enquanto há vida, há esperança. A gente acredita que nós juntos vamos, sim, criar uma nova história para ter um final feliz dessa transposição. Cumprimentar aqui, cadê, estou vendo o Ildes ali. Fala, Ildes. Bem, beleza, tudo bom? Professora Rilmacy. A Doutora Jéssica, que esteve comigo lá no Senado. O Milton Berbet, que é o Diretor dos Aposentados do Sinpol. Toda diretoria do Sintero. Quantas e quantas vezes nos encontramos, Manoel, dentro da Assembleia Legislativa, no Congresso, lá em Brasília, com essa pauta da transposição, que o Sintero sempre puxou. É o carro chefe da transposição em Rondônia. muito importante isso.

Para quem não me conhece, eu sou o Deputado Ribeiro do Sinpol. Eu sou militante de sindicato desde 2016. Eu fui tesoureiro por duas gestões e agora, em 2022, fui eleito Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis por chapa única. E me tornei deputado estadual agora, junto com a Deputada Cláudia de Jesus. Então, eu sou Presidente do Sinpol ainda e sou deputado estadual. É um sonho muito importante ter conquistado isso.

É um exemplo para o Brasil, é um exemplo para Rondônia dos nossos policiais cíveis do Brasil todo. Foi o único Estado que conseguiu eleger um diretor sindical. Os outros Estados, os policiais cíveis não elegeram nenhum. Só Rondônia fez o dever de casa. E isso vai ser fruto, espelho para todo o Brasil. E como disse Steve Jobs, eu sempre tive coragem de seguir minha intuição e meu coração. O resto foi secundário. E eu consegui levantar e ser deputado estadual para poder ajudar a minha categoria, as forças de segurança pública e todos servidores públicos.

Eu quero cumprimentar aqui, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, é uma pessoa que eu encontrei semana passada, e eu acredito que ele é um divisor de águas. Eu falo para ele isso. É um divisor de águas na Segep, que é o nosso Superintendente Coronel Silvio, uma pessoa que tem um trabalho técnico dentro da Segep. Ele, com pouco efetivo, está conseguindo realizar aqueles nossos processos que estavam parados há tantos anos.

Hoje, nós sabemos que estão sendo concluídas as licenças-prêmio, as licenças-pecúnia. Todos os nossos processos que demoravam anos para receber. Levem o reconhecimento seu do nosso Governador Coronel. A sua gestão é muito importante na Segep. Acredito que a presença aqui engrandece muito o debate. Sabemos da importância que o Governo do Estado de Rondônia tem para acontecer nos ajudando nessas pontes para construir a nossa vitória na transposição.

Nosso amigo Bosco, quem mais não conhece o Bosco em falar em transposição, não é? O nosso Bosco hoje representa o Ministério da Gestão, Inovação e Serviços

Públicos, DIGEP. A nossa Presidente do nosso Sintero, a Léo Simão, uma guerreira nas lutas dos direitos coletivos sociais. Seja muito bem-vinda à Assembleia Legislativa. Nosso Nereu, companheiro de luta. Não é, Nereu? A Célia Campos, a Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde. E representando o Iperon. O Iperon é o Elton Parente. Seja bem-vindo, Doutor Elton. E Evaniel Medeiros, representante do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado de Rondônia — Sinttel. Quero dizer que eu sou um deputado que tem uma especialidade. Eu não gosto de propor a minha gestão que eu tenho de desenvolver o meu mandato muito na emoção. Eu prefiro trabalhar com a razão. Sou muito pragmático nas minhas decisões. Eu não gosto de fazer, gerar expectativas falando para um público onde às vezes as inverdades se tornam aplausos, mas as ilusões cada vez mais nos trazem mais desilusões. Então, o meu mandato eu vou falar de uma forma séria, certa, combativa, doa a quem doer, mas eu tenho que ser técnico, para eu conseguir conquistar o que eu quero. Nessa pauta de transposição, eu estive lá no Senado Federal. Foi uma pauta única, porque vocês sabem que hoje o nosso Senado tem o lado pró e oposição, mas para ocorrer essa rápida vitória no Senado foi uma questão única. Se juntaram, oposição com o Senador Rogério Marinho e a situação com Randolfe, e rapidamente, foi aprovado sem nenhuma Emenda, o texto, no Senado Federal.

Foi uma vitória muito forte, muito grande, muito, muito, muito grande para todos os servidores públicos. Criou-se novamente essa esperança. Criou-se novamente essa esperança de se concretizar, Deputada Cláudia. Foi uma vitória muito grande, sem precedentes. Por quê? Quantos anos - como disse a Senadora Fátima Cleide - ficou parado esse tema? Trabalhando, trabalhando e nós conseguimos, de uma hora para outra, sem muitos de vocês nem acreditarem nessa utopia, aprovou no Senado Federal.

Após isso, gente, hoje, essa nossa transposição está realmente parada dentro da Câmara dos deputados federais. O Deputado Federal Fernando Máximo confirmou. O que precisamos fazer? Nós precisamos colher assinaturas. Nós precisamos colher assinaturas dos parlamentares para que eles se mobilizem, para posteriormente... estão faltando quase 100 assinaturas de parlamentares do Brasil todo, para passar na Comissão de Constituição e Justiça do governo federal. Depois disso, nós vamos trabalhar juntos, unidos, para que nós possamos, sim, levar para a plenária.

Então, deputada, eu deixo aqui dois encaminhamentos para ser mais rápido, mais direto e conclusivo. Eu proponho que Vossa Excelência seja presidente da Frente Parlamentar da Transposição, juntos, conte comigo. Vossa Excelência é a presidente. Porque é muito importante nós termos dentro da Assembleia Legislativa, como dizem, é o Templo do Povo, é a Casa do Povo. Então, nós precisamos trazer mais deputados envolvidos com esse tema. Nós somos melhores, com mais gente junta. Isso nós vamos propor

juntos. A Deputada Cláudia vai ser a presidente. Eu vou fazer parte dela e nós vamos fazer uma articulação de representantes, dentro aqui do Parlamento Estadual, para que nós possamos sair fortalecidos desse tema.

E a pauta número dois, eu quero só avisar para vocês: O nosso presidente autorizou, posteriormente, a ida de caravanas para Brasília. Mas, após o 8 de janeiro, que aconteceu, quem esteve lá presente na votação do Senado, vocês viram o grau de dificuldade que aconteceu, vocês não conseguiram nem levar celular para entrar lá dentro dos degraus. Foi muito difícil para entrar.

Então, a gente precisa também saber, que às vezes, o que a gente usou lá atrás, hoje, talvez não seja tão importante devido às mobilizações que aconteceram em 8 de janeiro. A segurança lá está três vezes mais rígida, não é verdade, Doutora Jéssica? Então assim, só para a gente saber um pouco como que está acontecendo, o que foi no passado, e como está hoje.

E também, aqui têm diversos líderes sindicais. Eu acho que a gente tem que criar uma frente parlamentar dos sindicatos, se organizar, certo? É uma pauta que o Sintero puxa, mas a gente tem que ter o Sindsaúde, tem que ter Singeperon, tem que ter o Sinpol, sim, conversarem juntos, porque o próximo passo que nós temos que fazer é conversar com os oito deputados federais e cobrarmos deles uma posição firme para que nós possamos sair com essas assinaturas. Esse é o encaminhamento número um.

Desde já, muito obrigado, agradeço a todos. Podem contar com o Deputado Ribeiro do Sinpol nessa luta. Obrigado, Presidente Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputado Ribeiro. Com certeza estaremos juntos nessa caminhada. Eu quero agradecer a presença da Soeli Mageski, lá de Ouro Preto, que é Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais. Obrigado por se fazer presente aqui conosco.

E dando continuidade aos nossos trabalhos, eu quero convidar para fazer o uso da palavra, a senhora Célia Campos - que é Presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde de Rondônia - Sindsaúde.

A SRA. CÉLIA APARECIDA DE CAMPOS - Boa tarde a todos. Cumprimento a todos da Mesa em nome da Deputada Cláudia - nossa parceira, desde que assumiu o mandato. Muito obrigado por sempre abrir as portas da Comissão de Saúde para os sindicatos, principalmente, para o Sindsaúde.

O Sindsaúde, assim como o Sintero, foi fundamental a luta que os dois travaram para a primeira leva de servidores transpostos. É muito importante esta Audiência Pública, hoje, é um passo importantíssimo para que a gente consiga levar essa outra turma.

Mas, eu devo também esclarecer a todos que tomem cuidado na hora de transpor porque o colega Nereu falou: "Tem que tomar muito cuidado com os valores". Eu falo isso pelos servidores da saúde. Que

para muitos não valia a pena ter transposto, ir para o quadro da União, porque perderam valores. Por exemplo, a maioria dos servidores da saúde da época tinha um salário muito baixo, mas tinham uma vantagem pessoal. E eles passaram, presidente Léo, a senhora sabe disso, com um valor abaixo do que ganharam.

Então, nós temos que tomar muito cuidado na hora de transpor, se inteirar direitinho do salário que vai ganhar para depois não se arrepender, como muitos colegas nossos se arrependeram. São poucos, mas alguns se arrependeram. Eu estou falando do caso dos servidores da saúde, porque não valeu para a maioria, principalmente da área auxiliar não valeu a pena transpor.

Mas, essa luta é séria, e o Sindsaúde não ficará de fora. Porque o Sindsaúde é o segundo maior sindicato do Estado de Rondônia. E sempre, desde que nós assumimos o Sindsaúde, somos parceiros do Sintero e não vamos deixar essa luta também.

Então, nós temos que fazer todas essas lutas, sim, Deputada Cláudia. Temos que fazer caravana, não podemos desistir. Nós traçamos uma meta e nós vamos lutar para que cheguemos ao final com vitória. Porque, quando você levanta uma bandeira de luta, você tem que erguê-la, pode estar caindo ali, não dar certo, mas você tem que se manter em pé. É assim que nós lutamos, o Sindsaúde. Levantamos uma bandeira e vamos até o fim, até conseguir colocar no mastro. Assim vai ser a luta para a transposição dos servidores do 91. Sindsaúde está sempre junto, estamos juntos nessa luta.

Deputado Ribeiro, sua palavra foi muito boa. Parabéns. E eu agradeço de coração o apoio que vocês dão nessa luta para a transposição.

Sindsaúde agradece à presidente Léo pela parceria nessa luta. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Célia, pela sua contribuição.

E agora eu quero aqui passar a palavra para a Lionilda Simão, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, o Sintero. Agradecer à Léo por sempre estar presente com a gente e também ela foi uma das responsáveis, junto com os demais sindicatos, para que esta Audiência acontecesse. É uma parceria. A gente está aqui para abrir as portas da Casa, e conte sempre conosco.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Ok. Eu quero iniciar cumprimentando a Deputada Cláudia, parabenizar e agradecer por você ter ouvido o chamado dos sindicatos e hoje estar acontecendo esta Audiência Pública. Em nome da nossa Deputada, eu cumprimento toda a Mesa.

E eu não poderia deixar de fazer um cumprimento especial aqui para o nosso Deputado Ribeiro. Em nome dele cumprimentar todos os sindicalistas que estão aqui presentes, porque ele vem do movimento sindical. Isso é muito importante para nós. É uma representatividade importante para a classe trabalhadora.

Gostaria de cumprimentar, em nome do Manoel, todos os trabalhadores que estão presentes e os que estão nos acompanhando de forma remota. Então, é muito importante nós termos os trabalhadores acompanhando, que são partes interessadas nessa pauta.

Gostaria de parabenizar aqui a dinâmica, porque uma Audiência Pública, o objetivo dela é de fato ouvir a comunidade, ouvir a sociedade, fazer essa articulação da sociedade para com o poder público. Então, muito importante essa dinâmica de ouvir. E eu achei muito interessante porque audiência pública é isso: é ouvir a professora Rilmacy e de repente não concordar, mas respeitar o que ela está dizendo; é ouvir companheiro Manoel, e respeitar a forma como ele se expressa dizendo "eu acredito", e a companheira também dizendo "eu não acredito mais". Até porque a gente entende que nós realmente tivemos muitos e muitos atropelos que deixaram muitos trabalhadores desanimados e acreditando que esse direito não aconteceria.

Mas, eu sou uma pessoa que acredita. É por isso que eu sou sindicalista. É por isso que nós estamos à frente de um sindicato que, desde o início, quando a senadora Fátima Cleide, que é uma sindicalista, que foi da direção do Sintero, fez essa proposição por meio da Emenda Constitucional 60, o Sintero acreditou e o Sintero veio junto.

É interessante que o companheiro do Amapá falou da complexidade da transposição. E de fato essa complexidade existe desde 2012, quando foi proposta a Emenda 60. E que depois nós tivemos as Emendas do Acre, do Amapá, mas a gente observa essa complexidade por quê? Tudo vem acontecendo por etapa, Deputada. Essas etapas, importante a gente dizer aqui que, para acontecerem essas etapas — para muitos trabalhadores que já estão no quadro transposto, graças à participação de muita gente —, teve que ter a atuação dos sindicatos.

Então, no primeiro momento, o que foi proposto pela sindicalista e na época senadora Fátima Cleide? Que fosse até 1991, conforme está na lei. Não conseguimos, e a partir daí nós começamos a travar essa luta para que fosse reconhecido o direito até 1991. E, dentro dessa complexidade nós tivemos até 15 de março de 1987, mas quantos estavam dentro desse marco temporal e que ficaram de fora? Nós tivemos aposentados, nós tivemos nossos companheiros leigos que foram os responsáveis por estar nesse Estado e com todas as dificuldades fazer com que o serviço público pudesse avançar e contribuir com o povo de Rondônia.

Nós tivemos ali pelo meio do caminho, o nosso povo que entendemos que tem direito em estar na transposição e que fizemos esse debate muitas vezes com o Coronel Rodrigues, que são as pessoas que têm o vínculo com o Estado, foram contratados através do - me faltou aqui a palavra -, do convênio. Foram contratados através do convênio e nós entendemos que têm direito porque, naquele momento, o convênio foi só uma maneira legal de contratação, mas quem era responsável para fazer o pagamento era o Estado.

E os aposentados que também, no primeiro momento, até 15 de março de 1987 ficaram de fora. E quem foi vencendo essas etapas e fazendo com que alguns desses companheiros conseguissem serem transpostos dentro desse marco temporal? Os sindicatos. Não só o Sintero, mas todos os sindicatos que são partes interessadas fizeram esse trabalho para que nós tivéssemos êxito.

E, algo que eu gosto de externar aqui porque eu sou uma parte interessada em ser, inclusive, transposta, mas quando entramos no Sintero, em 2018 nós tivemos que nos envolver mais profundamente, por quê? Porque apareceu a Medida Provisória 817. E foi graças ao sindicato, graças ao Sintero — a Dioneida não está aqui, mas nós duas acompanhamos isso de perto —, é que nós vimos que naquela etapa que foi apresentada uma medida provisória, Rondônia estaria de fora.

Então, nós ouvimos, inclusive, parlamentares da época fazendo a divulgação da MP 817 e quando nós, sindicalistas, fomos observar, nós Rondônia, estavam sendo contemplados servidores, aposentados e pensionistas do Amapá e de Roraima, estavam sendo contemplados os que fizeram concurso e permaneceram no mesmo cargo do Amapá e Roraima e Rondônia estava de fora.

E quem teve essa percepção foram os sindicatos. E nós fomos e fizemos o debate e, a partir do nosso debate, os nossos servidores aposentados e pensionista, os que fizeram concurso foram contemplados no que deu origem à Lei 13.681, que disciplinou algumas normas dentro das Emendas Constitucionais 60, 98 e 79.

Então, gente, eu estou fazendo essa analogia para que nós consigamos entender a importância do movimento sindical. E é graças a luta do movimento sindical que nós agora vamos ter a oportunidade de quem sabe, serem transpostos os de até 1991. Só que para isso acontecer, deputados, e não sei se o Deputado Fernando Máximo ainda está presente e ele é deputado federal, nós precisamos da articulação da nossa bancada, da nossa bancada do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Porque são essas bancadas que vão ter o papel de fazer o convencimento dos demais parlamentares dos outros Estados que não têm interesse nessa pauta. Então, não é uma tarefa simples, mas que precisa ser feita e que a gente entende que os deputados têm força, as nossas bancadas têm força para fazer isso.

E me preocupa muito quando nós tivemos pautado no Senado e aprovado, 12 de setembro. Me preocupa quando se coloca aqui que ainda não tem relatoria, entendeu? Que não tem previsão de quando vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça na Câmara Federal. E, diante disso, se não tiver o envolvimento da nossa bancada federal pode ser que não aconteça, de fato, esse ano, professora Rilmacy. Porque, pelo que foi falado aqui é isso. Mas, audiência pública serve para fomentar o debate e para que a gente faça o enfrentamento, faça a luta para que de fato aconteça.

Então, essa Audiência Pública aqui em Rondônia

nós a propusemos, não é, Evaniel? Convidei vários companheiros de sindicato, estivemos aqui conversamos com a Deputada Cláudia; nossa companheira, que é minha companheira da hora, a gente está junta em várias pautas, que é a Célia, nós entendíamos que conforme aconteceu no Amapá, que lá no Amapá teve Audiência Pública, lá em Roraima teve Audiência Pública. E lá no Amapá tem mais, existe uma secretaria que trata especificamente, Coronel Rodrigues, sobre essa pauta. E talvez seja por isso que Amapá e Roraima estão mais avançados que Rondônia.

Então, o que queremos hoje é conchamar todos aqueles que têm o poder e é o poder da caneta, nós temos o poder da luta, da reivindicação, mas nós precisamos daqueles que têm o poder da caneta para dizer: nós vamos nos envolver nessa luta e nós vamos fazer com que aconteça. E é por isso que a nossa satisfação é grande.

E hoje eu sou muito agradecida pela Deputada Cláudia de Jesus e pelo Deputado Ribeiro que veio aqui. A gente já trocou umas figurinhas e eu tenho certeza de que está envolvido nessa pauta, já foi pontuado aqui, e várias proposições já foram feitas.

Contem com o Sintero. Estamos juntos na luta para o que der e vier. Muito obrigada!

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Obrigada, Léo, pelas suas palavras e contribuição. Muito importante a sua fala e a gente está junto. Conte sempre com esta Casa aqui. A gente está aqui para se ajudar nessa caminhada. Eu passo agora a palavra para o senhor João Bosco, que representa o Ministério da Gestão, Inovação e Serviço Público, e a Digep/RO.

O SR. JOÃO BOSCO COSTA - Peço permissão para falar sentado. Quero cumprimentar a todos nesta Audiência Pública. Quero, inicialmente, cumprimentar à Mesa, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus. Eu quero parabenizá-la, que desde o momento em que eu a conheci, o seu carisma, a sua dedicação, você teve a minha admiração. Eu acredito que o seu trabalho realmente vai fazer a diferença para Rondônia. Então, eu quero parabenizar a senhora.

O senhor Sílvio Luiz Rodrigues, meu amigo Superintendente da SEGEP/RO; meu amigo ali, o Doutor Elton, Diretor do Iperon; a Lionilda Simão, Presidente do Sintero; o Nereu, Diretor do Sintero, meu amigo também; a Célia, Presidente do Sindsaúde e o meu amigo aqui, o Evaniel, uma satisfação.

Então, é uma Mesa repleta de pessoas capazes de fazer uma leitura do que realmente está acontecendo aqui. Eu gostaria de nominar as pessoas que eu conheço que estão na plateia, que estão aqui participando. Mas, para não cometer uma gafe, eu quero iniciar cumprimentando a CUT, aqui presente; demais entidades de classes; os advogados, advogadas; todos os demais servidores; trabalhadores que estão aqui e servidores públicos que estão presentes.

Na verdade, tudo que foi dito aqui, eu acho que

já foi falado da importância. A gente fica aqui ouvindo desde o pessoal que falou aqui: do Anchieta, o Fernando Máximo, a Fátima Cleide, o pessoal aqui presente; é uma leitura que tem tudo a ver com todos os problemas que existem, as dificuldades, as lutas, as vitórias, o contexto com relação à vida, que nada mais é do que o que já foi dito. Como eu disse — só para fortalecer a redundância — não é só de direito, mas de justiça, para aqueles que foram pioneiros, para os que contribuíram e continuam contribuindo para que este Estado seja o Estado que é hoje.

Nós sabemos e foi dito aqui, e me perdoem, que eu não vou falar os nomes de quem falou, mas quero só lembrar da importância do que foi dito aqui. Mas, me parece que foi a Flávia. E que é preciso ter cuidado. E também foi falado pela Rosa. Não só esperança, mas esperar, acompanhar com muito cuidado esse trabalho. Como aconteceu com os que estão hoje aí sofrendo com relação ao N.A. e ao N.I., com relação ao artigo 29, com relação ao artigo 6º, com relação aos professores leigos, com relação aos pioneiros, com relação aos professores de EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), com relação a tudo isso que é uma novela burocrática que poderia ter sido resolvida da melhor forma possível.

E, lamentável, houve o quê? A falta de cuidado do Parlamento e também de um acompanhamento mais forte. Então, quando se fala de união, é isso aí que está acontecendo hoje aqui. O sindicato, eu sou diretor de um sindicato hoje e já fui presidente, e a gente sabe que o Estado brasileiro não dá nada de mão beijada. E nós temos um Congresso Nacional que não é fácil, mas com a força política e a união de todos, as coisas podem e vão acontecer.

E eu não tenho dúvida que a PEC vai ser aprovada. O que eu acredito e nós precisamos cuidar de perto para que o que foi aprovado pelo Senado não caia e não demore. Nós precisamos — quando digo “nós”, muitas vezes eu falo porque eu estou à frente da Digep/RO — mas eu estou tendo o cuidado de trabalhar com os sindicatos, decidir juntos em reuniões. Já estivemos várias vezes lá com Nereu, com o pessoal do Sindsef/RO, com todo mundo, nas decisões que eu tenho que tomar, inclusive.

E eu não tenho nenhuma preocupação de falar isso, porque eu acho que as pessoas, nós temos que trabalhar ali com um olhar humanitário. A evolução tem acontecido nos trabalhos, mas com muita dificuldade, porque o nosso perfil lá também não é um perfil de jovem. Somos todos no mesmo perfil de idade. Mas, eu quero aqui também fazer um registro dos servidores da Digep que têm sido um pessoal aguerrido nesse trabalho junto com a gente.

E quando a gente decidiu vestir essa camisa, eu disse: “Eu sou um gestor, mas eu sou antes um servidor”. E vocês tenham a certeza que o que depender de mim eu vou estar à disposição. Eu até andei falando e vou falar para vocês aqui. A Digep está carente de um representante político no Ministério da Gestão. E aí,

deputada, eu faço esse registro porque não só precisa o Congresso, lá o sindicato, nós precisamos também fazer um trabalho junto ao Ministério da Gestão e Inovação, porque a demanda ainda é enorme, a necessidade de servidores que estão morrendo e não estão vendo os seus direitos e a justiça acontecer.

Nós tivemos, no ano de 2021, 161 pessoas transpostas. Em 2022, 434. Só esse ano nós já tivemos 678 pessoas. É importante que se diga que o processo dessas pessoas, que nós temos pendentes ainda, 360 pessoas, aproximadamente, que foram deferidas e precisa incluir em Folha. E essas pessoas vivem aguardando. Claro que não é só o pessoal da ativa. É o pessoal também aposentado. Mas, são pessoas que têm esse direito. E como foi dito aqui, os professores que vivem em uma luta, batalhando com relação aos direitos, que foram aposentados e não estão recebendo o seu EBTT, que não têm direito a RT (Retribuição por Titulação), que vieram desde o Estado com esses reconhecimentos de titulação, estão perdendo algumas gratificações, não é?

Então, é preciso que a gente vista a camisa, se uma muito forte em defesa da PEC 47, mas é preciso também que vocês continuem olhando e apoiando os sindicatos na luta por aqueles que já foram transpostos, mas muitos não levaram ainda.

Eu não quero me alongar, mas só falando um pouquinho com relação ao trabalho que a Digep vem fazendo. Foi dito aqui também, ninguém faz nada sozinho. Se você não estiver articulado com quem pode, e como eu disse, a coisa mais importante para mim são os servidores; e segundo, nós temos feito um trabalho em conjunto. O Coronel Sílvio e o Doutor Elton. Nós temos trabalhado unidos, defendendo os interesses, ultimamente, nós estamos agora assinando a renovação de um convênio em que antes a dificuldade de conseguir uma CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) no Iperon (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia).

Eu vi um dia desses duas servidoras que vieram de Vilhena, passaram dois dias aqui para conseguir uma certidão. Me desculpa o que eu vou falar aqui, Doutor Elton, fizeram o nome da certidão de outra pessoa. A pessoa chegou lá, não olhou e voltou sem a certidão. E foi disso aí que a gente conversou e o Doutor Elton falou: "Através do convênio, o servidor não precisa mais ir no Iperon buscar sua certidão, ela vai direto para a Digep".

Nós sabemos que tinha uma demanda de mais de 200 processos, com pessoas que tinham lacuna no Iperon sem poder aposentar, e nós conseguimos trabalhar com Brasília — esse é um trabalho que envolve o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) e tudo — e conseguimos avançar.

Nós temos quase 300 processos na ação judicial. E hoje nós temos uma equipe lá, que é a equipe que foi, com todo respeito à experiência dos outros, que são experiências enormes, que se não fosse esse pessoal a gente não andava, mas tem uma equipe hoje dos

empregados públicos que vieram das empresas Caerd, Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia) e Teleron, que eles estão fazendo a diferença e as coisas têm avançado muito.

Uma prova disso, eu trouxe aqui o meu amigo, companheiro aqui, o Wilson Lopes, que está aí, e que ele está como coordenador da parte que chama de AJ — Ação Judicial. Antes tinha lá uma, duas, pessoas fazendo esse trabalho em uma sala. Hoje nós temos duas salas com sete ou oito servidores trabalhando na parte de ação judicial. Então, a gente sabia, que tinha ação de 2021 só para incluir em folha, para cumprir.

É uma demanda que hoje eu digo sempre, a gente chega, cuida de uma coisa, daqui a duas horas eu não lembro mais. Quando eu saio da Digep eu não lembro o que aconteceu para trás. Porque são centenas e centenas. Atendo a todos os servidores do interior que me ligam, dos sindicatos que me procuram, os advogados, os amigos e a quem eu não conheço.

Então, assim, enquanto eu estiver à frente, vocês tenham certeza que vocês têm um aliado. E, Deputada Cláudia, eu agradeço o convite. E foi a primeira deputada que me procurou para falar de transposição. Tudo que eu puder fazer para participar dessa pauta, a parte técnica, principalmente, pode contar comigo. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, Bosco, por sua contribuição. E com certeza a gente vai precisar muito aí desse apoio da Digep nessa caminhada.

Dando continuidade, eu convido para fazer uso da palavra o senhor Elton Parente, que é Diretor de Previdência, e neste ato, representa o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos – Iperon.

O SR. ELTON PARENTE DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, queria cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus e agradecer o convite para participar dessa Mesa. É um tema bastante sensível, e com certeza, afeta diretamente os nossos servidores. E eles têm também se socorrido - como o Bosco já comentou - do Iperon, em algumas situações.

Como o Bosco já adiantou também, temos uma forte parceria Segep, Digep, Iperon para resolver esses casos em específico.

E em nome desses parceiros - Coronel Rodrigues e Bosco - quero cumprimentar toda a Mesa e agradecer, com certeza, a presença de todas as lideranças que aqui estão. A gente vê que é um público, realmente, muito seletivo em termos de representatividade, no termo de alcance que vocês têm, para que essa mensagem chegue a todos os servidores, que são os maiores interessados.

A gestão do Iperon teve uma nova roupagem a partir de janeiro de 2024, agora. Então, as dificuldades que nós enfrentamos também são várias. O exemplo é válido e é real. É uma realidade do Iperon, do que a gente está vivenciando em dificuldades, também operacionais, mas também o avanço é muito grande. E os

números que o Bosco acabou de comentar, representam isso, o quanto a gente tem conseguido avançar porque todos esses servidores que vão para a transposição ou eles precisam do processo de aposentadoria para ser transposto ou ele precisa da certidão - se ele for ativo, para que ele leve a sua contribuição.

Então, seja ativo ou seja já aposentado, eles vão passar pelo atendimento do Iperon. Então, a gente sabe também da importância e do papel que tem o Iperon nesse processo para que a gente consiga e que a gente possa dar o melhor atendimento a todos os servidores, que se esforçaram tanto, se dedicaram tanto ao Estado e sofrem de um processo burocrático e lento nessa hora que precisa. E é isso que a gente não quer continuar mais, a gente quer realmente dá um processo ágil nesse atendimento.

E assim como o Bosco trouxe alguns números, eu posso comentar alguns também diretamente do Iperon, é que até o presente momento, nós estamos com 1.210 concessões de aposentadorias esse ano - isso no geral, estou falando de aposentadorias de servidores do Iperon -, aliás, servidores do Estado ligados ao Iperon, frente a 769 no ano inteiro de 2022. Ou seja, nós já concedemos muito mais do que no ano anterior. Então isso mostra o quanto a gente está buscando realmente melhorar e agilizar esses atendimentos.

Com relação a pauta do momento, que é a PEC, é reforçar esse comprometimento do Iperon. De que a hora e momento que vocês precisarem de uma certidão, de um documento, de um processo, que o Bosco mandar uma listagem para a gente, essa listagem vai ser prontamente priorizada para que a gente faça esse atendimento, assim como nós já estamos fazendo. Está sendo dada toda prioridade para os processos de transposição para que isso aconteça.

Então, nós temos um convênio que está sendo reafirmado agora com o Digep e Segep, em que nós agilizamos toda essa tramitação sem a necessidade de o servidor ir à nossa regional do Iperon ou a nossa sede. Ele não precisa mais. Todo esse processo é providenciado internamente pelo Iperon e enviado à Digep.

É claro que envolve também Segep. É claro que em vários casos, também envolve recomposição do processo junto ao Tribunal de Contas do Estado, mas tudo isso a gente vai trabalhando em conjunto para dar esse atendimento ágil, célere que é necessário para que esse direito seja realmente garantido.

Então, reafirmar esse compromisso e Deputada Cláudia de Jesus, também conte conosco nessa frente, nesse trabalho técnico para que a gente avance e garanta o direito dos servidores que batalharam tanto e que merecem o que é justo, que é de direito deles. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Bom, e agora a gente vai ouvir o último que tem a falar

na nossa Mesa de autoridades, o Coronel Silvio Luiz Rodrigues da Silva, que representa a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – Segep, também vai nesse ato, representando a Sepog.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA - Muito obrigado, boa tarde, boa tarde deputada. Cumprimentando já a senhora pela iniciativa e é preciso coragem, é preciso coragem.

E de fato, eu quero criar um contexto diferente aqui, a gente vai falar de transposição, vão surgir dores, vão surgir promessas vãs; vão falar de pessoas enganadas, de falta de justiça ou de injustiçados. Então, todos dessa Mesa aqui - Bosco; a deputada; Elton; Lionilda; Nereu; a querida Célia; Evaniel, eu tinha medo de falar errado, perdão, todos nós, e eu creio que muitos de vocês aqui - o ser humano ele é essencialmente visual. Eu falo transposição, transposição, transposição e ninguém tem mais uma noção porque nós temos um ambiente muito bonito. A gente está vivendo uma época diferenciada. É ou não é, Geraldo? É ou não é Golberi? Assim todos outros. Professor Sena - que eu cumprimento na plateia.

Eu trouxe, deputada, um pouquinho de um material que nós temos porque a minha, a nossa concepção interna que o Estado tem, é que a gente observa que, primeiro, falando de PEC, é fundamental escrever muito bem.

Essa pressa que a gente tem, não pode virar problemas, como o artigo 6º, o artigo 29, EBTT, convênios, professores leigos, e assim por diante. Por quê? Porque vai judicializar e vai travar de novo. Ponto. Não adianta ter essa sana de querer escrever. O que acontece é: eu coloco no barco alguns, e saio, e outros ficam lá na margem; ou todo mundo entra e o barco é furado, e todo mundo cai lá embaixo.

Então, de fato, o N.A., os níveis auxiliares hoje falando do Executivo Estadual, por uma questão de um aumento dado pelo Governador Marcos Rocha, não é vantajoso. Não é vantajoso virar federal para dizer que é federal e ganhar R\$ 1.600 a menos por mês. Não é vantajoso. Então, não façam isso. Não façam isso. Continuem sendo do Estado que vocês vão ganhar mais. Está certo?

Mas, eu quero — dizendo que o ser humano é visual — então passar um pouquinho do que é a transposição, porque já disseram aqui “olha, nós temos que entender o que é esse território, nós temos que passar...”, eu pediria que a plateia viesse, foi por isso que eu não fiquei de costas, porque eu sei que alguns comentaram sobre questões... É deste Estado que a gente fala. É dessa época.

Pode passando o slide, por favor, devagarzinho.
(Apresentação de slide no telão)

São dessas questões... Essa talvez seja uma pessoa que esteja aqui conosco hoje, a gente não sabe bem quem é. É uma foto muito bonita. Mas, era pau de arara. Polícia Civil, anos 1980. Segue, por favor.

Olha aí, Eucatur, Andorinha. São essas pessoas aí que a gente está buscando, é para esse tipo de coisa — eu vou usar o termo “gente” falando “gente sofrida” —, é para esse tipo de gente que a gente quer buscar reconhecer. E não há distinção entre “é Marcos Rocha”, ou “é PT” ou “é qualquer coisa”. É um barco só, gente. É um barco só. Vocês não tenham dúvida disso. Segue, por favor.

Isso é um colégio, isso é uma sala de aula. Isso é uma sala de aula. É isso que a gente quer buscar e levar para Brasília, em especial para Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, porque, se eles não mudarem a opinião, não vai ser a Decipex (Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos) que vai mudar, gente. Se os Procuradores não mudarem a opinião de uma série de coisas, não será a Decipex que vai dizer: “Não, não, eu vou contrariar os Procuradores, eu faço por aqui; vou “matar nos peitos””. Ninguém faz isso. Ninguém faz.

Olha aí. Olha que lindo esse Fusca. Olha que estrada maravilhosa. Segue, gente. Olha aí, mais uma sala de aula. Essa aí inclusive bem estruturada. Segue, por favor. Mas enfim, muito comum naquela época, é um caso de um de um morador atingido por uma árvore. Acabou? Tira isso, então, pelo amor de Deus.

Mas, gente, então assim, o que a gente quer buscar com isso? O que a gente traz aqui? É essa a realidade que nós temos que trazer, tirar daqui um pouquinho, dizer que a gente veio disso, que nós estamos brigando para essas pessoas por isso. E eu tenho pelo menos mais umas 40 fotos assim dessa época, dessas questões, e tentar mudar essa concepção lá. O leme de fato é a bancada. Não há dúvida disso.

Se há essa dificuldade, e muito bem pautou o Deputado Ribeiro do Sinpol, que em maio perguntou para mim “quantos eram os servidores de 1987 a 1991?” Em maio ele perguntou. E eu respondi para o Germano, que agora perguntou antes: 8.928, esse é o número de servidores, Nereu, que pode ser transposto, de 1987 a 1991. Esse é o número. Esse é o número. Do Executivo. Eu não estou falando de município obviamente, nem de outras empresas. Então, eu falo do Executivo. Mas é fundamental que a gente diga o seguinte. O meu colega Bosco citou lá 678 transpostos. Desculpa, Bosco, eu tenho que corrigir um pouquinho. Transposto é quando eu saio do Estado e o meu pagamento eu recebo federal. Aí eu estou transposto. Portaria com SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), eu não estou transposto ainda não.

Então, só desse ano tem 291 que já receberam portaria e não transpuseram ainda. Desde 2021, nós começamos com os aposentados. Até hoje, 504

transpuseram. Nós enviamos 1.190 processos de maneira on-line sem que precisasse ninguém pagar nada, porque já havia uma indústria de despachantes querendo pagar, pedir R\$ 2 mil, R\$ 3 mil para pessoas com dificuldade financeira, “não, eu faço para ti tudo”. Ele ia tirar cópia, ia precisar autenticar e ia mandar para lá.

Então, o Iperon entendeu, nós fomos com a parceria da Digep e disse: “Olha, vocês têm o SEI, nós queremos o SEI também e ninguém vai pagar nada”. Se ele pagar, ele vai autenticar. É o seu endereço e a sua conta corrente. O resto tudo o Estado tem aqui, o Estado forma.

Então, dos R\$ 2 mil, ele não gasta... Eu vou exigir, vou passar, se muito, R\$ 10,00 para mandar o processo dele. E está lá. Tem 1.190, tem pelo menos 600 de aposentados que estão lá para transpor. Está certo? Então, saibam e tenham convicção plena que...

Perguntaram aqui também, e eu não vou fugir de nenhuma pergunta que não faz parte da “missa”. “Ah, Marcos Rocha vai ajudar a ir de ônibus”. Ô, pessoal, eu não sei se o governador vai ajudar a ir de ônibus. Sinceramente, eu não sei. E vou também dizer do aspecto legal. Mas, eu digo para vocês que o Coronel José Marcos Rocha dos Santos é de 1990. Está certo? Entenderam? Ele é de 1990. Então, estamos todos no mesmo barco.

Deputada, eu quero parabenizar a senhora. Dizer que o Estado está a sua disposição para ajudar em tudo o que puder. Da mesma forma, o Bosco já sabe disso. O Elton é um amigo ímpar que surgiu aqui. As meninas, eu vou usar o termo assim, a Célia e a Lionilda são colegas de proximidade, a gente conversa. O Nereu eu conheço desde o primeiro mandato, antes da transposição, não é, Nereu? Você é antigão já. E assim, Evaniel, a gente está à disposição de vocês, mas é fundamental, gente, vamos escrever direitinho o que a gente precisa colocar nessa PEC, porque senão esse presente pode virar presente de grego. Eu só peço isso, porque judicializar não é bom.

O Bosco é testemunha disso, que nós recebemos em 2022 a visita da Decipex aqui e ele disse: “Olha, descobrimos que há uma indústria preocupada e querendo judicializar.” Uma indústria de profissionais do Direito, eu não estou falando mal e nem bem de ninguém, até porque não fui eu quem disse. Mas ele disse: “Olha, eles querem isso, postergar, demorar e você vai pagando e a sua esperança vai indo embora.”

No mais eu agradeço a possibilidade e me coloco à disposição para ajudar também. Sou mais um braço em um barco que está remando. E, sim, eu defendo que a gente tem que se mobilizar e ir para Brasília com tudo e, principalmente, se não puder por conta de 8 janeiro, rede social. Rede social dos nossos deputados, rede social do deputado do Amapá, rede social do deputado de Roraima. Essa é a pressão que existe e

cabe a gente fazer caso não possa, efetivamente, estar lá presencialmente.

Muito obrigado. Boa noite. Fiquem com Deus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, Sívio, pela contribuição. A gente vai precisar muito do apoio do Estado, tanto de vocês como do governador para que isso possa caminhar. A gente sabe que hoje o apoio do governo é fundamental, afinal o Estado ganha muito também economicamente.

O Bosco pediu aqui rapidamente mais uma vez a palavra, ele quer passar mais uma informação e a gente já volta aqui para finalizar.

O SR. JOÃO BOSCO DA COSTA – Deputada, muito obrigado. Só queria lembrar aqui, Coronel, fazer justiça com o senhor. Eu esqueci. Fazer para vocês a parceria tão importante que nós estamos trabalhando unidos em defesa da transposição. Eu pleiteei, falei com ele, demorou um pouco a dar resposta, mas foi através dele que nós estamos conseguindo wifi para a Digep. Porque transposição não pode haver distância, Digep sem Segep, Segep sem Digep. Então, nós estamos conseguindo um link para a Digep para que os servidores possam trabalhar melhor. Muito obrigado ao senhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, mais uma vez a gente agradece a todos que participaram. Esta Audiência Pública, a Ata está sendo confeccionada pela equipe da Assembleia. Nas falas, que foram dados encaminhamentos, vão nos facilitar para que posterior a gente possa fazer gestão, mas o que ficou muito bem claro aqui é que nesse momento a gente precisa fazer gestão junto à bancada federal.

Como deputada a gente faz esse compromisso de dialogar com os demais parlamentares para que a gente possa, até que isso não se concretize, a gente fazer gestão pedindo para agilizar, fazer essa cobrança constantemente. Então, vocês podem contar conosco.

Essa semana que vem a gente tem uma ida a Brasília e a gente já vai levar uns ofícios mediante as informações que o Sintero nos passou e protocolar em todos os gabinetes da bancada de Rondônia. E começar também a montar uma estratégia juntos, de como a gente se direcionar e todos esses parlamentares, porque são três Estados. Mas, a gente precisa fazer gestão com 513 deputados federais. Então, vamos precisar de muita força, vamos precisar de estar em sintonia. E eu quero me colocar à disposição.

Dizer, Lionilda, conte conosco. Eu acho que nessa caminhada a gente precisa estar muito juntos para fazer

o trabalho que precisa ser feito. Acho que valeu muito a pena a gente ter feito esse momento para colocar essa problemática para que todos possam compreender o que está acontecendo, as ações que precisam ser feitas politicamente e é isso. Depois a gente vai passar essa Ata, Lionilda, para você e demais sindicatos.

Agradecer mais uma vez aqui ao Sívio que esteve presente com a gente; o Elton, obrigada. É importante a gente poder contar com o Iperon para essas informações. A gente sabe que os servidores que estão inseridos nesse processo dependem muito desses órgãos. Então, essas informações em tempo hábil vão facilitar muito.

Agradecer também ao Bosco que deu a sua contribuição, mas também a gente sabe a importância da Digep em todo esse processo.

Lionilda, mais uma vez agradecer e parabenizar todo empenho do Sintero, toda a sua equipe para que essa transposição de fato aconteça e a gente acredita muito nisso. Acho que o que nos move aqui hoje é a nossa luta, a nossa perseverança, a esperança de que isso vai acontecer e a gente não está brincando de lutar. Eu creio muito nisso. Mais uma vez, parabéns, Lionilda.

Agradecer ao Nereu que também contribuiu aqui com informações precisas. A Célia também que é uma grande companheira nessa caminhada e que representa um sindicato importante. Muitos envolvidos, os servidores, os trabalhadores também nesse processo serão transpostos.

Agradecer também ao Evaniel que veio dar a sua contribuição. Conte com a gente nesse caminhada. A gente está aqui justamente para isso. Esse mandato é uma ferramenta de luta para que a gente possa abrir portas, para que a gente possa fazer o debate juntos; e problemas existem para serem resolvidos, não é?

A gente vem para esses espaços de poder justamente para resolver problemas, para lutar, para amenizar o sofrimento do nosso povo trabalhador. Então, eu fico por aqui, encerrando a nossa Audiência Pública, fazendo o compromisso de dar os encaminhamentos que aqui ficaram registrados.

E, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos nessa ilustre solenidade, e declaro encerrada a presente Audiência Pública, desejando uma excelente noite a todos vocês e também agradecendo a todos que acompanharam de forma remota/virtual e através da televisão.

Obrigada.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 47 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**ATO P Nº 032/2023-LEG/ALE**

Cancela a realização das Sessões Ordinárias e Reuniões das Comissões Permanentes, dos dias 7 e 8 de novembro de 2023.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e,

Considerando a realização da 26ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale, em Fortaleza-CE nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Cancelar a realização das Sessões Ordinárias e Reuniões das Comissões Permanentes, dos dias 7 e 8 de novembro de 2023.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2023.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.406, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à 1º STG PM **Priscilla Gomes de Oliveira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à 1º STG PM **PRISCILLA GOMES DE OLIVEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1º de novembro de 2023.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.407, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Revoga o Decreto Legislativo nº 2.403, de 11 de outubro de 2023.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 2.403, de 11 de outubro de 2023.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1º de novembro de 2023.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.408, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor **Hélio Vieira da Costa**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor **HÉLIO VIEIRA DA COSTA**, pela relevante contribuição para a cultura no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1º de novembro de 2023.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE SUSPENSÃO "sine die"****Processo Administrativo nº 100.029.000008/2023-05****Pregão Eletrônico nº 022/2023/CPP/ALE/RO - UASG 926919**

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 494/2023-SUP-RH/ALE/RO**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital supracitado que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TOTEM INTERATIVO DIGITAL E MESA DIRETÓRIA INTERATIVA GABINETE**, a pedido da **Superintendência de Comunicação Social-SECOM**, a **SUSPENSÃO** da sessão de abertura prevista para o dia **06 de novembro de 2023, às 09h00min**, em face de pedidos de esclarecimentos e impugnação que demandam análise técnica para correção do Termo de Referência. A nova data do certame será divulgada oportunamente nos termos do § 4º, art. 21, da Lei Federal 8.666/93.

Porto Velho-RO, 01 de novembro de 2023.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

ATO DE DIÁRIA Nº 0105991/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando a solicitação constante no Despacho 0105658 do processonº 100.045.000082/2023-15;

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO DE DIÁRIA Nº 0096241/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALERO nº 185 de 16/10/2023, concedendo 05 (cinco) diárias à deputada estadual **Cláudia Regina Abreu**, matrícula nº 200172364, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE, no período de 07/11/2023 a 11/11/2023, para participar da 26ª Conferência Nacional UNALE 2023, conforme processo nº 100.045.000082/2023-15.

Porto Velho, 01 de novembro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0105991/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Retificar o ATO DE DIÁRIA Nº 0105295/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALERO nº 196 de 31/10/2023, concedendo 06 (seis) diárias ao servidor **Wesley Nunes Ferreira**, Controlador Geral, matrícula nº 200172919, pelo deslocamento de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE, no período de 06/11/2023 a 11/11/2023, para acompanhar e assessorar o deputado estadual Jean Mendonça durante a 26ª Conferência Nacional da UNALE, além de participar do VI Encontro Nacional de Redes Legislativas de Governança e Gestão - REGOV,

conforme processo nº 100.052.000079/2023-11.

ONDE SE LÊ: "...pelo deslocamento via transporte **terrestre** de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE..."

LEIA-SE: "...pelo deslocamento via transporte **aéreo** de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE..."

Porto Velho, 01 de novembro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0106684/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO Mirante da Serra/RO, no período de 03/11/2023 a 04/11/2023, para assessorar o deputado estadual Cirone Deiró durante reuniões de entrega de recursos destinados por emenda parlamentar, conforme processo nº 100.044.000045/2023-17.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173131	Claudenice Condaque	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência
	Dourados		
200173222	Hudson Bruno da Silva	Assessor Técnico	Gab. Dep. Cirone Deiró
	Carvalho		

Porto Velho, 01 de novembro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0106692/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO Mirante da Serra/RO, no período de 03/11/2023 a 04/11/2023, para conduzir veículo e fazer a segurança do deputado estadual Cirone Deiró durante reuniões de entrega de recursos destinados por emenda parlamentar, conforme processo nº 100.044.000045/2023-17.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174161	Ronnie Piterson Dos	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança
	Santos		

Porto Velho, 01 de novembro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2021

Processo Administrativo nº 100.005.000038/2023-81

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do Termo de Colaboração nº 001/2021/ALE/RO, celebrado entre esta Casa Legislativa e a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, para a consecução de estágios supervisionados, visando possibilitar oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, e de ensino médio, para atender as necessidades da ALE/RO, de acordo com a Lei nº 13.019, de 31/07/2014, observando, no que couber, Lei nº 11.788 de 25/09/2008, bem como a Lei Estadual n. 5.016, de 10 de junho de 2021 que “Dispõe sobre o programa de Estágio no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

DA VIGÊNCIA: Fica estabelecido, para o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO do Termo De Colaboração nº 001/2021**, o prazo de PRORROGAÇÃO de **24 (vinte e quatro) meses**, com início em 27 de outubro de 2023, de acordo com o disposto no art. 55, caput, da Lei nº 13.019, de 11 de julho de 2014.

DO VALOR: O valor do presente TERMO ADITIVO é de R\$ 654.044,44 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para período de 27 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, totalizando o valor de R\$ 7.357.999,92 (sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) correspondente às despesas pelo período total de 24 (vinte e quatro) meses.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O aditivo do contrato em questão encontra amparo no artigo 55, caput da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo são provenientes de recursos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que correrão à conta da seguinte programação:

Fonte: 1.500.0.00001

Programa de Trabalho: 01.128.1006.2408.240801

Natureza de Despesa: 33.90.39.48

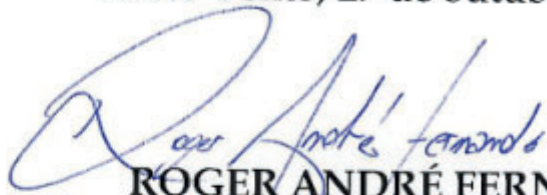
Número empenho: 2023NE002378

Processo Eletrônico n. 100.005.000038/2023-81.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS: Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas do Termo de Colaboração 001/ALE/2021, lavrado no Processo Administrativo Eletrônico n. 100.005.000038/2023-81.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes e registrado à fl. 026 do Livro de Registro de Termo Aditivo do ano de 2023 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 27 de outubro de 2023.



ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretária Geral - ALE/RO
CONTRATANTE



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE
Júlio Cesar da Silva
Representante Legal
Contratada

PRIMEIRA-SECRETARIA

ATO Nº 8/2023-1SECRETARIA/ALERO

ATO Nº. 026/2023 – 1ª SECRETARIA /ALERO

Relotação do(a) Servidor(a) Estatutário(a) **Maria da Conceição Florencio de Queiroz**, para desenvolver suas atividades laborais no Gabinete Ribeiro do Sinpol.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso II do artigo 16 do Regimento Interno e do Inciso II do Artigo 1º da Instrução Normativa 001, de 30 de maio de 2019, desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR, no Gabinete Ribeiro do Sinpol, o(a) Servidor(a) Estatutário(a) **Maria da Conceição Florencio de Queiroz**, inscrito(a) sob a matrícula nº 100001751, Oficial legislativo, onde desenvolverá suas atividades laborais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor a contar do dia 01/11/2023

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 01 de novembro de 2023

CIRONE DEIRÓ

Deputado Estadual

1º Secretário/ALE/RO

SEI nº 0106003

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 044 SG-SPO/2023

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e § 1º do art. 8º, da Lei n.º 5.527, de 06 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, §1º) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, §2º)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.126.1006.2405	POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	44.90.40	1500	500.000,00
TOTAL				500.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	33.90.14	1500	500.000,00
TOTAL				500.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário Geral